

Volume 13 - Número 2

Maio - Agosto 1996

Estudos de Psicologia

 PUCCAMP

ISSN 0103 - 166X

ESTUDOS DE PSICOLOGIA

Revista quadrimestral do Instituto de Psicologia da PUCAMP

Direção

Editora: Vera Lucia Adami Raposo do Amaral
Secretário: Mauro Martins Amatuzy
Tesoureira: Eliana Martins Rosado

Conselho Editorial

Anita Neri	(UNICAMP)
Antonio Terzis	(PUCCAMP)
Deyse das Graças Souza	(UFSCAR)
Edwirges Silveiras	(USP)
Eliana Martins Rosado	(PUCCAMP)
Elisa Medici Pizão Yoshida	(PUCCAMP)
Geraldina Porto Witter	(PUCCAMP)
Luis Pasquali	(UnB)
Maria Amélia Mattos	(USP)
Maria Emília Lino da Silva	(PUCCAMP)
Marilda E. Novaes Lipp	(PUCCAMP)
Mauro Martins Amatuzy	(PUCCAMP)
Sigmar Maluzzi	(USP)
Raquel Souza Lobo Guzzo	(PUCCAMP)
Regina Maria Leme Lopes Carvalho	(PUCCAMP)
Samuel Pfromm Netto	(PUCCAMP)
Vera Lucia Adami Raposo do Amaral	(PUCCAMP)
Yolanda Cintrão	(USP)

Consultor Ad-OC

Luiz Fernando de Lara Campos (USF)

Apoio Técnico

Secretária Júnior: Maria Cláudia Moreira Bravo

Capa e Projeto Gráfico

Wilon Mazalla Jr.

Financiamento

CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Ensino Superior

Redação

A/C Departamento de Pós-Graduação em Psicologia - PUCAMP
Rua Waldemar César da Silveira, 105 - Swift CEP: 13045-270
Campinas - SP FONE/FAX: (019) 230-7180
Home Page
<http://www.epub.org.br/epsico>

Estudos de Psicologia é um periódico dedicado à publicação de relatos de pesquisa, artigos teóricos, comunicações breves, resenhas, e cartas ao editor. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo necessariamente o pensamento dos Editores.

Apreciação dos Manuscritos

Os manuscritos submetidos à revista *Estudos de Psicologia* deverão estar dentro das Normas de Publicação que seguem às indicadas pela American Psychological Association (APA), publicadas em 1994. Os trabalhos serão aceitos ou recusados com base nos pareceres do Conselho Editorial, ou de consultores ad-oc.

Direitos Autorais

Os direitos autorais dos artigos publicados pertencem à revista *Estudos de Psicologia* e os originais, mesmo quando não aprovados, não serão devolvidos. Reproduções dos originais só podem ser realizadas mediante consulta e autorização prévia da Direção da revista.

Endereço para envio dos Manuscritos

Os manuscritos, assim como toda a correspondência, inclusive solicitações de assinatura deverão ser encaminhados para a redação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA PUCAMP

150	Estudos de Psicologia / Instituto de Psicologia da
E85	PUCCAMP. - v. 12, nº 2 (janeiro de 1984) - . -
	Campinas: Átomo, janeiro de 1991.
	v.: il.
	Quadrimestral
	Descrição baseada em: v. 12, nº 2
	ISSN 0103 - 166x
	1. Psicologia - Periódicos. I. Instituto de Psicologia da PUCAMP.
	CDD 150

Estudos de Psicologia tem uma tiragem de 1000 exemplares. É distribuída gratuitamente às bibliotecas de todas as instituições brasileiras que mantêm Cursos de Psicologia, às bibliotecas ligadas a instituições científicas que nos solicitam e a bibliotecas de Universidades estrangeiras.

EDITORA ÁTOMO

Rua Tiradentes, 1053 - Guanabara - Campinas - SP - CEP: 13023-191
PABX (019) 232-9340 e 232-2319

Estudos de Psicologia

Publicação Quadrimestral

Vol 13

Número 2

Maio/Agosto

Artigos

- 3 Avaliação da pós-graduação na PUCCAMP: auto e heteroavaliações
Geraldina Porto Witter e José Benedito A. David
- 11 Psicologia existencial-fenomenológica: o saber filosófico e a produção científica
Ana Paula Chaves, Shirley Macêdo e Viviane Mendonça
- 17 Percepção de incômodo ao barulho ambiental: um modelo parcial e preliminar
Valdiney Veloso Gouveia e Hartmut Günther
- 29 O ingresso da criança surda na escola de primeiro grau — concepções e expectativas de pais e profissionais
Cecilia Guarnieri Batista e Angélica Bronzatto de Paiva e Silva
- 37 Violência e suas implicações: análise de consequências de ferimentos com arma de fogo e arma branca
Vera Lucia Adami Raposo do Amaral e Mario Mantovani
- 47 Doenças do corpo e doenças da alma: uma apresentação
Lazslo A. Ávila
- 59 Relações entre o comportamento agressivo dos pré-escolares e a expressão da raiva de seus pais
Tânia Maria Cemin Wagner e Angela Maria Brasil Biaggio

Resenhas

- 69 O professor e a análise do discurso
Geraldina Porto Witter
- 71 De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica
Shirley Martins Macedo
- 73 Sujeito, o lado oculto do receptor
Miriam Schifferli Hoff

Comunicações

- 75 Internet — novo meio de comunicação planetária
Melanie Lerner Grinkraut

-
- I Normas para Publicação

CONTENTS

Articles

- 3 Postgraduation in PUCCAMP: self and out evaluations
Geraldina Porto Witter e José Benedito A. David
- 11 Existencial-Phenomenological Psychology: philosophical knowledge and scientific production
Ana Paula Chaves, Shirley Macêdo e Viviane Mendonça
- 17 Perception of annoyance toward environmental noise: a partial and preliminary model
Valdiney Veloso Gouveia e Hartmut Günther
- 29 Entry of deaf child in kindergarden — concepts and expectations of parents and professionals
Cecilia Guarnieri Batista e Angélica Bronzatto de Paiva e Silva
- 37 Violence and its implications: analysis of some consequences of shotgun and other weapons wounds
Vera Lucia Adami Raposo do Amaral e Mario Mantovani
- 47 Dease of body and disease of soul: one apresentation
Lazslo A. Ávila
- 59 The relation of preschool children aggressive behavior and the anger of their parents
Tânia Maria Cemin Wagner e Angela Maria Brasil Biaggio

Reviews

- 69 Discourse analysis for language teachers
Geraldina Porto Witter
- 71 From person to person: dialogical psychoterapy
Shirley Martins Macedo
- 73 Subject the outhter side of the receiver
Miriam Schifferli Hoff

Communications

- 75 Internet — a new way of interplanets communication
Melanie Lerner Grinkraut

-
- I Instructions to authors

Avaliação da pós-graduação na Puccamp: auto e heteroavaliações

Geraldina Porto Witter² e José Benedito A. David¹

Todo curso de pós-graduação precisa ser avaliado para mudar as variáveis negativas. O objetivo foi estudar comparativamente a avaliação estatal federal (CAPES) com a auto-avaliação dos cinco cursos de pós-graduação da PUCCAMP. No último caso, foi usado um instrumento específico. Os resultados mostraram variações de acordo com a área científica nas duas avaliações. Não foram encontradas correlações significantes na comparação dos dois instrumentos.

Palavras-chave: pós-graduação, avaliação, produção científica.

Abstract

Postgraduation in Puccamp: self and out evaluations

Every postgraduation course must be evaluated in order to change the negatives variables. The aim was to study comparatively the federal evaluation (CAPES) and the self evaluation of the five postgraduation courses of PUCCAMP. In the last case, one specific scale was used. The results showed variations in accord with scientific areas in the two evaluation. There are no significant correlation in the comparisons of the two evaluation.

Key words: postgraduation, evaluation, scientific production.

Introdução

Avaliação é tópico que vem merecendo a atenção de pesquisadores e administradores face a relevância que a mesma pode ter na tomada de decisão em vários níveis.

Como os cursos de pós-graduação constituem a principal base para a formação de docentes universitários, de pesquisadores, bem como, o eixo da produção científica é, sem dúvida, relevante cuidar da avaliação dos mesmos, ainda que esta não seja uma tarefa fácil (Durhan & Schwartzman, 1992; Patterson, 1993; Domingues, 1994).

As dificuldades decorrem da complexidade *do que* deve ser avaliado, *do como*, *do quando*, *de quem* e *do para que* avaliar (Drew & Hardman, 1985).

Em 1993, no Seminários Itinerante Internacional, sobre *Evaluación, Selección y Acreditación de Programas de Postgrado*, SIIIEVA, uma das pro-

postas consideradas produtivas foi a de um instrumento de auto-avaliação que também pode servir para a heteroavaliação. Entretanto, para a própria melhoria do processo científico de avaliação é necessário conduzir pesquisas, replicar pesquisas já feitas, dentro dos parâmetros científicos para trabalhos de produção de instrumentos. Além disso, é sempre conveniente lembrar que os resultados iniciais devem ser usados com cautela até que se disponha de dados suficientes sobre as características métricas do instrumento. É longa a trajetória até que se disponha de bons instrumentos de avaliação, mesmo quando o objeto a avaliar é relativamente simples. No caso da pós-graduação a situação é mais fácil. É uma trajetória árdua onde além das dificuldades científicas há questões políticas, tradições, resistências e outras variáveis a serem superadas. Mesmo assim é preciso investir em busca de soluções. É neste contexto que foi, em caráter preliminar, conduzida a presente pesquisa.

Objetivos - O estudo aqui apresentado teve por objetivos: (1) Levantar indicadores da avaliação externa dos Mestrados da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP); (2) analisar a auto-avaliação dos mesmos programas; (3) levantar

1. Vice-Reitor Acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, endereço para correspondência: Rod. D. Pedro I, km 136, CEP 13020-904, Campinas, SP.
2. Coordenadora Geral dos Cursos de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, endereço para correspondência: Rua Waldemar César da Silveira, 105, Swift, CEP 13045-270, Campinas, SP.

a opinião dos programas quanto ao instrumento utilizado e (4) correlacionar a auto-avaliação com aspectos da produção científica levados em consideração no processo de avaliação externa, procedido no Brasil por um órgão estatal.

Método

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas é uma instituição relativamente nova, com pouco mais de 50 anos, que só começou a oferecer cursos de pós-graduação, em nível de Mestrado, a partir de 1972.

No ano em que os dados da presente pesquisa foram colhidos (1993) existiam na PUCCAMP programas de mestrado nas seguintes áreas: Biblioteconomia, Filosofia, Educação, Informática e Psicologia. O primeiro teve início em 1978, o segundo em 1976, o terceiro em 1990, o quarto em 1992 e o último é também o mais antigo, datando de 1972.

Um dos pontos valorizados pela atual gestão da PUCCAMP (1994) é a avaliação, e um segmento a ser objeto desta avaliação é a Pós-Graduação, a qual é avaliada externamente através de processo conduzido por órgão federal (CAPES) para o qual é feito um relatório anual. Internamente, a avaliação se processa, em termos de docente, através de relatório elaborado por ele, sendo objeto de parecer do Departamento, do Instituto ou Faculdade e, finalmente, de comissão especial junto à Reitoria. É feita uma avaliação do Departamento/Programa que sintetiza as avaliações individuais. Em 1993, deu-se início a um processo mais sistemático de auto-avaliação, cujos primeiros resultados são aqui apresentados.

Material

Para a coleta de dados de produção foram usados os quadros de síntese dos relatórios anuais apresentados pelos programas para efeito de avaliação pelo órgão do Governo Federal do Brasil: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Trata-se de órgão do Ministério da Educação que é encarregado de conduzir o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil. O relatório é encaminhado anualmente à CAPES (Relatório - CAPES de 1993), mas a avaliação é bianual.

Para a auto-avaliação foi usado um instrumento específico elaborado sob a coordenação de Crua Cardona (1) o qual compreende oito partes que são a seguir discriminadas. A primeira enfoca os *alunos*, totalizando até 10 pontos distribuídos em relação aos seguintes aspectos: procedência = 1,5; experiência = 2,5; processo de seleção = 1,0; processo de admissão = 2,0 e dedicação ao programa = 3,0. A segunda totaliza 5,0 pontos e trata dos *egressos*: perfil = 1,0; permanência no programa = 1,0 e desempenho = 3,0. Os *professores* são avaliados num total de até 20 pontos assim distribuídos: formação = 3,0; experiência = 2,5; processo de seleção = 1,5; carreira = 3,0 e responsabilidade = 10,0. A quarta parte trata do *currículo* com 30 pontos assim distribuídos: fundamentação = 2,0; objetivos = 2,0; conteúdos = 4,0; metodologia = 5,0; pesquisa = 5,0; avaliação = 2,0; recursos = 5,0; execução de programas = 5,0. A quinta parte trata da *administração* (15 pontos) distribuídos entre: estrutura organizacional = 5,0; processos de gestão = 5,0 e recursos institucionais = 5,0. O *entorno institucional* (10 pontos) enfoca diretrizes especificadas em documentos = 2,0; área de influência = 2,0; desenvolvimento institucional = 4,0 e relações institucionais = 2,0. *Impacto* valendo 5 pontos vê os aspectos científico-tecnológicos = 2,0; econômico-sociais = 2,0 e culturais = 1,0. A última parte trata da *avaliação* valendo 5 pontos, dos quais 1,0 é para os objetivos da mesma; 2,0 para estratégias usadas e 2,0 para relações entre planejamento e desenvolvimento.

Procedimento

Após uma apresentação coletiva do instrumento de Cruz Cardona (1991), para docentes e coordenadores dos cursos de pós-graduação, o mesmo foi amplamente discutido. Em seguida, cada programa conduziu reunião específica de seus docentes para a concretização da auto-avaliação e elaboração de análise crítica e sugestão em relação ao mesmo.

Resultados

A avaliação deve levar em conta os objetivos da pós-graduação, os quais, independentemente da área e dos termos lingüísticos usados para defini-los implicam necessariamente: (a) formação de recursos

Tabela 1 - Aspectos da produção dos programas de mestrado da PUCCAMP

Aspectos	Biblioteconomia	Educação	Filosofia	Informática	Psicologia
Nº de docentes	9	11	5	6	14
Relação orientando/orientador	14,25	8,0	5,0	—(*)	7,92
Nº de titulados	8	3	7	—	27
Nº médio de titulados por orientador	0,9	0,3	1,2	—	1,9
Tempo Médio de Titulação (meses)	38	46	85	—	39
Total Geral de Publicações	45	21	13	10	117
Total Geral Publ/Docentes	5	1,9	2,6	1,6	8,4
Total Art. Cap. Livros/Docentes	2,1	0,3	0,8	2,0	2,5
Total de Produção Técnica-Artística	87	54	40	—	432
Total de Prod. Tec. Art./Docentes	9,7	4,9	6,7	—	30,9

(*) O programa ainda não apresenta relatório CAPES

humanos para o ensino superior e a pesquisa e (b) produção científica.

A Tabela 01 apresenta alguns dados decorrentes dos *Relatórios Capes 1993* e que permitem uma comparação entre os cursos, sendo que o Curso de Informática, no ano aqui focalizado, ainda não elaborava o relatório CAPES.

Os resultados mostram que os docentes de Biblioteconomia estão sobrecarregados e os de Filosofia estão trabalhando em uma razão ideal ($N = 5,0$). Em termos de orientação é a maior a produtividade de Psicologia com uma média de 1,9 dissertações por docente, vindo a seguir a Filosofia (1,2), sendo muito baixa esta produção na área de Educação. Em termos de publicação de um modo geral, sem discriminar tipo de trabalho ou suporte, os dados mostram que Psicologia situa-se em primeiro lugar com 117 trabalhos, o que dá uma média de 8,4 trabalhos por docente, segue-se Biblioteconomia com 45 e média 5. Enfocando as principais pro-

duções (artigo em periódicos, capítulos e livros) repete-se a situação de destaque para Psicologia com 2,5, seguindo-se Biblioteconomia com 2,1, Informática com 2,0, Filosofia com 0,8 e Educação com 0,3. No total de produção técnica (relatórios, palestras, conferências, assessorias, editoração científica etc) a Psicologia foi responsável por 432 produções com uma média de 30,9 por docente; a Biblioteconomia apresentou 87 trabalhos com média de 9,7 por docente, na Filosofia a média foi de 6,7 sendo o total de 40 contribuições e na Educação foi de 54 trabalhos e média de 4,9. Em síntese, os melhores resultados estão sendo apresentados, em todos os índices, pelo programa de Psicologia, sendo piores os de Educação.

Os resultados da auto-avaliação feita usando o instrumento de Cruz Cardona aparece expresso na Tabela 2.

Tabela 2 - Auto-avaliação dos programas de mestrado da PUCCAMP

Programas/Variáveis	Filosofia	Biblioteconomia	Informática	Psicologia	Educação	Proposta do Modelo
Total Geral	81,7	85,3	72,5	83	84	100
1.0. Alunos Total	7,7	8,3	6	8	7,7	10
1.1. Procedência (subtotal)	1,5	1,5	0,8	1,5	1,3	1,5
Qualidade e prestígio da instituição	1,0	1,0	0,8	0	0,8	1,0
Cobertura segundo regiões	0,2	0,2	0	1,5	0,2	0,2
Cobertura segundo estratos socioeconômicos	0,3	0,3	0	0	0,3	0,3

Continuação

Programas/Variáveis	Filosofia	Biblioteconomia	Informática	Psicologia	Educação	Proposta do Modelo
1.2. Experiência (subtotal)	1,2	1,3	1,3	1,5	1,6	2,5
Profissional	0,3	0,5	0,5	0,2	0,5	0,5
Docente	0,1	0,2	0,1	0,3	0,2	0,2
Pesquisa	0,5	0	0,5	0,7	0,5	1,0
Participação em eventos acadêmico-científicos	0,2	0,5	0,2	0,1	0,3	0,5
Publicações	0,1	0,1	0	0,2	0,1	0,3
1.3. Processo de Seleção (subtotal)	0,5	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0
Qualificação Acadêmica	0,3	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5
Execução	0,2	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
1.4. Processo de Admissão (subtotal)	1,0	2,0	1,0	1,4	1,8	2,0
Provas entrevistas	0	1,0	0	0,7	0,8	1,0
Projetos de Pesquisa	1,0	1,0	1,0	0,7	1,0	1,0
1.5. Dedicção ao Programa (sub Total)	3,5	2,5	2,0	2,0	2,0	3,0
Tempo Integral	1,5	2,5	0	0	2,0	3,0
Tempo Parcial	2,0	0	2,0	2,0	0	2,0
2.0. Egressos (Total)	3,3	4,4	4,3	3,5	4,6	5,0
2.1. Perfil (subtotal)	0,8	0,9	0	0,7	1,0	1,0
Ocupacional	0,2	0,2	0	0,3	0,2	0,2
Profissional	0,2	0,2	0	—	0,2	0,2
Docente	0,2	0,2	0	0,2	0,2	0,2
Pesquisador	0,2	0,3	0	0,2	0,4	0,4
2.2. Permanência no Programa (subtotal)	0,5	1,0	1,0	0,8	0,6	1,0
TMT (ideal)	0,5	1,0	1,0	0,8	0,6	1,0
2.3. Desempenho (subtotal)	2,0	2,5	2,0	2,0	3,0	3,0
Cargos	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Produção intelectual	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0
Liderança	1,0	1,0	0,8	0,5	1,0	1,0
3.0. Professores (Total)	19	19,9	20	18	20	20
3.1. Formação (subtotal)	2,0	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0
Título Acad. Sup. ao Progr.	2,0	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0
Título Acad. Igual ao Progr.	2,0	0	0	0	0	2,0
3.2. Experiência (subtotal)	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Profissional	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Docência	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Pesquisa	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Part. em Eventos Acad/Cient.	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
3.3. Processo de Seleção (subtotal)	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Convocação Pública	0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Concurso	0,5	0,3	0,3	0,8	0,3	0,3
Produção (publicações)	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0
3.4. Carreira (subtotal)	3,0	3,0	3,0	1,0	3,0	3,0
Existência na Instituição	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
mais de 75% em nível médio (30hs) ou superior (40hs)	2,0	2,0	2,0	0	2,0	2,0
mais de 50% em nível médio (30hs) ou superior (40hs)	1,0	0	1,0	0	0	1,0

Continuação

Programas/Variáveis	Filosofia	Bibliotecologia	Informática	Psicologia	Educação	Proposta do Modelo
3.5. Responsabilidades (subtotal)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Pesquisa	5,0	0,5	5,0	5,0	5,0	5,0
Docência	5,0	0,5	5,0	5,0	5,0	5,0
4.0. Currículo (Total)	24,5	26,5	22,9	27,2	25,4	30,0
4.1. Fundamentação (subtotal)	1,5	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Histórico-contextual	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Aspectos filosófico - conceituais	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Missão e política	0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
4.2. Objetivos (subtotal)	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Formulados nos documentos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Coerência com a fundamentação	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
4.3. Conteúdos (subtotal)	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Tipo de conteúdo	2,0	2,0	2,0	1,0	2,0	2,0
Organização	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Coerência com os objetivos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Abrangência	0	0	0	1,0	0	0,0
4.4. Metodologia (subtotal)	3,0	4,0	4,0	5,0	5,0	5,0
Modalidades oferecidas	0	1,0	1,0	2,5	1,0	1,0
Ênfase nas estratégias pedagógicas	3,0	3,0	3,0	2,5	4,0	4,0
4.5. Pesquisa (subtotal)	4,8	5,0	5,0	5,0	4,4	5,0
Linhas de pesquisa definidas	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Programa(s) de pesquisa	2,0	1,0	1,0	1,0	0,8	1,0
Projetos Específicos	2,0	2,0	2,0	2,0	1,8	2,0
Relações entre projetos e específicos	0,8	1,0	1,0	1,0	0,8	1,0
4.6. Avaliação (subtotal)	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Coerência entre estrat. e obj. e metodologia	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Concordância com a natureza do programa	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
4.7. Recursos (subtotal)	2,7	2,7	1,0	2,2	2,1	5,0
Infra-estrutura física	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5
Equipamentos e verbas (secretaria)	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,5
Processos e equipamentos de computação	1,0	1,0	0,4	0,5	0,4	1,0
Recursos Bibliográficos	0,5	0,5	0,2	0,3	0,8	1,0
Financiamento	0,5	0,6	0	0,5	0,2	1,0
Recursos de Tecnologia Educacional	0	0	0	0,3	0	—
Laboratórios/oficinas	0	0	0	0,2	0	—
4.8. Execução (programa) (subtotal)	4,5	4,8	4,9	5,0	3,9	5,0
Formas de programação (calendários)	1,5	1,5	1,5	1,5	1,2	1,5
Formas de Promoção (norma, regulamento)	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Formas de credenciamento	1,0	0,8	0,5	1,0	0,5	1,0
Eficiência interna (evasão, reprov. titulação)	0,5	1,0	0,9	1,0	0,5	1,0
5.0. Administração (Total)	12,0	10,2	9,6	10,6	10,6	15,0
5.1. Estrutura Organizacional (subtotal)	4,5	4,0	4,5	4,5	4,0	5,0
Instâncias	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Relações intra-institucionais	1,5	1,0	1,5	1,0	1,0	1,5
Relações Inter-institucionais	1,0	1,0	1,0	1,5	1,0	1,5

Continuação

Programas/Variáveis	Filosofia	Bibliotecologia	Informática	Psicologia	Educação	Proposta do Modelo
5.2. Processos de gestão (subtotal)	5,0	4,0	3,0	4,0	4,0	5,0
Para aspectos acadêmicos (normas, regulamentos)	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Financeira (fontes)	2,0	1,0	0	1,0	1,0	2,0
5.3. Recursos (Institucionais) (subtotal)	2,5	2,2	2,1	2,1	2,6	5,0
Infra-estrutura física	0,25	0,3	0,5	0,2	0,4	0,5
Dotação e equipamentos	0,25	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5
Processos e equipamentos de computação	0,5	0,2	0,4	0,5	0,5	1,0
Processos e equipamentos de comunicação	0,5	0,5	0	0,2	0,5	0,5
Financiamentos (fontes)	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	2,0
6.0. Entorno Institucional (Total)	8,75	10,0	6,5	9,4	8,1	10,0
6.1. Diretrizes (documentadas) (subtotal)	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
6.2. Área de influência (subtotal)	2,0	2,0	1,8	2,0	1,8	2,0
Geo-política	1,0	1,0	0,8	1,0	0,8	1,0
Socioeconômica	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
6.3. Desenvolvimento Institucional (subtotal)	2,75	4,0	1,7	3,4	2,9	4,0
Programas de Graduação	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Programas de Pós-Graduação	0,5	1,0	0,5	1,0	0,8	1,0
Estrutura de pesquisa	0,75	1,0	0,2	0,5	0,6	1,0
Publicações Periódicas	0,5	0,5	0,3	0,2	0,3	0,5
Serviços de Assessoria/Consultoria	0,5	0,5	0,1	0,5	0,3	0,5
Contato com Egressos	—	0,5	0,1	0,7	0,4	0,5
6.4. Relações Institucionais (subtotal)	2,0	2,0	1,0	2,0	1,4	2,0
Instituições similares	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5
Grupos de pesquisa	0,5	0,5	0,1	0,5	0,3	0,5
Agências governamentais	0,5	0,5	0,3	0,5	0,3	0,5
Comunidades Científicas	0,5	0,5	0,1	0,5	0,4	—
7.0. Impacto Científico-Tecnológico	2,0	3,0	1,7	2,5	3,6	5,0
7.1. Científico-Tecnológico	1,0	0,5	0,2	1,0	1,0	2,0
7.2. Econômico-Social	0	1,5	1,0	1,0	1,8	2,0
7.3. Cultural	1,0	1,0	0,5	0,5	0,8	1,0
8.0. Avaliação (Total)	4,5	3,0	1,5	4,4	4,0	5,0
8.1. Objetivos da Avaliação (subtotal)	0,50	1,0	0,5	0,4	0,8	1,0
Cobrando itens de 1 a 5	0,25	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5
Cobrando itens de 6 a 8	0,25	0,5	0,1	0,0	0,4	0,5
8.2. Estratégias de avaliação	2,0	1,0	1,0	2,0	1,6	2,0
Auto-avaliação	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	1,0
Avaliação externa	1,0	0,0	0,0	1,0	0,8	1,0
8.3. Relações (planejamento e desenvolvimento) (sub-total)	2,0	1,0	0,5	2,0	1,6	2,0
Processo de execução e plano de desenvolv.	1,0	0,5	0,5	1,0	0,8	1,0
Processo de avaliação e plano de desenvolv.	1,0	0,5	0,0	1,0	0,8	1,0

Os resultados mostraram que os programas tenderam a uma auto-avaliação positiva situando-se no quartil superior, exceto Informática, mas próximo disto, possivelmente por ser curso muito novo. A ordem de auto-avaliação geral, do melhor para o pior, foi: Biblioteconomia, Educação, Psicologia, Filosofia e Informática. Houve pequena variação entre os itens. Os programas tenderam a se aproximar mais do ideal esperado no que diz respeito aos corpos docentes e discentes e menos em relação a currículo, administração, entorno e mesmo avaliação.

A análise correlacional entre os indicadores da avaliação externa e os dados obtidos pelo instrumento de avaliação interna mostraram um resultado pouco animador. Algumas correlações, para as quais se dispunha dos dados do programa de Informática foram feitas para $N=5$, com margem de erro de 0,05, $r_c = 0,75$.

Não foram encontradas correlações significantes entre total da auto-avaliação e o índice artigos, capítulos, livros/número de docentes ($r_o=0,10$); e total de publicações ($r_o=0,50$) e total da produção técnico/artística ($r_o=0,70$).

A análise dos itens para os quais não havia dados de Informática foram feitas para $N=4$, $N.Sig. = 0,05$ e $r_c = 0,81$. Os cálculos, comparando o total da auto-avaliação com o total da produção técnico-artística, resultou em zero, o mesmo ocorrendo em relação ao total de titulados e a razão número de titulados/orientador. Houve uma correlação de 0,80, portanto, não significativa, entre auto-avaliação e tempo médio de titulação por parte dos alunos.

Os programas manifestaram-se em relação ao instrumento "Guia de Auto-Avaliação da Pós-Graduação" dizendo da dificuldade para responder a alguns itens por falta de definição de parâmetros e, em outros (egressos), de manutenção de um fluxo completo e atualizado de informações. Além disso, há áreas em questão em que não há interesse, para o próprio desenvolvimento científico e vinculação com a realidade socioeconômica, que *todos* os docentes estejam em regime de dedicação exclusiva à Universidade (Ex.: Psicologia Clínica, Medicina, Engenharia, Informática) e estas diferenciações, sem definições prévias de critérios, ficam difíceis de avaliar. Outro aspecto de difícil avaliação é o de

impacto posto que não se considera suficiente e adequado contar com os índices de citação, sendo a preferência pela exclusão do índice; segmentou-se ainda que há dificuldade de avaliação de impacto quer a curto quer a longo prazo. Também sugeriu-se a inclusão de índices de produtividade docente de forma mais explícita como no Relatório CAPES.

Discussão e conclusões

Os resultados relativos aos índices de avaliação externa do Relatório CAPES mostram variações entre os cursos que podem decorrer de peculiaridades de cada área; da experiência de seu corpo docente em nível de pós-graduação tanto em termos de ensino como de pesquisa; das oportunidades para publicações existentes em cada área bem como de variáveis externas e estímulo para a produção diversificados. Entretanto, cada programa deve buscar utilizar estes dados de modo a melhorar seu próprio desempenho inclusive buscando as condições materiais e de recursos humanos que viabilizem o progresso desejado.

Já na auto-avaliação, vale lembrar que possivelmente Informática tendeu a avaliar-se mais negativamente por não dispor ainda de dados que viabilizem uma adequada avaliação em itens como: tempo médio de titulação (não tinha dissertações defendidas), egressos (não tem egressos) e mesmo estar com seu corpo docente em fase de composição. Psicologia tendeu a avaliar-se de forma mais exigente que os outros programas já consolidados, embora sua avaliação externa seja A - e os seus índices de produtividade muito bons. É possível que isto esteja refletindo o próprio desenvolvimento da área no Brasil, onde há mais de 30 cursos de pós-graduação contra, por exemplo, os seis existentes em Biblioteconomia e Ciências da Informação. Também é possível que isto reflita o desenvolvimento e as peculiaridades de cada área do conhecimento em si.

As correlações mostram que não houve consistência entre o total da auto-avaliação e os vários índices usados na avaliação externa. Possivelmente não estão sendo avaliadas as mesmas dimensões que podem dar conta do todo de um programa de pós-graduação. No instrumento usado para pós-graduação, por exemplo, constam tópicos que não

são considerados nos índices da avaliação externa, como é o caso dos egressos e do próprio currículo e da administração e que ocupam um percentual apreciável dos itens usados na avaliação. Já nos itens de avaliação externa, o referente a publicações merece um grande destaque e equivale a apenas 1 ponto no instrumento de Cruz Cardona, no qual, Psicologia que mais publicou atribui-se apenas meio ponto enquanto os demais programas atribuíram o ponto total. Este último fato aponta para a dificuldade decorrente da falta de operacionalização dos itens.

Realmente, os resultados mostram a necessidade de dar continuidade ao estudo do instrumento de auto-avaliação, estudando melhor a sua abrangência, a sua consciência interna, a sua validade, a sua precisão. Isto pede outras análises dos dados e outras pesquisas.

Considerando que a avaliação “é uma atividade compreendida com vista a determinar se um programa (curso, plano, operação) resulta em conformidade com os objetivos planejados” (Erasmie e Lima, 1988, p. 105) e que a pós-graduação tem por objetivos a formação de recursos humanos de alto nível (professores universitários e pesquisadores), bem como, de conhecimentos científicos, isto não pode ser esquecido na revisão dos instrumentos de avaliação.

Seria útil contar com estudos semelhantes em outras Universidades, em todas as áreas de conhecimento.

Além disso, toda avaliação deve ter suas consequências para que não ser já uma tarefa inútil ou que se feche em si mesma. De fato, como bem explicita o comitê da Internacional Reading Association e do National Council Teacher of English (IRA/NCTE, 1994, p. 25) “o que a avaliação desenvolve determina o seu valor” ou seja, as suas consequências. Nestas circunstâncias é necessário que todos os envolvidos considerem os resultados alcançados em uma e em outra avaliação para reformular, ajustar, otimizar e até mesmo fazer a reengenharia dos programas se for o caso. Isto pede ação de alunos, professores, administradores universitários, da Universidade e das agências financiadoras e responsáveis pela avaliação e pelo desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

Referências

- CRUZ CARDONA, V. (1991). *Evaluación, selección y acreditación de Programas de Postgrado: guía de autoevaluación*. Cal.: Universidade Ibero-Americana de Postgrado.
- DOMINGUES, C.M. (1994). *Discurso científico: análise das dissertações da Faculdade de Engenharia Agrícola - UNICAMP*. Tese de Mestrado, PUCAMP, Campinas.
- DREW, C. J. HARDMAN, M.L. (1985). *Designing and conducting behavior research*. New York: Pergamon Press.
- DURHAN, E.R. & SCHAWARTZMAN, S. (Orgs.) (1992). *Avaliação de Ensino Superior*. São Paulo: U.S.P.
- ERASMIE, T. & LIMA, L. C. (1993). *Investigação e Projetos de Desenvolvimento em Educação*. Minho: Universidade do Minho.
- PATTERSON, L. (1993). *Teacher are rescarches: reflection and action*. Newark: IRA.
- PUCAMP-Reitoria (1994). *Plano Gestão 93/96*. Campinas: PUCAMP.

Psicologia existencial-fenomenológica: o saber filosófico e a produção científica

Ana Paula Chaves*, Shirley Macêdo* e Viviane Mendonça*

Na tentativa de compreender o lugar epistemológico da Psicologia Existencial-Fenomenológica, torna-se necessária a contextualização filosófica dos pressupostos que embasam a sua visão de homem e de mundo e que repercutem em seu fazer científico. Neste sentido, tenta-se articular o entendimento do Existencialismo e da Fenomenologia com a Psicologia. Ressalta-se o envolvimento intersubjetivo do psicólogo existencial-fenomenológico com o sujeito de seus estudos. A partir disso, conclui-se o caráter processual destes estudos, visto que o saber filosófico lhes garante uma produção científica voltada a uma constante abertura ao devir dos significados do existir humano.

Palavras-chave: Psicologia, existencialismo, fenomenologia, ciência.

Abstract

Existential-Phenomenological psychology: philosophical knowledge and scientific production

Trying to understand epistemological place of the Existential-phenomenological psychology, becomes necessary the philosophical contextualization of the premise of its human and world views, what has repercussion in its scientific production. In this sense, one try articulate the understanding of the Existentialism and of the Phenomenology with the Psychology. Emphasizing the intersubjective involvement of the psychologist with the subject of his studies. Arising from that, one conclude the processual character of these studies, because the philosophical knowledge warrant them a scientific production looking for a constant opening to the processuality of meanings of the human existence.

Key words: Psychology, existentialism, phenomenology, science.

Falar de uma abordagem Existencial-Fenomenológica em Psicologia requer, antes de tudo, um retorno ao campo da Filosofia - um campo inicialmente negado pela Psicologia quando esta se propôs a se tornar científica, buscando em seu fazer o método das ciências da natureza. E após este retorno, tentar lançar um olhar sobre o psiquismo e o mundo social em que ele se expressa, numa *Weltanschauung* (visão de mundo) existencial-fenomenológica.

Para se ter a compreensão da Fenomenologia e do Existencialismo faz-se necessário conhecer a origem etimológica das palavras "fenômeno" e "existência", e saber de que forma estes termos inserem-se no contexto da filosofia, tendo em vista que a *logia* e o *ismo* colocados nestas palavras referem-se

à primazia do estudo destes conceitos dentro de um pensar.

A palavra Fenomenologia significa o estudo do fenômeno. Esta, por sua vez, vem da expressão grega *fenomenon* e deriva do verbo *faínestai*, que quer dizer mostrar-se a si mesmo, aparecer, tornar-se manifesto, visível em si mesmo. A partir desta definição, pode-se dizer que todo aquele que se propõe a descrever aquilo que aparece ou estudá-lo, ou se deter em sua ciência, é chamado de fenomenólogo.

Porém, não é qualquer Fenomenologia que será tratada aqui, mas uma certa Fenomenologia, aquela que diz respeito a um determinado momento filosófico da história da civilização ocidental.

Um dos primeiros filósofos a utilizar o termo Fenomenologia foi Kant. Na verdade, em seu pensamento, a Fenomenologia era muito mais crítica do que um estudo do aparecer (do fenômeno). Ele criticava a pretensão do conhecimento de atingir o fenômeno, pois este é limitado pelo Ser ou o Absoluto, não podendo jamais prevalecer sobre o conhe-

* Mestradas em Psicologia Clínica da PUCCAMP. Apoio CNPq/CAPES.

Endereço para correspondência: Rua Álvaro Antônio Zini, 418, Jd. Chapadão, CEP 13066-150, Campinas, SP, FONE: (019) 243-2485.

cimento destes. Porém, é com Hegel que o termo Fenomenologia entra definitivamente na tradição filosófica. Para ele, o Absoluto é cognoscível e a Fenomenologia é, então, uma filosofia do Absoluto ou do Espírito, ou seja, é uma retomada do caminho que o Espírito percorre ao longo da História, não como algo exterior à experiência humana, mas presente em cada momento desta experiência — no movimento dialético da *negação da negação* para a *superação*, que se torna o motor da História.

Contudo, não é a Fenomenologia como concebida por Kant e Hegel que interessa aqui, mas a Fenomenologia que se desenvolveu no século XX e que se refere a um dos movimentos contemporâneos do pensamento filosófico. Pode-se dizer que esta Fenomenologia foi iniciada por Edmund Husserl. Para ele, o sentido do ser e o fenômeno não podem ser dissociados; e o que ele propõe não deixa de ser uma ontologia (ciência do ser). A partir de Husserl, muitos outros fenomenólogos baseados em seu pensamento surgiram, e muitos outros pensadores sofreram sua influência direta e explícita, mesmo quando não eram conhecidos como fenomenólogos; como por exemplo, os existencialistas contemporâneos.

Não se pode afirmar que o Existencialismo seja uma Fenomenologia, tendo em vista haver filósofos que antecederam Husserl (como Kierkegaard e Nietzsche), que em suas idéias se pode encontrar uma identificação direta ao que é denominado Existencialismo.

Existencialismo é uma teoria que coloca como primazia a *existência* humana. Mas o que é existência? Para entender este conceito é preciso diferenciá-lo de um conceito oposto, a *essência*. A essência é tudo aquilo que o ser é, suas características. A essência não é um puro nada, ela se torna possível graças à existência — a existência é aquilo que atualiza a essência. A filosofia existencialista preocupa-se com o singular, o concreto, a existência; diferentemente da filosofia clássica (ou essencialista) que dá primazia à essência, ao universal das coisas.

É com base nessas duas perspectivas que se define também a produção de conhecimento científico. Uma perspectiva que procura investigar as características comuns das coisas, a essência univer-

sal; e outra que enfatiza a existência daquilo que existe, ou aquilo que possibilita a manifestação de sua essência.

Quando se refere a uma Psicologia Existencial-Fenomenológica, está-se falando de uma Psicologia que dá primazia à existência de seu objeto de estudo, ao ser humano, a fim de alcançar os significados de seu Ser através do método fenomenológico.

Contextualização histórica do existencialismo e da fenomenologia

Os problemas filosóficos são sistematizados com base em uma argumentação lógica, um pensamento intuitivo e pela reflexão racional. A sistematização, ou melhor, as tentativas de sistematização filosófica “*aparecem como aquilo que se modifica com o tempo*” (Stegmüller, 1977:2).

Desta forma, para entender qualquer pensamento filosófico que fundamenta uma postura epistemológica (ou um enfoque de conhecimento e pesquisa), é necessário que tenhamos clareza quanto ao momento histórico e cultural em que esse pensamento se origina e se desenvolve, ou seja, a qual homem histórico ele se refere e problematiza.

O Existencialismo e a Fenomenologia surgiram numa época em que o Projeto Iluminista da Modernidade encontrava-se em evidência, prometendo um futuro mais fácil e inovador para a humanidade em nome de uma ciência positivista. O cogito cartesiano “*penso, logo existo*”, amplamente difundido na época moderna, apontava para a primazia do aspecto racional do humano, considerando-o como critério de valor dos comportamentos do homem e de suas idéias. A desrazão é rechaçada como algo que deveria ser evitado por não ser humano, mas animal. O pensamento, a razão, era o que definia a humanidade do homem.

O conhecimento científico, nessa época, respaldava-se na crença em uma razão onisciente, que proporcionaria a segurança de um mundo consensual, onde existiam verdades absolutas a serem encontradas. No entanto, este modo de conhecimento científico esbarrava numa dificuldade: as verdades cientificamente encontradas começavam a ser questionadas no âmbito próprio da Ciência, superadas ou, até mesmo, invalidadas. O consenso

buscado pelo Projeto Iluminista em nome de uma ciência positivista começava a se tornar um objetivo quase impossível — ou seja, não mais havia verdades absolutas nas quais o homem pudesse se respaldar em suas posições diante do mundo; aquilo que se acreditava como verdade já não o era, ou poderia não mais ser. Nesse contexto, tudo se tornava incerto e frustrante para o sujeito moderno na sua busca de um sentido real para a humanidade e o mundo. Havia o desencantamento das promessas que a Razão havia trazido em reação ao modo medieval e antigo de existir, levando o sujeito moderno e, conseqüentemente, a Ciência, a entrar em crise.

A crise das ciências se deu ao se perceber que as verdades científicas estavam desvencilhadas do mundo da vida (*Lebenswelt*), ou seja, havia um divórcio que o filósofo Edmund Husserl (1859 - 1938) definia como a transformação da objetividade das ciências em *objetivismo*. O objetivismo é a ilusão de que a Ciência pode “desvelar o mistério da realidade”, esquecendo-se que a ciência é uma atividade humana, que não está pronta desde a eternidade, e que se constitui de acordo com os projetos humanos e com as tradições (Dartigues, 1992).

Tudo se passa como se a racionalização científica só pudesse tematizar o objeto negligenciando os sujeitos existentes, como se o estabelecimento de verdades objetivas deixasse a liberdade humana ainda mais desamparada em suas escolhas e em suas condutas. (op. cit.: 73)

A crise, portanto, acontece na identificação deste divórcio, na tentativa de retornar às coisas mesmas e ao mundo da vida, quer dizer, fazer com que o mundo da Ciência seja o mundo da vida também. A Fenomenologia surge identificando este divórcio e propondo um novo método de se estudar os fenômenos, no qual o retorno às coisas mesmas possa se apoiar — o **método fenomenológico**. Resalta-se aqui, que tal proposta surgiu no âmbito da Filosofia e não da Ciência, mas de uma filosofia que se dispunha a ser científica.

Portanto, no que diz respeito à Filosofia, pode-se dizer que nas questões filosóficas do homem

moderno está a crítica à metafísica, isto é, às referências de leis fundamentais do universo. Não apenas devido ao pensamento kantiano que nega a metafísica como ciência tradicional, mas ao próprio momento de ceticismo que tais questões surgem. Diferentemente do homem da Antiguidade e da Idade Média, que tinha como base para o seu pensamento o religioso e a fé, o homem moderno desconfia e se desinteressa pelas discussões e soluções metafísicas para os problemas humanos. Esta desconfiança e desinteresse são intensificados pela crescente consciência da relatividade histórica das posições filosóficas (Stegmüller, 1977).

É com base nessa posição não-metafísica de suas questões que surge com maior intensidade a necessidade de uma consciência de um mundo problemático e misterioso, no qual é também preciso afirmar claramente de que forma o homem encara os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, já que a fé e o conhecimento não o satisfazem. O que se torna urgente é a necessidade de uma clareza das decisões práticas. É nesse contexto que surgem as filosofias contemporâneas, dentre elas os pensamentos existencialistas, que descrevem a problemática existencial, podendo apontar para o homem um caminho para o absoluto, sem se apoiar num dogma religioso ou sistema metafísico; e também para o aspecto da existência humana em sua dimensão particular, individual e concreta.

Fenomenologia: pressupostos teórico-filosóficos e relação com a Psicologia

A relação entre Psicologia e Filosofia pode ser inicialmente compreendida a partir de uma citação de Bicudo & Martins (1989: 91):

A Fenomenologia surge como uma Filosofia interessada em estudar os procedimentos conscientes dependentes de objetivos universais, tais como aqueles existentes na Matemática e na Lógica. Inicia-se com a tentativa de descobrir um modo verdadeiramente filosófico de estudar a consciência que era redutível à Psicologia. Mas logo que se inicia a elaboração de uma Filosofia da consciência, fenomenólogos como

Merleau-Ponty chegaram à constatação de que havia nessa Fenomenologia, essencialmente filosófica, grandes possibilidades para a prática nas Ciências Humanas, especificamente na Psicologia.

A Fenomenologia surgiu como tentativa de vencer dificuldades dos pensamentos filosófico e científico. Husserl a considerou um *positivismo superior*. Asti-Vera (1979) afirma que “*a Fenomenologia é uma superação do positivismo que conduziu à coisificação do homem*” (p.77), enquanto Campos (in: Boris, 1994) entende que a Fenomenologia tenta ultrapassar as experiências reais, quando atém-se à essência das experiências: ela descreve as experiências mentais e seus objetivos tais como se apresentam à consciência humana.

O retorno às coisas mesmas tem justamente este sentido: o de encontrar a essência dos fenômenos tal como manifestados na consciência, passível de ser alcançada pela compreensão da relação do homem com o mundo. A consciência, neste caso, é entendida como sendo sempre consciência de alguma coisa; é sempre intencional. A tarefa da Fenomenologia, portanto, é analisar as vivências intencionais da consciência, para compreender como os sentidos são produzidos.

A análise intencional nos faz conceber consciência e objeto como inseparáveis, posto que apenas existe *objeto* enquanto voltado para a *consciência*, e esta apenas é consciência enquanto consciência de algo. Reconhece-se, assim, que o mundo e o sujeito não são, respectivamente, nem exterioridade nem interioridade. A intencionalidade funciona como uma regra correlacional, indicando que algo está ligado a algo. Aqui constitui-se a relação *noése-noema*, ou seja, a atividade da consciência e o objeto constituído por essa atividade (Dartigues, 1992).

Considerando o caráter intencional da consciência, Boris (1994) argumenta, respaldando-se em Angerami (1985), que a *essência* da consciência é sempre o termo de uma direção: “*as essências não têm existência alguma fora do ato da consciência que as visa e do modo sob o qual esta as apreende*

na intuição” (p.23). A *intuição* (da essência) é que possibilita uma compreensão *a priori* do ser.

Contudo, esta compreensão se processa antes de qualquer reflexão, porque diz da experiência direta, do envolvimento pré-reflexivo da consciência com o objeto. A pré-reflexão, desta forma, constitui um dos requisitos básicos para se aplicar o *método fenomenológico*. Para isso, é preciso que se ponha fora de ação a(s) crença(s) na realidade do mundo, a fim de se permitir o alcance do *eidós*. Isso vem a ser o que Husserl denominou de *epoké* (redução eidética). A volta às coisas mesmas pressupõe também uma colocação *entre parênteses* de todo conhecimento científico: “*para que possamos redescobrir a experiência primitiva em toda a sua riqueza*” (Rezende, 1990:36).

Esta é uma das principais diferenças entre a Fenomenologia e as demais formas de produzir conhecimento. A Fenomenologia constitui basicamente uma filosofia *indutiva*, uma filosofia da experiência, anterior a qualquer explicação científica, quer seja psicológica, sociológica ou historicista. Contudo, a partir do momento em que ela tenta compreender as várias ciências, possibilita-se um diálogo com as mesmas e com as filosofias (Rezende, op.cit).

Um diálogo, pois ela não se apresenta pronta e acabada, daí não poder sustentar verdades inabaláveis. “*O seu inacabamento e o contínuo prosseguimento de sua marcha são inevitáveis, pois ela pretende desvendar a razão e o mundo, e estes não são um problema, mas constituem um mistério*” (Forghieri, 1993: 21).

O que caracteriza a Fenomenologia, portanto, é sua constante meditação sobre o homem em relação com o mundo. Pretende, assim, uma compreensão do sentido humano dos fenômenos estudados. Não se trata de alcançar uma objetividade absoluta, mas de comunicar, com dados objetivos, uma maneira de ser do homem no mundo. Pertence, neste sentido, às disciplinas *eidético-concretas*, propondo-se descrever as essências das vivências humanas (Dartigues, 1992; Forghieri, 1993).

Dentre as Ciências Humanas que podem lançar mão da Fenomenologia como forma de conhecer a relação do homem com o mundo, situa-se a

Psicologia. Giorgi (1978), expondo uma abordagem fenomenológica da Psicologia, defende que ela, como ciência humana, deve pressupor uma fidelidade ao fenômeno do homem como pessoa, uma preocupação especial para com os fenômenos singularmente humanos e uma primazia das relações.

Giorgi (1978), assim como Merleau-Ponty (1988), Dartigues (1992), Forghieri (1993) e Boris (1994), pensa a Fenomenologia como uma metodologia de compreensão nas ciências humanas, principalmente na Psicologia, porque esta, ao estudar os fenômenos psíquicos humanos tendo por base a relação homem-mundo, nem é indutiva, em um sentido empirista, nem reflexiva, em um sentido filosófico tradicional. "*O conhecimento psicológico é reflexão e ao mesmo tempo vivência; é conhecimento que pretende descobrir a significação, no contato efetivo do psicólogo com sua própria vivência e com a de seus semelhantes*" (Forghieri, 1993: 22).

Isto pressupõe que o psicólogo seja alguém que coexista no mundo com o sujeito que ele tenta compreender, não devendo haver separação entre suas experiências e as do sujeito de seus estudos. A compreensão de uma Psicologia de inspiração fenomenológica, segundo Dartigues (1992), parte do encontro entre duas intencionalidades: a consciência cognoscente (o psicólogo) e a consciência a conhecer (sujeito objeto do conhecimento).

O envolvimento existencial do psicólogo com seu objeto de estudo, com base em uma atitude pré-reflexiva, é que possibilitará uma compreensão mais aproximada do fenômeno. A Psicologia existencial-fenomenológica não busca a essência, como o pretendia a filosofia husserliana, mas procura apreender o significado da vivência para o sujeito em sua imediaticidade, considerando que a experiência desse sujeito é passível de compreensão porque faz parte de uma realidade compartilhada entre ele e o psicólogo, mesmo que experienciada de diferentes maneiras.

Com base neste envolvimento experiencial pode-se refletir sobre a experiência e, através de sua tematização, comunicá-la ao universo científico. Isto significa que o psicólogo "*que trabalha fenomenologicamente orienta-se por um sentido, isto é, pelo conhecimento imediato, intuitivo, lógico que*

tem do fenômeno a ser investigado" (Bicudo & Martins, 1989: 93), elaborando depois um conhecimento científico sobre este fenômeno. Isso quer dizer que ele busca, em primeiro lugar, um contato direto com a realidade que procura, com o fenômeno, para dizer esse fenômeno no âmbito do diálogo científico.

Conclusões

Tentar compreender a realidade humana, e daí extrair conhecimento, exige um esforço e uma perspicácia do cientista. Seus recursos para produzir idéias a respeito do homem são diversos diante de tantos fatos que ocorrem no mundo. Contudo, são escassos, quando sua pretensão é ir além de sua própria subjetividade e encontrar-se com a subjetividade do outro. A subjetividade tem múltiplas possibilidades de ser e é esta multiplicidade que impede a objetividade empírica da ciência (respaldada pelo controle sobre os fatos), subtraindo a onipotência do conhecimento.

Tem-se, assim, um comprometimento com o humano, *demasiado humano*, como nos diria Nietzsche, e isto exige um tatear em torno das experiências, da vida e de tudo aquilo que caracteriza a subjetividade. Passar a compreender esta subjetividade constitui um desafio que requer habilidades anteriores ao conhecimento *per si*, e de onde este será apenas um resultado. Um resultado que, mesmo significativo para o desenvolvimento da Ciência, não tem tanta força como a cadeia de significados que envolve o ser humano e que permite que cada apreensão nova corresponda a novos conhecimentos produzidos.

Este é um desafio a que se propõe um cientista de inspiração existencial-fenomenológica. Para estudar o humano, ele busca compreender a particularidade dos fenômenos que estuda. Sua produção de conhecimento não constitui uma verdade inabalável, ou seja, ela não é tida como uma realização onipotente da Ciência, mas constitui uma verdade *transitória*, que somente terá validade até o ponto em que encontrar nela um significado existencial. Quando a vida ultrapassa esse momento transitório, tudo é passível de uma nova compreensão e a produção do

conhecimento científico deve estar a serviço de seus novos significados.

Isto caracteriza a pesquisa existencial-fenomenológica numa perspectiva processual. A própria Fenomenologia, assim como a concebia Husserl, e o próprio existir humano, por estar sempre se renovando, são os determinantes deste desdobramento do conhecimento científico de inspiração existencial-fenomenológica.

A pesquisa fenomenológica está dirigida para significados, ou seja, para expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está sendo pesquisado, as quais são expressas pelo próprio sujeito que as percebe. Ao se concentrar nos significados, o pesquisador não está preocupado com os fatos, mas com o que os eventos significam para os sujeitos da pesquisa (Bicudo & Martins, 1989: 93).

Sendo, também, ele próprio, um sujeito da pesquisa, sua consciência não se volta apenas para os fatos do mundo. A significação buscada transparece no encontro de suas vivências com as vivências do(s) outro(s) sujeito(s). É aí que a objetividade científica fundamenta-se na intersubjetividade (Augras, 1994).

No que concerne à Psicologia existencial-fenomenológica, este caminho é percorrido num contínuo esforço do pesquisador de engedrar-se em sua totalidade de existência diante do fenômeno investigado.

Portanto, a produção científica do psicólogo existencial-fenomenológico é uma tentativa de retornar às coisas mesmas, voltar àquilo que de mais original há nele mesmo e de onde o conhecimento científico será o resultado; e é justamente o embasamento filosófico de seus trabalhos que respalda sua visão de mundo e, conseqüentemente, sua postura científica diante da produção de conhecimento, ao enfatizar uma constante abertura ao devir dos significados do existir humano.

Referências

- ASTI-VERA, A. *Metodologia da Pesquisa Científica* (5ª edição). Porto Alegre: Globo, 1974 (original argentino de 1968).
- AUGRAS, M. *O Ser da Compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico* (4ª edição). Petrópolis: Vozes, 1994.
- BICUDO, J. & MARTINS, M.A.V. *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Editora Moraes, 1989.
- BORIS, G. D. J. B. "Noções Básicas de Fenomenologia". In: *Insight Psicoterapia*, No. 46. São Paulo: Lemos, dez. 1994, pp. 19-25.
- DARTIGUES, A. *O que é a Fenomenologia* (3a. edição). São Paulo: Editora Moraes, 1992 (original francês sem indicação de data).
- FORGHIERI, Y.C. *Psicologia Fenomenológica: fundamentos, método e pesquisa*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- GIORGI, A. *A Psicologia como Ciência Humana: uma abordagem de base fenomenológica*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978 (original americano de 1970).
- MARTINS, J. "Contribuição da Fenomenologia para a Psicologia II". In: *Boletim do Programa de Mestrado em Psicologia da Educação*. São Paulo: PUC-SP, N° 4, 1984.
- MERLEAU-PONTY, M. *Merleau-Ponty na Sorbone: resumo de cursos de psicossociologia e filosofia (1949-1952)*, Campinas: Papyrus, 1990. (original francês de 1988).
- REZENDE, A.M. de *Concepção Fenomenológica da Educação*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1990 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v.38).
- STEGMÜLLER, W. *A Filosofia Contemporânea*. São Paulo: EDUSP, 1977.

Percepção de incômodo ao barulho ambiental: um modelo parcial e preliminar¹

Valdiney Veloso Gouveia
Universidade Federal da Paraíba

Hartmut Günther
Universidade da Bahia

O objetivo deste estudo foi saber como as pessoas percebem o barulho ambiental. A pesquisa foi realizada na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília. Usando o levantamento de dados pelo correio, em uma amostra randômica de 480 endereços residenciais, obteve-se 103 respondentes. Nos resultados observou-se que o barulho não era percebido como incômodo, sendo mais freqüente à noite e afetando mais o sono. Foi construído um modelo parcial e preliminar sobre a percepção de incômodo ao barulho. O modelo revelou como variáveis mais importantes: (1) a satisfação com apartamento, (2) a satisfação com a moradia, (3) a densidade residencial e (4) a idade do respondente. A conclusão de que a regulamentação do que seja um 'ambiente incômodo' quanto ao barulho deve levar em consideração, além do nível do estímulo sonoro, variáveis psicossociais.

Palavras-chave: percepção de barulho, incômodo ao barulho e avaliação ambiental.

Abstract

Perception of annoyance toward environmental noise: a partial and preliminary model

The objective of this study was to learn how people perceive environmental noise. The research was conducted in the Asa Norte of the Plano Piloto part of Brasília. Using a mail survey, at random sample of 480 addresses, 103 respondents was obtained. It was observed that noise was noticed more frequently at night, affecting sleep; however it was not judged as an annoyance. A partial and preliminary model was built about the perception of noise. The model indicated as the most important variables: (1) satisfaction with apartment, (2) satisfaction with the apartment building, (3) residential density and (4) age of the respondent. It was concluded that: any regulation with respect to environmental annoyances such as noise must consider not only the sonorous stimulus but psychosocial variables as well.

Key words: perception of noise, annoyance toward noise, and environmental assessment.

A percepção da qualidade ambiental, especificamente aquela relativa à sonoridade, é um tópico que tem aparecido com freqüência nas revisões sobre Psicologia Ambiental (Holahan, 1986; Russel & Ward, 1982; Saegert & Winkel, 1990). Isto pode dever-se ao fato de que "após a poluição das águas e do ar, a poluição sonora vem se constituindo na terceira maior ameaça do hábitat humano..." (Joachim, 1982: 31).

Com relação ao problema da poluição sonora, Cohen, Evans, Krantz e Stokols (1980) destacam que a contribuição da ciência para decisão política e social tem sido limitada à documentação do impacto de sons de alta intensidade sobre a audição. Outros

autores ressaltam a escassez de pesquisas sobre aspectos subjetivos de conforto, suportabilidade, comodidade etc. relacionados aos barulhos ambientais gerados na comunidade (Dornic, 1990; Fidell, 1978; Miller, 1978b).

Por existir poucos estudos sobre a percepção do barulho ambiental e sabendo que a intensidade dos estímulos sonoros explica uma parcela limitada da variabilidade de incômodo relatado pelas pessoas (Cohen & Weinstein, 1981), sendo sua redução não diretamente relacionada com a redução do incômodo (Griffiths, Langdon & Swan, 1980), o objetivo aqui é avaliar outras variáveis que podem ajudar a explicar a variabilidade da percepção de incômodo ao barulho.

Inicialmente destaca-se que embora tenha crescido o número de pesquisas sobre aspectos da avaliação do barulho, este crescimento não acompanha uma abrangência dos estímulos provocadores do barulho. A maioria das pesquisas são sobre barulho de tráfego aéreo (Cohen et al., 1980; Rylander,

1. Este trabalho corresponde a uma parte da dissertação de Mestrado do primeiro autor, sob orientação do segundo, apresentada ao Instituto de Psicologia da UnB. Contou com bolsa do CNPq (Proc. 830422/90-0).

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia, UFPB - João Pessoa, PB, 58.090-900, e-mail: CHLDPS25@BRUFPB.BITNET.

Sörensen & Kajland, 1972), rodoviário (Bradley & Jonah, 1979, Öhrström, 1989) e ferroviário (Fields, 1977). Barulhos resultantes de negócios, diversões e uso de eletrodomésticos são raramente considerados. Este fato sugere que a maioria das variáveis apresentadas a seguir mostraram-se relevantes em pesquisa sobre barulho resultante de tráfego.

Variáveis que influenciam a percepção de incômodo ao barulho

Intensidade do estímulo. Das variáveis estudadas sobre o tema, a intensidade do estímulo é a mais citada. Todavia, não existe acordo sobre qual o nível de contribuição desta variável para explicar a variabilidade de incômodo ao barulho. Enquanto alguns dizem que esta é pequena (Cohen & Weinstein, 1981; Job, 1988; Rylander, Sörensen & Kajland, 1976), outros insistem que esta variável é a principal determinante do incômodo (Bradley & Jonah, 1979; Rylander, Björkman, Ährlin, Arntzen & Solberg, 1986). Há relativo consenso, todavia, de que a contribuição fica no intervalo de 10 a 25% (Cohen & Weinstein, 1981, Bradley & Dawson, 1981).

Satisfação com moradia. Existe acordo entre os pesquisadores em descrever como menos incomodadas pelo barulho e expressando menos sentimentos negativos as pessoas mais satisfeitas com a moradia (Jonah, Bradley & Dawson, 1981; Langdon, 1976a; 1976b; Weinstein, 1980).

Também têm havido esforços para determinar a relação entre intensidade do estímulo e satisfação com a moradia (Bradley & Jonah, 1979; Griffiths, Langdon & Swan, 1980; Miller, Tsemberis, Malia & Grega, 1980). E, mais recentemente, começaram a surgir suspeitas de que a relação entre satisfação com a moradia e incômodo ao barulho é bidirecional (Solórzano, 1991).

Densidade residencial e sensibilidade. A densidade mostrou-se influenciadora da percepção do barulho, sendo maior o número de distúrbios provocados pelo barulho quanto maior o número de pessoas num apartamento (Bradley & Jonah, 1979); e as pessoas expostas a uma elevada densidade apresentam mais afeto negativo e sentem-se mais desconfortáveis (Epstein, Woolfolk & Lehrer, 1981; Fidell, 1978).

Da mesma forma, quem se percebe mais sensível ao barulho tende a sentir-se mais incomodado por este (Hede & Bullen, 1982; Job, 1988).

Variáveis demográficas. Os estudos apontam sistematicamente a idade como influenciadora (direta ou indiretamente) da percepção de incômodo ao barulho (Dornic, 1990; Jonah, Bradley & Dawson, 1981; Organización Mundial de la Salud, 1976) e da preocupação com questões ambientais (Van Liere & Dunlap, 1980). Não há acordo quanto à influência das demais variáveis demográficas: uns expressam que elas podem explicar o incômodo ao barulho (Hede & Bullen, 1982; Langdon, 1976a; 1976b; Organización Mundial de la Salud, 1976; Rylander, Sörensen & Kajland, 1976), outros relatam não encontrar qualquer influência destas variáveis (Cohen & Weinstein, 1981; Prester, Rohrmann & Schellhammer, 1987).

Apesar de existir subsídios sobre variáveis influenciadoras do incômodo ao barulho, nenhuma teoria que as integra foi elaborada (Cohen & Weinstein, 1981). A este respeito Dornic (1990) afirma que, para conhecer os antecedentes do incômodo ao barulho, dever-se-ia considerar o 'noise' percebido, ao invés do definido objetivamente (intensidade do estímulo sonoro).

Em resumo, verifica-se na literatura a falta de uma teoria (Cohen & Weinstein, 1981); a limitação das pesquisas em só estudar barulho provocado por tráfego, sem considerar aqueles produzidos por atividades no interior da comunidade (Fidell, 1978; Miller, 1978a); uma preocupação demasiada na relação intensidade do estímulo sonoro e incômodo (Bradley & Jonah, 1979; Rylander *et al.*, 1986); e falta de modelos que estabeleçam a importância de cada variável para explicar a percepção de incômodo ao barulho ambiental.

Diante deste contexto, os objetivos específicos desta pesquisa são: (a) estudar a percepção de incômodo a barulhos provocados por bares vizinhos às residências dos respondentes, relacionando-a com variáveis ambientais, demográficas e psicológicas e, (b) elaborar um modelo em que as variáveis estudadas que forem significativas para explicar a percepção de incômodo ao barulho tenham sua contribuição discriminada.

Variáveis e definições operacionais

Variáveis antecedentes (VAs)

Proximidade do Barulho (PXB): Localização do apartamento do respondente na superquadra com relação à fonte de barulho (bares nas comerciais). Assim, pôde-se classificar os apartamentos em próximos e afastados do barulho.

Tempo de Apartamento (TAP): Tempo total que o respondente mora em apartamento.

Tempo de Moradia (TMO): Tempo que o respondente mora no atual apartamento.

Satisfação com Apartamento (SAP): Avaliação em escala de seis pontos feita pelo respondente da satisfação quanto a morar em apartamento, discriminando se existem mais coisas a favor ou contra neste sentido. Quanto maior o escore menor a satisfação do respondente.

Satisfação com a Moradia (SAM): Avaliação em escala de seis pontos que o respondente faz sobre a adequação, suficiência e conforto do seu apartamento, podendo expressar ou não o desejo de se mudar. A maior satisfação é resultante de menor escore.

Densidade Residencial (DEN): É o número de pessoas no apartamento em função do número de pavimentos básicos: quartos, salas e banheiros.

Utilidade do Apartamento (UTA): Corresponde à descrição do respondente quanto à serventia de seu apartamento no dia-a-dia.

Dados Demográficos: Características dos respondentes da amostra, como: sexo e idade.

Responsável pela Redução do Barulho (RBA): Atribuição que o respondente faz de quem deveria ser o responsável pela redução do barulho ambiental nos apartamentos.

Reduzir Barulho (COF): Avaliação do respondente da possibilidade, ou não, de se fazer alguma coisa para reduzir o barulho.

Sensibilidade ao Barulho (SEN): Julgamento que o respondente faz de sua reação diante do barulho em relação às demais pessoas. Quanto maior o escore mais sensível é o respondente.

Barulho na Moradia Anterior (BAN): Avaliação que o respondente faz do barulho no seu ambiente anterior de moradia, comparando-o com o atual.

Barulho Levou a Fazer Algo (BLF): Afirmação do respondente sobre se o barulho o levou ou não a fazer algo para reduzi-lo.

Variável Critério (VC)

Percepção de Incômodo ao Barulho Ambiental (PIB): Avaliação que o respondente faz, em escala de seis pontos, do barulho ambiental em função da suportabilidade e da comodidade. Um maior escore do respondente corresponde ao maior incômodo percebido do barulho.

Método

Delineamento

Utilizou-se o delineamento do tipo correlacional para a variável percepção de incômodo ao barulho; e o modelo de pesquisa foi *ex post facto*. Isto porque, uma vez que não havia um suporte teórico sólido sobre o tema e como foram consideradas 14 variáveis antecedentes no estudo, foi dificultada a elaboração de um delineamento fatorial.

Amostra

O estudo foi realizado na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília, onde existem aproximadamente 23.000 endereços residenciais. Escolheu-se esta área por ser menos desenvolvida do que a Asa Sul, com os seus moradores menos satisfeitos com os aspectos ambientais (Günther, 1991).

Com base em mapas da cidade e visitas aos locais, definiram-se duas subamostras de blocos de apartamentos: os que ficavam próximos aos bares (condição com barulho) e os que ficavam afastados (condição sem barulho), localizados no centro das superquadras. Foram excluídos os próximos às vias de tráfego rodoviário. Através da rotina SAMPLE do SPSS/PC+, adotando a técnica de amostragem aleatória de etapas múltiplas, foram selecionados consecutivamente os blocos e apartamentos que fariam parte da pesquisa. De 480 endereços escolhidos para onde foram enviados os questionários, 103 fizeram parte da pesquisa.

Instrumento

Um questionário foi elaborado com base em estudos prévios (Fidell, 1978; Weinsten, 1980) e em experiências pessoais. Depois contataram-se espe-

cialistas na área para avaliar se o instrumento cobria os aspectos relevantes da problemática. Com seis juízes, três leigos e três peritos no assunto, fez-se uma validação semântica. O instrumento pronto, composto de 30 itens apresentados em uma folha frente e verso, foi dividido em quatro categorias: (1) Vida em Apartamento, (2) Avaliação do Ambiente de Moradia, (3) Barulho Ambiental, e (4) Caracterização da Amostra.

Procedimentos

Os questionários sobre percepção de barulho foram enviados pelo correio para o morador do apartamento, sem especificar seu nome. Cada envelope continha, além de uma breve carta informando o objetivo da pesquisa, instruindo como responder o questionário e assegurando o anonimato do respondente, um outro envelope selado e endereçado para resposta. O prazo fixado para coleta de dados foi de um mês, porém mais uma semana foi acrescentada correspondendo ao período de greve, nesta fase, da Empresa de Correios e Telégrafos.

Análise dos dados

A tabulação e as análises estatísticas dos dados foram feitas com o SPSS/PC+. Além das medidas de tendência central e de dispersão, trabalharam-se com ANOVA, *t* de Student, *r* de Pearson e Análise de Regressão.

Resultados

Os 103 respondentes foram em sua maioria adultos com idade média de 41 anos, casados e com curso superior, distribuídos equitativamente por sexo. A descrição modal do apartamento padrão em termos de cômodos correspondeu a três quartos, uma sala e dois banheiros. O tempo médio de moradia em apartamento foi de 16 anos, sendo cerca de 13 anos vividos no atual apartamento (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização da amostra de respondentes (N = 103)

Variável	Níveis	f	%
Sexo	Masculino	50	48,5
	Feminino	53	51,5
Estado Civil	Solteiro	21	20,0
	Casado/Cônjuge	71	69,0
	Separado/Viúvo	11	11,0
Nível Escolar	Segundo Grau	18	18,4
	Superior	73	74,5
	Pós-Graduação	7	7,1
Variável		Média	D.Padrão
Tempo EM Apartamento		16,1	7,84
Tempo NO Apartamento		13,5	18,11
Idade do Respondente		41,2	10,41
Apartamento Padrão: 3 quartos, 1 sala e 2 banheiros			

De modo geral, os respondentes perceberam-se sensíveis ao barulho, demonstraram satisfação com apartamento, principalmente com sua atual moradia. Embora o barulho afetasse o sono, ele não se demonstrou incômodo (Tabela 2)

Tabela 2 - Descrição do incômodo ao barulho e satisfação com lugar de moradia

Variável	Média	D.Padrão	t*	P <
Percepção de Incômodo	3,0	0,90	3,79	0,01
Satisfação com Apartamento	3,1	1,23	3,37	0,01
Satisfação com Moradia	2,8	1,21	5,95	0,01
Sensibilidade ao Barulho	3,1	1,33	3,11	0,01

* Cálculo em relação ao ponto neutro (3,5) da escala de resposta

Para estruturar um modelo que permitisse compreender a percepção de incômodo ao barulho ambiental, estabeleceram-se dois critérios estatísticos a fim de selecionar as variáveis estudadas mais importantes: uma correlação significativa da VA com a VC, e uma diferenciação na VC influenciada

pela VA. Assim, procedeu-se uma matriz r de Pearson com as variáveis tidas como paramétricas; e foram realizados testes de diferenças entre médias da percepção de incômodo ao barulho para as VAs categóricas.

De acordo com a matriz de correlação (Tabela 3), as VAs satisfação com apartamento, satisfação com a moradia, nível de barulho na moradia anterior e densidade residencial se correlacionaram com a percepção de incômodo ao barulho ambiental. Sendo que os respondentes que se mostraram satisfeitos com apartamento e com a moradia, tendo percebido maior nível de barulho na residência anterior em comparação com a atual e moram em ambiente mais denso, perceberam o barulho como menos incômodo.

No conjunto das variáveis categóricas, a que influenciou a percepção de incômodo ao barulho foi

a situação em que o barulho levou ou não o respondente a fazer alguma coisa para reduzi-lo (Tabela 4). Especificamente, quem já fez alguma coisa para reduzir o barulho percebeu-se como mais incomodado por este. Ressalta-se que, tanto na Tabela 4 como na 6 e na 8, a categoria 'Não' das VAs proximidade do barulho (PXB) e sexo correspondente (MAS) correspondem, respectivamente, aos níveis 'afastado do barulho' e 'sexo feminino' destas variáveis.

As VAs consideradas na Análise de Regressão foram: satisfação com apartamento, satisfação com a moradia, nível de barulho na residência anterior, densidade residencial e o relato de que o barulho os levou a fazer algo. Esta última será tratada como intervalar por ser dicotômica (ver Tabela 5).

Tabela 3 - Matriz de correlação da percepção de incômodo ao barulho com VAs

SAM	0,28**							
SAP	0,33**	0,39**						
BAN	0,25**	0,13	0,24**					
IDA	0,12	-0,23*	-0,24**	-0,08				
SEN	-0,16	0,15	0,02	0,01	-0,19*			
TAP	-0,05	-0,07	-0,12	-0,25**	0,24**	0,19*		
TMO	-0,09	-0,11	-0,12	-0,28**	0,28**	0,16	0,41**	
DEN	-0,26**	-0,06	-0,01	-0,07	-0,26**	0,10	-0,04	0,07
PIB	SAM	SAP	BAN	IDA	SEN	TAP	TMO	

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Tabela 4 - VAs que podem influenciar na percepção de incômodo ao barulho

	GRUPOS						
	Sim		Não		t	g.l.	p
	M	DP	M	DP			
BLF	3,2	0,88	2,7	0,91	-2,47	94	0,01*
COF	2,9	1,00	3,1	0,87	1,02	96	0,31
PXB	3,1	0,91	3,0	0,96	-0,52	99	0,60
MAS	2,9	0,14	3,1	0,87	1,46	99	0,15
Teste F							
RBA	-	-	-	-	1,11	6	0,33
UTA	-	-	-	-	1,46	5	0,21

* Chance de resultado devido ao acaso é menor do que 5%, aceitável.

Tabela 5 - VAs selecionadas para o modelo da percepção de incômodo ao barulho

Variável	B	SE B	BETA	t	p <
Satisfação com Apartamento	0,251288	0,072730	0,314639	3,45	0,00
Densidade Residencial	-0,786338	0,275388	-0,247584	-2,85	0,00
Satisfação com Moradia	0,174700	0,071057	0,223854	2,46	0,02
(Constante)	2,158179	0,302188		7,14	0,00

O conjunto das três VAs selecionadas explica cerca de 23% ($R = 0,51$) da variabilidade total da percepção de incômodo ao barulho ambiental. Desta soma de variabilidade, a satisfação com apartamento e com a moradia contribuem com cerca de 15%. O modelo resultante a partir dos dados, seguindo a estrutura da Análise de Regressão ($Y = B_1Z_X + \dots + B_nZ_{X_n}$), foi:

$$Z_{PIB} = 0,315Z_{SAT} - 0,245Z_{DEN} + 0,224Z_{SAM}$$

em que:

PIB = Percepção de Incômodo ao Barulho Ambiental

SAT = Satisfação com Apartamento

DEN = Densidade Residencial

SAM = Satisfação com a Moradia

Embora não tenham sido estabelecidas hipóteses sobre percepção de incômodo ao barulho,

satisfação com apartamento e com a moradia, havia indicação de que estas duas últimas mantinham uma relação bidirecional com a primeira. Assim, como na matriz de correlação estas VAs estão fortemente relacionadas com a VC, optou-se por tomar separadamente cada uma delas como conseqüente das demais, possibilitando um modelo mais completo da percepção de incômodo ao barulho. Os critérios adotados para seleção das VAs foram também estatísticos, equivalendo aos anteriormente indicados.

A satisfação com apartamento como VC.

Na Tabela 6 são apresentados os testes para as variáveis categóricas. É possível constatar nesta tabela que, apesar de haver uma tendência da variável proximidade do barulho (PXB) influenciar o nível de satisfação com apartamento, esta não é considerada significativa ($p > 0,05$). As demais variáveis apresentaram-se ainda menos relevantes neste contexto.

Tabela 6 - VAs que podem influenciar a satisfação com apartamento

GRUPOS							
	Sim		Não				
	M	DP	M	DP	t	g.l.	p*
BLF	3,2	1,14	3,0	1,18	-0,51	95	0,61
COF	3,1	1,00	3,1	1,44	-0,05	44	0,96
PXB	3,3	1,12	2,9	1,17	-1,09	100	0,07
MAS	3,0	1,12	3,2	1,10	1,22	100	0,22
Teste F							
RBA	-	-	-	-	1,38	6	0,23
UTA	-	-	-	-	1,44	5	0,22

* Chance de resultado devido ao acaso é menor do que 5%, aceitável.

Em relação às variáveis paramétricas, na Tabela 3 observa-se que quatro VAs correlacionaram-se com a satisfação com apartamento: satisfação com a moradia, percepção de incômodo ao barulho, nível de barulho na residência anterior e idade do respondente. Os satisfeitos com a moradia, que perceberam o barulho como pouco incômodo, o nível de barulho na residência anterior como mais elevado do que o da atual, e são mais velhos, foram os mais satisfeitos com apartamento. Na Análise de Regressão é considerado o conjunto das cinco VAs (ver Tabela 7).

O modelo para satisfação com apartamento ficou composto por duas VAs: a percepção de incômodo ao barulho ambiental e a idade do respondente. Elas explicam cerca de 21% ($R = 0,47$) da variabilidade total da satisfação com apartamento. A equação resultante foi:

$$Z_{SAT} = 0,42Z_{PIB} - 0,217Z_{IDA}$$

Tabela 7 - VAs selecionadas para o modelo da satisfação com apartamento

Variável	B	SE B	BETA	t	p <
Percepção de Incômodo	0,525633	0,111160	0,419799	4,73	0,00
Idade do Respondente	-0,030037	0,009826	-0,271374	-3,06	0,00
(Constante)	2,767210	0,504119		5,49	0,00

Tabela 8 - VAs que podem influenciar na satisfação com a moradia

GRUPOS							
	Sim		Não				
	M	DP	M	DP	t	g.l.	p*
BLF	2,8	1,12	2,7	1,24	-0,36	96	0,72
COF	3,0	1,38	2,7	1,06	-0,05	96	0,17
PXB	2,8	1,14	2,7	1,23	0,27	101	0,79
MAS	2,3	1,15	2,9	1,21	0,89	101	0,38
Teste F							
RBA	-	-	-	-	0,35	6	0,91
UTA	-	-	-	-	0,72	5	0,61

* Chance de resultado devido ao acaso é menor do que 5%, aceitável.

em que:

SAT = Satisfação com Apartamento

PIB = Percepção de Incômodo ao Barulho

IDA = Idade do Respondente

A satisfação com a moradia como VC. Os dados quanto aos testes das variáveis categóricas são mostrados na Tabela 8, onde se vê que nenhuma delas influenciou na satisfação com a moradia.

Na matriz de correlação, contudo, percebe-se que as VAs satisfação com apartamento, percepção de incômodo ao barulho e idade do respondente correlacionaram-se com esta variável. Os respondentes mais satisfeitos com apartamento, que perceberam o barulho como pouco incômodo, tendo maior idade, apresentaram-se mais satisfeitos com a moradia atual. Os resultados da Análise de Regressão são mostrados na Tabela 9.

Tabela 9 - VAs selecionadas para o modelo da satisfação com a moradia

Variável	B	SE B	BETA	t	p <
Percepção de Incômodo	0,416626	0,138542	0,314489	3,0	0,00
Idade do Respondente	-0,024480	0,012080	-0,211851	-2,03	0,04
(Constante)	3,118419	0,603138		5,17	0,00

Um modelo com duas variáveis foi estatisticamente o melhor (método **stepwise**). Especificamente, as VAs percepção de incômodo ao barulho e idade do respondente explicaram cerca de 15% ($R = 0,38$) da variabilidade total da satisfação com a moradia. Desta variabilidade 10% são explicadas pela percepção de incômodo ao barulho ambiental. O melhor modelo para a satisfação com a moradia foi:

$$Z_{SAM} = 0,314Z_{PIB} - 0,212Z_{IDA}$$

em que:

SAM = Satisfação com a Moradia

PIB = Percepção de Incômodo ao Barulho

IDA = Idade do Respondente

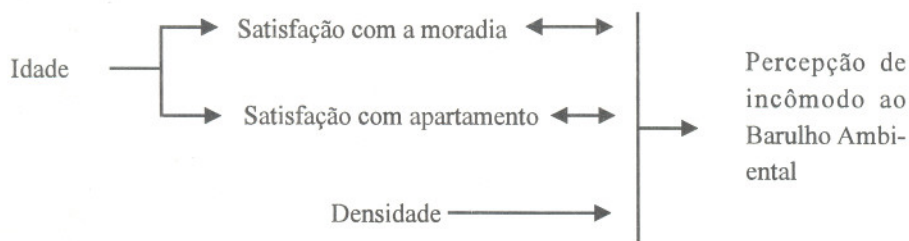
Em resumo, com base na análise dos dados sobre percepção de incômodo ao barulho, satisfação com apartamento e satisfação com a moradia, foi possível estabelecer um modelo que descreve a relação de cada uma dessas variáveis com as demais VAs para explicar a percepção de incômodo ao barulho ambiental (ver Figura 1).

De acordo com a figura abaixo, a idade dos respondentes influencia a satisfação destes quanto à morar em apartamento e à moradia atual. Por outro lado, a satisfação com apartamento e com a moradia atual parece manter uma influência bidirecional em relação à percepção de incômodo ao barulho ambiental, que é diretamente influenciada pela densidade residencial.

Discussão

Além das variáveis demográficas sexo e idade do respondente, foram estudadas 12 VAs que poderiam explicar a percepção de incômodo ao barulho. Como o número de VAs foi grande em relação ao número de respondentes (103), na falta de teoria que orientasse as análises, resolveu-se adotar critérios estatísticos para reduzir o número de VAs a serem consideradas em posterior análise para elaborar um modelo da percepção de incômodo ao barulho.

Embora cinco VAs tenham sido consideradas como significativas para explicar a percepção de incômodo ao barulho, apenas três destas permaneceram no modelo final: satisfação com apartamento, satisfação com a moradia e densidade residencial.

Figura 1 - Modelo parcial e preliminar da percepção de incômodo ao barulho

Se consideradas a satisfação com apartamento e com a moradia como avaliação do ambiente residencial, os achados anteriores de que as pessoas satisfeitas com seu ambiente sentem-se menos incomodadas pelo barulho são corroborados (Jonah, Bradley & Dawson, 1981; Langdon, 1976a; 1976b; Weinstein, 1980). Por outro lado, quanto à densidade residencial, os resultados encontrados não vão de encontro àqueles apresentados na literatura de que quanto maior a densidade do ambiente, maior o incômodo ao barulho (Bradley & Jonah, 1979; Epstein, Woolfolk, Leher, 1981; Fidell, 1978).

Uma hipótese explicativa para este resultado pode ser dada em termos do conceito psicológico de adaptação. Se o incômodo ao barulho decai com o tempo de moradia numa residência, provavelmente devido à adaptação dos moradores (Vallet, Maurin, Page, Favre & Pachiaudi, 1978), o fato de o tempo médio de moradia dos respondentes ser de 13 anos no atual apartamento permite supor que eles podem ter-se adaptado à maior densidade residencial. Assim, quem convive com maior número de pessoas em relação ao número de cômodos pode criar mecanismos psicológicos contra o barulho, sentindo-se menos incomodado do que aquelas pessoas acostumadas com ambientes menos densos e, supostamente, mais calmos.

Já que as VAs satisfação com apartamento e satisfação com a moradia correlacionaram-se fortemente com a percepção de incômodo ao barulho e havendo a indicação de que a relação entre estas VAs e a VC é bidirecional (Solórzano, 1991), considerou-se cada uma dessas VAs como VC. Com os resultados, elaboraram-se mais dois pequenos modelos para explicar a percepção de incômodo ao barulho ambiental.

No caso da satisfação com apartamento, os mais satisfeitos com apartamento foram aqueles menos incomodados pelo barulho e de maior idade. Parece que perceber menor incômodo do barulho e

estar satisfeito com apartamento é um primeiro suporte para a suspeita de que a relação entre avaliação ambiental e percepção do barulho é bidirecional (Solórzano, 1991). Isto porque quem está satisfeito com apartamento também percebe o barulho como menos incômodo.

O fato de as pessoas de maior idade sentirem-se menos incomodadas pelo barulho não é coerente com os demais resultados e com a literatura. As pessoas mais velhas são aquelas mais incomodadas pelo barulho (Organización Mundial de la Salud, 1976), podendo com isto, em um ambiente barulhento, mostrarem-se insatisfeitas com apartamento. Já que os respondentes não relataram demasiado incômodo devido ao barulho — Brasília talvez não seja mesmo barulhenta —, as pessoas mais velhas apresentaram-se satisfeitas com apartamento, enquanto as mais novas, que esperariam um lugar mais ‘movimentado’ tenderam a demonstrar insatisfação.

Quanto à satisfação com a moradia, compuseram o modelo as VAs percepção de incômodo ao barulho ambiental e idade do respondente. As pessoas satisfeitas com a moradia foram aquelas que não perceberam-se incomodadas pelo barulho, sendo mais velhas.

Os respondentes que perceberam o barulho como não-incômodo, sentindo-se satisfeitos com a moradia, reforçam a última discussão sobre a bidirecionalidade entre avaliação da moradia e percepção de incômodo ao barulho (Solórzano, 1991). As discussões a respeito da VA idade do respondente seguem o mesmo raciocínio das apresentadas em relação à variável satisfação com apartamento.

O modelo sobre percepção do barulho apresentado nos resultados confirma parte dos achados de pesquisas realizadas sobre o tema. Em outras palavras, a idade do respondente é uma das mais importantes variáveis demográficas para explicar a avaliação residencial (satisfação com a moradia e com apartamento) (Lawton, 1990; Van Liere & Dunlap,

1980), influenciando (mesmo que indiretamente) a percepção de incômodo ao barulho (Dornic, 1989; Jonah, Bradley & Dawson, 1981; Organización Mundial de la Salud, 1978).

A percepção de incômodo ao barulho foi influenciada pela densidade residencial — quanto mais pessoas no ambiente, menos o barulho é percebido como incômodo — e pela satisfação com apartamento e com a moradia (avaliação residencial) — quem está satisfeito com a residência percebe o barulho como menos incômodo (Jonah, Bradley, Dawson, 1981; Langdon, 1976a; 1976b; Organización Mundial de la Salud, 1976; Weinstein, 1980). Como suspeitou Solórzano (1991), a satisfação com apartamento e com a moradia parecem manter uma relação bidirecional com a percepção de incômodo ao barulho.

Conclusão

As principais limitações desta pesquisa foram: (a) o número reduzido de respondentes, que dificultou análises estatísticas mais avançadas e limitadas à generalização dos resultados e (b) a não-existência de uma teoria (ou abordagem mais sistemática) sobre a percepção de incômodo ao barulho ambiental, que pode ter resultado na exclusão de variáveis importantes para o modelo.

Em termos gerais, os respondentes não perceberam o barulho do ambiente como incômodo. Especificamente, o que diferenciou a percepção destes foi, direta ou indiretamente, a satisfação com apartamento e com a moradia, a idade do respondente e a densidade residencial.

O modelo resultante da percepção de incômodo ao barulho deve ser encarado, assim, como um trabalho heurístico na área, podendo ser mais sistematicamente e melhor explorado — é um modelo parcial e preliminar. Talvez outras variáveis que apresentaram uma tendência a influenciar a percepção de incômodo ao barulho, a satisfação com a

moradia ou com o apartamento, como a sensibilidade ao barulho, revelem-se importantes em outra pesquisa.

Resumindo, apesar de o nível de estímulos sonoros no ambiente influenciar na percepção de incômodo ao barulho, como mostrado em pesquisa da área, no presente estudo este nível (supostamente discriminado pela proximidade ou não dos bares) não foi tão decisivo. Neste sentido, acreditamos que outras variáveis também devam ser consideradas para decidir sobre a regulamentação do que seja um 'ambiente incômodo' quanto ao barulho.

A importância aqui das variáveis satisfação com apartamento, satisfação com a moradia, densidade residencial e idade do respondente na explicação da percepção de incômodo ao barulho revela que estas não devem ser desconsideradas em estudos futuros. Contudo, pode ser mais heurístico considerar as duas primeiras variáveis como uma só: satisfação com ambiente residencial, mesmo porque apresentam correlação entre si; e, deve-se explorar a variável densidade residencial, que apresentou resultados contraditórios com os previamente encontrados.

Há necessidade de realizar mais estudos sobre avaliações de barulhos advindos da própria comunidade. O funcionamento cada dia crescente de eletrodomésticos e o uso de alarmes em carros que disparam de madrugada precisam receber atenção dos pesquisadores.

Além de aumentar o número de respondentes da amostra e realizar esta pesquisa em outro contexto (talvez em cidades onde o barulho incomode mais), outras variáveis deverão ser consideradas para elaborar um modelo mais completo.

O fato de haver alguém na residência doente ou que necessite de maiores cuidados (bebê ou idoso) pode ser que influencie na percepção de incômodo ao barulho. Também poderia influenciar o motivo que levou a pessoa a ir para uma 'cidade barulhenta': ela gosta de viver naquela cidade, foi para lá devido

a uma transferência de trabalho, é o único lugar onde tem emprego etc.

A visibilidade da fonte do barulho é uma variável na literatura não considerada aqui, mas deve merecer atenção em estudos futuros (Fields, 1977). Também é necessário considerar as atitudes das pessoas em relação ao barulho e às suas fontes, que podem influenciar na percepção destes (Fields, 1977; Hede & Bullen, 1982; Job, 1988).

Finalizando, para avaliar até que ponto o barulho preocupa a pessoa solicitada a responder, talvez perguntar se ela conhece alguma legislação sobre o barulho ou órgão ao qual deve recorrer para prestar uma 'queixa' sirvam como indicadores.

Referências

- BRADLEY, J.S. & JONAH, B. A. (1979). The effects of site selected variables on human responses to traffic noise, part I: type of housing by traffic noise level. *Journal of Sound and Vibration*, 66, 589-604.
- COHEN, S., EVANS, G.W., KRANTZ, D.S. & STOKOLS, D. (1980). Psychological, motivational, and cognitive effects of aircraft noise on children. *American Psychologist*, 35, 231-243.
- COHEN, S. & WEINSTEIN, N. (1981). Nonauditory effects of noise on behavior and health. *Journal of Social Issues*, 37, 36-70.
- DEMICK, J. & WAPNER, S. (1990). Role of psychological science in promoting environmental quality — introduction. *American Psychologist*, 45, 231-232.
- DORNIC, S. (1990). Noise and information processing: findings, trends, and issues. In *Reports from the Department of Psychology, Stockholm University*, nº 715.
- EPSTEIN, Y. M., WOOLFOLK, R. L., & LEHRER, P. M. (1981). Psychological, cognitive, and nonverbal response to repeated exposure to crowding. *Journal of Applied Social Psychology*, 11, 1-13.
- FIDELL, S. (1978). Nationwide urban noise survey. *The Journal of the Acoustical Society of America*, 64, 198-206.
- FIELDS, J. M. (1977). Railway noise annoyance in residential areas: current findings and suggestions for future research. *Journal of Sound and Vibration*, 51, 343-351.
- GRIFFITHS, I.D., LANGDON, F. J., & SWAN, M. A. (1980). Subjective effects of traffic noise exposure: reability and seasonal effects. *Journal of Sound and Vibration*, 71, 227-240.
- GÜNTHER, H. (1991). Viver em Brasília. Trabalho apresentado no 4º Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil (SEDUR), Brasília.
- HEDE, A. J. & BULLEN, R. B. (1982). Community reaction to noise from a suburban rifle range. *Journal of Sound and Vibration*, 82, 39-49.
- HOLAHAN, C. J. (1986). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 37, 381-407.
- JOACHIM, E. (1982). Poluição sonora industrial: ruídos gerados por válvulas de controle, suas causas e soluções. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37, 77-80.
- JOB, R.F.S. (1988). Community response to noise: a review of factors influencing the relationship between noise exposure and reaction. *The Journal of the Acoustical Society of America*, 63, 991-1001.
- JONAH, B. A., BRADLEY, J. S., & DAWSON, N. E. (1981). Predicting individual subjective responses to traffic noise. *Journal of Applied Psychology*, 66, 490-501.
- LANGDON, F. J. (1976a). Noise nuisance caused by road traffic in residential area: part I. *Journal of Sound and Vibration*, 47, 243-263.
- LANGDON, F. J. (1976b). Noise nuisance caused by road traffic in residential area: part II. *Journal of Sound and Vibration*, 47, 265-282.
- LAWTON, M. P. (1990). Residential environment and self-directedness among older people. *American Psychologist*, 45, 638-640.
- MILLER, J. D. (1978a). Effects of noise on people. In: E.C. Carterette & M.P. Friedman (Eds.) *Handbook of Perception*. vol. IV, cap. 15, New York: Academic Press.
- MILLER, F. D., TSEMBERIS, S., MALIA, G. P. & GREGA, D. (1980). Neighborhood satisfaction among urban. *Journal of Social Issues*, 36, 101-117.
- ÖHRSTRÖM, E. (1989). Sleep disturbance, psycho-social and medical symptoms — a pilot survey among persons exposed to high levels of road traffic noise. *Journal of Sound and Vibration*, 133, 117-128.

- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (1976). *Riesgos del ambiente humano para la salud*. Publicación Científica nº 329. Washington, D. C.
- PRESTER, G., ROHRMANN, B. & SCHELLHAMMER, E. (1987). Environmental evaluations and participation activities: a social psychological field study. *Journal of Applied Social Psychology*, 17, 751-787.
- RUSSEL, J. A. & WARD, L. M. (1982). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 33, 651-688.
- RYLANDER, R., BJÖRKMAN, M. ÄHRLIN, U., ARNTZEN, E., & SOLBERG, S. (1986). Dose-response relationships for traffic noise and annoyance. *Archives of Environmental Health*, 41, 7-10.
- RYLANDER, R., SÖRENSEN, S., & KAJLAND, A. (1972). Annoyance reactions from aircraft noise exposure. *Journal of Sound and Vibration*, 24, 419-444.
- RYLANDER, R., SÖRENSEN, S., & KAJLAND, A. (1976). Traffic noise exposure and annoyance reactions. *Journal of Sound and Vibration*, 47, 237-242.
- SAEGERT, S. & WINKEL, G. H. (1990). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 41, 441-477.
- SOLÓRZANO, I. M. (1991). Padrões de respostas e taxas de participação em levantamento de campo: aplicação ao problema do ruído urbano. *Dissertação de Mestrado*. Brasília: Instituto de Psicologia - UnB.
- VALLET, M., MAURIN, M., PAGE, M. A., FAVRE, B., & PACHIAUDI, G. (1978). Annoyance from and habituation to road traffic noise from urban expressways. *Journal of Sound and Vibration*, 60, 423-440.
- VAN LIERE, K. D. & DUNLAP, R. E. (1980). The social bases of environmental concern: a review of hypotheses, explanations and empirical evidence. *Public Opinion Quarterly*, 4, 181-197.
- WEINSTEIN, N. D. (1980). Individual differences in critical tendencies and noise annoyance. *Journal of Sound and Vibration*, 68, 241-248.

O ingresso da criança surda na escola de primeiro grau — concepções e expectativas de pais e profissionais

Cecilia Guarnieri Batista e Angélica Bronzatto de Paiva e Silva¹

CEPRE - Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Prof.Dr. Gabriel de O. da S. Porto" -
F.C.M. - UNICAMP

Relata uma investigação acerca das concepções e expectativas de pais e de profissionais em relação à opção por escola regular ou escola especial para a criança surda no primeiro grau. Analisa os enunciados verbais dos entrevistados e apresenta os seguintes resultados: pais valorizam o ingresso na escola regular, condicionando-o a condições para acompanhá-la; pais salientam que na escola especial há maior facilidade de comunicação com professores e colegas; profissionais relatam mais dificuldades na adaptação à escola regular do que os pais; pais têm preocupações com aspectos sociais (especialmente rejeição) e cognitivos (dificuldades de aprendizagem); profissionais destacam a questão da comunicação e a questão educacional mais ampla no planejamento da escolarização do surdo. Discute-se a relação entre essas preocupações e as principais abordagens teóricas na educação do surdo.

Palavras-chave: Criança surda, expectativas, pais, professores, escolarização.

Abstract

Entry of deaf child in Kindergarten: concepts and expectation of parents and professionals

It is presented a research about conceptions of parents and professionals on the choice of school systems (regular or special) for deaf children at Elementary School. The analysis of verbalizations of parents and professionals indicate the following results: parents value regular school, provided that the child has conditions to accomplish the school tasks; parents consider that in special school there is a better communication with teachers and peers; professionals verbalize more difficulties in adaptation to regular school than parents; parents are worried both with social aspects (specially rejection) and cognitive ones (learning difficulties); professionals emphasize communication and broader educational matters in the planning of schooling for the deaf. It is discussed the relation between those verbalizations and the main theoretical frameworks in deaf education.

Key words: Hard hearing child, expectatives, parents, teachers, scholarship.

O processo de escolarização dos surdos envolve uma série de controvérsias. Em uma breve retrospectiva sobre a educação de surdos no Brasil, Silva-Mendes (1993) mostrou que, até pouco tempo, o ensino para surdos de 1ª a 4ª série era realizado basicamente em escolas especiais. Nos últimos anos, entretanto, passaram a ser apresentadas reiteradamente proposições a favor da integração da criança surda à escola regular, respaldadas na própria legis-

lação educacional.² Por sua vez, essa integração e os fundamentos teóricos que a subsidiam começaram a ser repensados pelos estudiosos da área.

Baliero (1989), em estudo sobre as alternativas educacionais do aluno surdo no Brasil, considerava que, embora a escola regular não oferecesse as mesmas vantagens que a especializada, poderia oferecer à criança um convívio que iria auxiliá-la a desenvolver recursos para integrá-la ao mundo ouvinte. Por sua vez, Silva e Batista (1994) identificaram uma série de dificuldades nos textos escritos por adolescentes surdos integrados ao ensino regular (5ª e 6ª séries do primeiro grau), tanto referentes a formas e convenções da escrita como à coesão e à coerência do texto. Essas autoras consideraram que a compreensão dos textos lidos era literal, com muita dificuldade de captar situações e emoções mais gerais, representadas por enredos específicos. Essa dificuldade também foi destacada por Fernandes

1. Agradecimentos aos pais e aos profissionais que se dispuseram a colaborar com a pesquisa e às estagiárias de Psicologia Adriane S. Proença, Leticia Neubern e Miriam Cruvinel, que efetuaram a coleta de dados com os pais.

2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 já prevê a educação de "excepcionais" no sistema geral de educação.

Endereço para correspondência: Centro de Reabilitação "Dr. Gabriel Porto" FCM-Unicamp, Rua Dr. Quirino, 1856, CEP 13015-082, Campinas, SP.

(1990) que relatou falta de raciocínio analógico e de dedução por parte de sujeitos surdos.

Dada à existência dessas controvérsias, podem surgir confusões entre pais e profissionais quanto ao melhor encaminhamento escolar para crianças surdas. Um exemplo da existência dessas dúvidas surgiu no Programa para Educação de Crianças Surdas Pré-escolares de uma instituição da região de Campinas. As crianças de três a seis anos freqüentavam a instituição duas a três vezes por semana (as crianças mais velhas por um período mais longo). O atendimento em pequenos grupos visava o desenvolvimento cognitivo-lingüístico, socioafetivo e psicomotor, realizado por uma equipe interdisciplinar incluindo pedagogos especializados, fonoaudiólogos, lingüistas e psicólogos. No outro período do dia, essas crianças freqüentavam creches e pré-escolas regulares, tratando-se, em sua maioria, de escolas públicas.

Ao longo desse período, discussões realizadas pela equipe sobre propostas a serem adotadas no ensino de surdos (Oralismo, Comunicação Total e Bilingüismo) levaram à sugestão de mudanças na proposta de trabalho com pré-escolares, com a adoção do Bilingüismo, o que acompanha uma tendência mais ampla de valorização da Língua de Sinais na educação de surdos (Sacks, 1990; Moura, Lodi e Pereira, 1993).

Nesse contexto, pais e profissionais tinham dúvidas quanto ao melhor encaminhamento de seus filhos. Tendo em vista a possibilidade de opção por escolas regulares ou especiais para surdos no início do primeiro grau,³ e uma situação de mudanças na direção das propostas educacionais na educação de surdos, vislumbradas por uma equipe de profissionais com atuação na área, considerou-se importante realizar um levantamento das expectativas e crenças de pais e profissionais sobre concepções dessas duas modalidades de ensino.

O objetivo do presente trabalho é relatar uma investigação sistemática acerca das concepções e expectativas de pais e de profissionais em relação à opção por escola regular ou escola especial para a criança surda no primeiro grau.

3. Existem, em Campinas, duas escolas especiais para surdos, com turmas de 1ª a 4ª série do primeiro grau.

Método

Sujeitos

Foram entrevistados os profissionais da instituição ligados ao atendimento em Pedagogia (cinco pedagogas especializadas, uma delas também com formação em Lingüística, e uma lingüista).

Participaram do estudo, respondendo a um questionário estruturado, os pais de 45 das 67 crianças (bebês e pré-escolares) atendidas na instituição. Na maioria dos casos (88,9%), a mãe foi a entrevistada. Nos demais casos, a entrevista foi realizada com o casal (1), o pai (2), a madrasta (1) e a avó (1). Um total de 27 das crianças cujos pais responderam ao questionário freqüentavam os Grupos de Atendimento anteriormente descritos. As outras 18 crianças, em geral mais novas, participavam de programas de orientação familiar.

Procedimento de coleta de dados

As entrevistas com os profissionais foram realizadas pela primeira autora, com base em um roteiro de entrevista semi-estruturada, em que eram colocadas as seguintes questões, na ordem e na forma em que fossem convenientes ao longo da entrevista: 1- Fale sobre cada um de seus alunos atuais em relação à escola regular que freqüentam. O que você sabe sobre sua integração com a professora, os colegas e as tarefas? 2- Em relação a seus alunos de anos anteriores, relate experiências quanto à escolaridade (escola regular ou especial). A que você atribui esses fatos?

As entrevistas com os pais foram realizadas pela segunda autora e suas estagiárias. O roteiro de entrevista, mais estruturado que no caso dos profissionais, incluiu seis questões que buscaram investigar com os pais os seguintes itens: 1) imagem da escola regular e especial; 2) expectativas quanto à escolaridade do filho; 3) conhecimento a respeito dessas modalidades de escola.

Procedimento de análise de dados

Uma parte das anotações das entrevistas foi lida e, com base nessa leitura, foram selecionados os temas e as categorias de análise dos dados. Efetuou-se, a seguir, uma leitura detalhada de cada entrevista:

cada enunciado que se enquadrasse em alguma categoria era anotado resumidamente em folha própria, no espaço referente à mesma. Foi considerada uma unidade de análise cada enunciado com determinado conteúdo. Assim, a mesma pessoa poderia apresentar mais de um enunciado referente à mesma categoria (por exemplo: “é essencial uma boa proposta pedagógica” e “é necessário o acompanhamento de fonoaudióloga” constituíram-se em duas unidades da categoria *I - D: Condições necessárias para acompanhar o primeiro grau na escola regular*. Esses enunciados foram considerados como parte de duas subcategorias distintas, respectivamente: “condições pedagógicas” e “apoios”.

É interessante verificar que o Tema III — *Problemas de escolaridade a serem evitados* — emergiu exclusivamente a partir dos enunciados dos pais, enquanto que o Tema IV — *Características desejáveis da escola a ser freqüentada por surdos* — emergiu com base nos enunciados dos profissionais.

Os temas e categorias de análise selecionados estão apresentados no Quadro 1.

Resultados

Uma vez realizada a categorização dos enunciados, procedeu-se à contagem de freqüência dos

enunciados classificados em cada categoria e subcategoria. A Tabela 1 traz os resultados referentes ao Tema I — *Escola Regular*.

A análise da Tabela 1 indica que, tanto nos relatos dos pais como nos dos profissionais, os exemplos de adaptação à escola regular na pré-escola sobrepõem-se aos de dificuldades escolares. Entretanto, os profissionais são mais sensíveis que os pais na detecção de dificuldades: do total de enunciados dos pais (pode haver mais de um por sujeito, pelas características da análise efetuada), 81,16% referem-se a exemplos de boa adaptação; esse valor cai para 64,44% no caso dos enunciados dos profissionais. Verifica-se, também, que os pais valorizam o ingresso na escola regular, condicionando-o a condições para acompanhá-la (fala e leitura labial, facilidade de aprendizagem). Já os profissionais detectam prováveis dificuldades, e sugerem medidas para preveni-las e remediá-las, entre as quais uma boa proposta pedagógica, intérprete de Língua de Sinais e outras condições de prevenção, aliadas, em alguns casos, a propostas de remediação (reforço escolar, por exemplo).

Os resultados referentes ao Tema II — *Escola Especial* — estão representados na Tabela 2.

Quadro 1. Temas e categorias para análise dos enunciados de pais e profissionais de crianças surdas pré-escolares

Temas	Categorias
I - Escola Regular	A - Adaptação à creche/pré-escola regular B - Condições/motivos de escolha desse tipo de escola no primeiro grau C - Comparação com a escola especial (descrição e valorização) D - Condições para acompanhar o primeiro grau na escola regular
II - Escola Especial	A - Adaptação à creche/pré-escola especial B - Condições/motivos de escolha desse tipo de escola no primeiro grau C - Comparação com a escola regular (descrição e valorização)
III - Problemas de escolaridade a serem evitados	
IV - Características desejáveis da escola a ser freqüentada por surdos	
V - Relato de experiências com escolas de primeiro grau	A - em escolas regulares B - em escolas especiais

Tabela 1. Enunciados referentes à escola regular por pais e profissionais de crianças surdas pré-escolares

Tema I - Escola Regular	Pais		Profissionais	
Categorias				
A - Adaptação à creche/pré-escola regular	N	%	N	%
<i>1 - relacionamento professor-aluno:</i>				
- relatos de bom relacionamento ("profª empenhada na comunicação com a criança", "criança acompanha explicações", "realiza tarefas", "segue regras" etc.)	27	39,13	6	13,33
- relatos de dificuldades ("criança não atende orientações", "tem dificuldades de comunicação com a profª" etc.)	6	8,70	6	13,33
<i>2 - relacionamento com colegas:</i>				
- relatos de bom relacionamento ("é bem aceita", "tem amigos" etc.)	23	33,33	12	26,67
- relatos de relacionamento difícil ("criança é tímida", "isola-se", "tem pequeno entrosamento", "apresenta birras", "é agressiva" etc.)	4	5,79	4	8,89
<i>3 - relacionamento global na escola:</i>				
- relatos de bom relacionamento ("está bem", "melhorou ao longo do ano" etc.)	6	8,70	11	24,44
- relatos de problemas ("piorou ao longo do ano", "dá problemas na escola". etc.)	3	4,35	6	13,33
Total de relatos de boa adaptação	56	81,16	29	64,44
Total de relatos de dificuldades na escola	13	18,84	16	35,56
TOTAL A	69	100,0	45	100,0
B - Condições/motivos de escolha desse tipo de escola (especial) no primeiro grau				
<i>1 - aspecto cognitivo-lingüístico</i>				
- ter condições de comunicação (fala e leitura labial)	7	43,75	2	* ⁴
- "facilidade de aprendizagem"/ "condições de acompanhar"	4	25,00	-	
<i>2 - aspectos globais:</i>				
- bem preparado em aspectos sociais e cognitivos	5	31,25	2	*
TOTAL B	16	100,0	4	*
C - Comparação com a escola especial (descrição e valorização)				
<i>1 - verbalizações a favor da escola regular:</i>				
- relacionadas ao desenvolvimento da criança ("favorece desenvolvimento", "integração", "incentiva fala e leitura labial" etc.)	11	36,7	-	
- relacionadas a conveniências da família ("é mais perto de casa")	6	20,0	-	
<i>2 - verbalizações condicionais</i> ("prefiro a escola regular, desde que ele possa acompanhar")	13	43,33	1	*
<i>3 - verbalizações contra a escola regular</i> ("é muito esforço", "é difícil compreender propostas" etc.)	-	-	2	*
TOTAL C	30	100,0	3	*
D - Condições necessárias para acompanhar o primeiro grau na escola regular:				
<i>1 - condições pedagógicas</i> ("boa proposta pedagógica", "intérprete Língua de Sinais", "profª compreensiva", "desenvolvimento de estratégias de estudo" etc.)	-		5	50,0
<i>2 - apoios</i> ("reforço escolar individualizado", "fonoaudiologia", "apoio da família e ajuda de irmãos" etc.)	5	100,0	5	50,0
TOTAL D	5	100,0	10	100,0

4. * Valores muito pequenos para o cálculo de porcentagens.

Tabela 2. Enunciados referentes à escola especial, por pais e profissionais de crianças surdas pré-escolares

Tema II - Escola Especial Categorias	Pais		Profissionais	
	N	%	N	%
A - Adaptação à creche/pré-escola especial (não foi possível obter dados a esse respeito)	-	-	-	-
B - Condições/motivos de escolha desse tipo de escola (especial) no primeiro grau				
<i>1 - aspecto cognitivo-lingüístico</i>				
- "ter dificuldades de comunicação"	4	16,67	-	-
- "dificuldade de aprendizagem", "dificuldade de acompanhar", "desinteresse", "necessidade de mais atenção" etc.	16	66,67	-	-
<i>2 - aspectos globais:</i>				
- "por dificuldade de relacionamento com colegas", "quando o problema é mais grave", "se for indicação de profissionais de reabilitação" etc.	4	16,67	-	-
TOTAL B	24	100,0		
C - Comparação com a escola especial (descrição e valorização)				
<i>1 - verbalizações a favor da escola especial:</i>				
- relacionadas ao desenvolvimento da criança ("facilidade de comunicação com professores e colegas", "convívio com semelhantes" etc.)	12	52,17	1	* ⁵
- relacionadas a conveniências da família ("condução da escola", "fono na escola" etc.)	3	13,04	3	*
<i>2 - verbalizações condicionais</i> ("necessária quando não consegue acompanhar a escola regular", "quando há indicação profissional" etc.)	7	30,44	1	*
<i>3 - verbalizações contra a escola especial</i> ("não gostaria que fosse para a escola especial")	1	4,35	0	*
TOTAL C	23	100,0	5	*

5. * Valores muito pequenos para o cálculo de porcentagens.

Observa-se que os motivos para a matrícula em escola especial no primeiro grau apontados pelos pais são principalmente negativos, ou seja, ligados a uma possível dificuldade de acompanhar a escola regular. Como valores positivos da escola especial, os pais destacam a facilidade de comunicação com professores e colegas e a oportunidade de convívio com indivíduos semelhantes (52,17% dos enunciados). Comparando-se as avaliações dos dois tipos de escola (vide também a Tabela 1), considera-se que os pais preferem a escola regular. As posições dos profissionais ficaram mais explicitadas nas análises do Tema IV, que serão apresentadas posteriormente.

Na Tabela 3 estão os dados referentes ao Tema III — *Problemas de escolaridade a serem evitados*, com categorias elaboradas a partir dos enunciados dos pais, e na Tabela 4, os dados referentes ao Tema IV — *Características desejáveis da*

escola a ser freqüentada por surdos, com categorias elaboradas com base nos enunciados dos profissionais.

Entre os enunciados dos pais, destacam-se tanto as preocupações com aspectos sociais (rejeição, zombaria, agressão, entre outros) como os cognitivo-lingüísticos (dificuldade de aprender, como ponto central). Os profissionais destacam a questão da comunicação no grupo (ressaltando a importância da adoção da Língua de Sinais) e a questão educacional mais ampla, que se reflete na proposta pedagógica. Na Tabela 1, encontram-se enunciados semelhantes (cf. subcategoria d) e também a menção a "fala e a leitura labial" (cf. subcategoria b), "reforço escolar" e "fono" (cf. subcategoria d). Esses enunciados, na verdade, referem-se a duas questões distintas: 1ª) O que é necessário para que um aluno surdo ingresse e permaneça na escola regular de primeiro grau, nas condições atuais? 2ª) Como deveria ser a escola para o surdo?

Tabela 3. Enunciados dos pais sobre problemas a serem evitados

Tema III - Problemas de escolaridade a serem evitados	Pais	
	N	%
aspectos sociais:		
- <i>relacionamento prof.-aluno:</i>		
rejeição, discriminação, falta de interesse do professor	8	18,18
dificuldade de comunicação	2	4,54
liberalidade, "porque é deficiente"	1	2,27
- <i>relacionamento com colegas:</i>		
rejeição, discriminação, isolamento	7	15,91
zombaria, piadinhas, "gozações", "tirar sarro"	5	11,36
ciúmes dos colegas, devido à atenção da professora	1	2,27
agressão dos colegas (inclusive agressão física e possível quebra do aparelho)	5	11,36
aspecto cognitivo-lingüístico:		
dificuldade de acompanhar o programa, dificuldade de aprender	9	20,45
dificuldade de compreensão de questões ligadas a sexo e drogas	1	2,27
aspectos globais:		
ser tratado como diferente, discriminação inclusive por mães de outros alunos	3	6,82
ser tratado como "coitadinho" ("é só DA, não tem nada de errado com ele")	2	4,54
TOTAL	44	100,0

Tabela 4. Enunciados dos profissionais sobre características desejáveis da escola a ser freqüentada por surdos

Tema IV - Características desejáveis da escola a ser freqüentada por surdos	Profissionais	
	N	%
- boa proposta pedagógica	2	20,0
- uso da Língua de Sinais para dar condições de comunicação podendo ser professor ou intérprete - surdo, evitar frustrações por dificuldades de comunicação ("não é questão de ser lento, é questão de comunicação")	5	50,0
- que o professor avalie o processo de aprendizagem do aluno sem comparações diretas com os ouvintes em cada atividade proposta (ex: ditado)	1	10,0
- "é preciso repensar as escolas regular e especial"	2	20,0
TOTAL	10	100,0

Quanto ao Tema V — *Relato de experiências com escolas de primeiro grau*, pais e profissionais relataram tanto casos de sucesso como de dificuldades na escola regular, e um número menor de casos de alunos em escola especial. Em geral, as considerações e valorações foram semelhantes às já apresentadas nas tabelas anteriores. Um relato a destacar foi o de um aluno que estava na escola regular, aparentemente sem grandes dificuldades, e que preferiu a escola especial, dizendo que gostaria de estar entre colegas semelhantes a ele.

Discussão e conclusão

Dentre as preocupações dos pais, pode-se considerar que seus anseios principais são de que seus filhos não sofram discriminação e agressão na escola e que tenham condições efetivas de aprender.

Os educadores destacam os aspectos da comunicação e da proposta educacional. No que se refere à realidade atual da escola regular, ressaltam a necessidade da fala funcional, leitura labial, dedicação do professor e reforço escolar, em parte como decorrência de uma abordagem oralista ou de Comunicação Total. Como proposta de mudança, sugerem a importância de o aluno poder utilizar a Língua de Sinais.

De fato, as colocações dos diferentes profissionais refletem diferentes concepções sobre a educação de surdos e uma tendência de mudança no sentido da valorização da Língua de Sinais. De acordo com Souza (1995), por exemplo:

"O bilingüismo se refere a uma postura educacional que possibilita o acesso da criança surda, o mais cedo possível, à língua de sinais e ao português. Em tal contexto de ensino, bilingüe deve ser o surdo, bilingües ao menos parte de seus professores, entre os quais surdos preferencialmente, também bilingües" (Souza, 1995, pág. 56).

Resta, então, elaborar e discutir propostas educacionais que levem em conta a importância da Língua de Sinais e, ao mesmo tempo, discutam a questão da inserção do surdo na comunidade (*mains-streaming* ou minoria lingüística?), o que envolve uma discussão muito mais ampla do que a dicotomia *escola regular x escola especial*.

Referências

- BALIERO, C.R. (1989). *O deficiente auditivo e a escola: relatos de algumas experiências*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERNANDES, E. (1990). *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. São Paulo: Agir.
- MOURA, M.C., LODI, A. C. G. E PEREIRA, M.C.C. (Orgs.) (1993). *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art (Série de Neuropsicologia).
- SACKS, O. (1989). *Vendo vozes — uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago.
- SILVA, I.R. e BATISTA, C.G. (1994). Linguagem e pensamento em adolescentes surdos escolarizados — algumas observações. *Anais (Comunicações) da 46ª Reunião Anual da SBPC*, 853.
- SILVA -MENDES, I.R. (1993). Análise da produção escrita de surdos. *Relatório final-FAEP (proc. 533/91)*.
- SOUZA, R.M. (1995). Ensino especial ou ensino bilíngüe: reflexões epistemológicas. In: GUZZO, R.S.L., WITTER, G.P., PFROMMNETTO, S., ROSADO, E. e WECHSLER, S. (Orgs.) *O desafio da Psicologia Escolar: o futuro da criança na escola, família e sociedade. Anais do XVII International School Psychology Colloquium e II Congresso Nacional de Psicologia Escolar. Tomo II*. Campinas: Átomo, 56-57.

Violência e suas implicações: análise de conseqüências de ferimentos com arma de fogo e arma branca

Vera Lucia Adami Raposo do Amaral¹ e Mario Mantovani²

A presente investigação teve como objetivo descrever algumas características de uma amostra de vítimas-sobreviventes de atentados com armas de fogo e armas brancas, e as circunstâncias em que ocorreram os incidentes, o impacto sobre a vítima, as respostas presentes na fase de recuperação do trauma, a reação familiar, o apoio social recebido pela vítima e a reinserção sociofuncional do traumatizado assim como suas perspectivas para o futuro. Foram sujeitos 18 indivíduos, sendo 17 do sexo masculino e um do sexo feminino, sendo 73,68% vítimas de ferimentos com armas de fogo (FAF) e 26,31% vítimas de ferimentos com armas brancas (FAB), todos atendidos na Disciplina do Trauma da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, pertencentes a nível socioeconômico baixo. Os principais resultados apontaram para um baixo número de vítimas com ferimentos causados por assalto, sendo que as causas mais freqüentes referiam-se a problemas interpessoais, como brigas, disputas pessoais e por bens. A maioria dos respondentes revelou não querer se vingar do agressor e não querer dar queixa à polícia. Os resultados mostraram, também, a presença de desordem de estresse pós-traumático (PTSD), com respostas de depressão e apatia. Os indivíduos apresentaram, em sua maioria, poucas condições de reinsersão sociofuncional, e pobre perspectiva quanto ao futuro.

Palavras-chave: Comportamento e violência, Psicologia do Trauma, Desordem de Estresse Pós-Traumático (PTSD).

Abstract

Violence and its implications: analysis of some consequences of shotgun and other weapons wounds

The aim of this investigation was to describe some characteristics of the victims of incidents caused by shotgun and other weapons, and to describe the attack circumstances, the impact on the survivor, the behaviors during the recovery phase, the family reaction, the socio-functional readaptation of the traumatized and their perspectives toward the future. 19 subjects were studied, 18 male and one female, 73,68% victims of gunshot and 26,31% victims of knife and other weapons wounds, all of them assisted in the Department of Trauma of the University of Campinas Medical School. All subjects come from low socio-cultural level. The main result pointed out a few victims of wounds caused by assault, being the most frequently caused by problems in relationship, fights and personal disagreement. The most part of the subjects declared not want to vindicate neither go to the police. The results show the presence of Pos-Traumatic Stress Disorder (PTSD), with depression and apathy. The subjects showed poor possibilities of socio-functional recovery and readaptation and a very narrow perspective toward the future.

Key words: Psychology of Trauma, Behavior and Violence, Pos-Traumatic Stress Disorder (PTSD).

Introdução

A questão da violência na sociedade tem sido tema de estudos nas áreas sociais e suscita especial interesse da psicologia tanto no que diz respeito ao comportamento individual e de grupo, assim como ao das vítimas da violência.

Frierson e Lippman (1990), em um estudo sobre indivíduos que se autoferiram com armas de

fogo, afirmaram que 70% dos cidadãos americanos guardam armas de fogo em suas casas e que em alguns estados do Oeste este número chega a 90%.

O desenvolvimento de tecnologias no tratamento do trauma e a evolução da ressuscitação cardiopulmonar têm permitido que um número maior de vítimas que se infligiram ou infligiram a outrem ferimentos com arma de fogo sobrevivam,

1. Prof^a do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Puccamp. Chefe do Setor de Psicologia do Instituto de Cirurgia Plástica Crânio-Facial da SOBRAPAR.

2. Prof. Titular do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Chefe da Disciplina do Trauma do Departamento de Cirurgia da FCM da Unicamp.

Endereço para correspondência: Vera Lucia A. Raposo do Amaral, Av. Dr. Moraes Salles, 2655, Nova Campinas, CEP 13093-192, Campinas, SP, E-mail: vraposo@mpc.com.br.

atraindo desta forma a atenção dos profissionais de várias áreas, inclusive da psicologia.

Cantor, Brodie e McMillen (1991) fizeram um estudo descritivo sobre todas as mortes por armas de fogo registradas entre os anos 80 e 89, no Laboratório de Patologia e Microbiologia de Brisbane, Austrália, e encontraram que 76% delas tinham sido causadas por suicídio, contra 18% por homicídio. Indivíduos do sexo masculino foram as vítimas predominantes em cada tipo de morte, sendo 74% das vítimas de homicídio também do sexo masculino. Enquanto a idade média das vítimas de suicídio variou de 21 a 25 anos, a das vítimas de homicídio variou entre 21 a 45 anos. Estes dados estão de acordo com o Instituto de Criminologia da Austrália que apontou uma proporção de 77:18:4 para as mortes por suicídio, homicídio e acidente, respectivamente.

Também nos EUA, os suicídios foram predominantes nas ocorrências com armas de fogo, até meados da década de 1980. Em um estudo com 315 666 indivíduos mortos por armas de fogo nos EUA, entre 1920 a 1982, 55% foram por suicídio, 37,5% por homicídio e 5% por acidente (Wintemute, 1987).

Em uma análise de homicídios feita por Wallace (1986), metade deles, com clara identificação do assassino, foram cometidos por membros da família. Amigos e conhecidos foram responsáveis pelo outro quarto do total. Estes dados sugerem uma alta proporção de homicídios motivados por fatores interpessoais e familiares.

Se as estatísticas até 1986 apontam, nos EUA e em alguns países do primeiro mundo, as tentativas de suicídio como a causa primeira dos acontecimentos envolvendo arma de fogo, o Departamento de Justiça dos EUA constatou uma criminalidade juvenil crescente e revelou que entre 1988 e 1992 os crimes entre jovens aumentaram 68%. Segundo relatório divulgado pelo Departamento de Justiça dos EUA, os jovens americanos com idade entre 14 e 17 anos cometeram 118 700 crimes graves. Comparando os números e as percentagens dos crimes cometidos em 1992 em relação a 1988, tem-se que, em 1992 foram cometidos 77 900 assaltos com violência, com um aumento de 80% em relação a 1988. Os homicídios ficaram na ordem de 2 500 com

um aumento de 55%. Os roubos foram em número de 32 900, com um aumento de 52%, e os estupros foram em número de 5 400, com um aumento de 27%. Estes dados cobriram 57% da população de jovens americanos, baseados nos arquivos de 1500 cortes com jurisprudência. Os dados mostram que tanto os criminosos como as vítimas de crimes são cada vez mais jovens nos EUA. As causas prováveis deste fato talvez sejam uma combinação de desespero, falta de perspectivas e relacionamento com drogas (Canzian, 1994).

Embora dados estatísticos precisos a respeito do aumento crescente da violência urbana nos países desenvolvidos estejam disponíveis, possibilitando perceber a rápida transformação social, o mesmo não ocorre em um país como o Brasil, onde as análises são feitas mais com base em impressões do que em estatísticas precisas.

De acordo com Castro (1980) e Marcondes Filho (1986) a questão da violência no Brasil tem suas causas ligadas a problemas de miséria, más condições de vida, desemprego, entre outras.

Bandura (1979) afirma que comportamentos perigosos, violentos e agressivos são regulados da mesma forma que os comportamentos sociais desejáveis. Os mesmos princípios de aprendizagem que regem a aquisição dos repertórios desejáveis regem a aquisição dos indesejáveis. Assim, um conjunto de comportamentos desviantes é adquirido e mantido por um grupo social, embora punido pela sociedade em geral, por exemplo, através das leis. Comportamentos governados por regras são regulados por um conjunto de regras verbais formuladas e aceitas por um grupo, embora não o sejam para outros. Os comportamentos desviantes são também mantidos através de contingências imediatas, pela obtenção imediata da consequência reforçadora, sendo que a punição pode ser adiada e muitas vezes evitada. Em alguns casos a violência ocorre por questão de sobrevivência de um dado grupo ou de um indivíduo em um dado grupo, como por exemplo, entre os traficantes de droga, delinquentes ou crianças de rua.

Os comportamentos desviantes podem ser também reforçados pelo grupo de poder, por exemplo, o mais cruel de um grupo de delinquentes é visto por seus companheiros como o mais poderoso, digno

de respeito e admiração. O valor vicariante do reforço pode aumentar também a probabilidade de que os membros delinquentes de um grupo exibam comportamentos violentos e/ou agressivos valorizados por ele.

Análise do comportamento da "vítima" tem merecido atenção dos investigadores. Schwarz e Kowalski (1991) descreveram a "desordem de estresse pós-traumático" (PTSD) como uma síndrome clínica identificada predominantemente com base em estudos empíricos e clínicos com adultos que foram expostos a desastres naturais e/ou provocados, ou a condições extremamente traumáticas. As características desta síndrome apontam para: a) uma diminuição acentuada dos interesses em atividades significativas, b) uma forte sensação de desesperança e/ou uma incapacidade para atingir objetivos de vida traçados antes do evento traumático, quer na carreira profissional, quer na família ou na vida pessoal, c) formação constante de presságios catastróficos, d) ansiedade, medos generalizados e mudanças bruscas na forma usual de responder.

Um dos aspectos mais importantes da PTSD parece ser as memórias malignas que costumam atormentar a vítima influenciando persistentemente os comportamentos do indivíduo, levando-o à diminuição acentuada da frequência de respostas passíveis de receber reforço positivo.

O indivíduo evita emitir comportamentos e desta forma diminui a probabilidade de que ocorra reforçamento ou qualquer tipo de punição. Passa a não querer sair de casa, ir para o trabalho, manter contatos sociais e assim por diante. O comportamento é mantido por reforçamento negativo, isto é, aumenta a probabilidade de ocorrência dos comportamentos que removem o estímulo aversivo. O indivíduo generaliza a experiência passada e passa a se esquivar de situações que remotamente possam expô-lo a condições similares às que viveu no passado. O medo de morrer torna-se mais presente, paralisando grande parte de seu repertório ativo e produtivo.

Tendo em vista a gravidade dos problemas de origem social, individual e de saúde que envolvem as ocorrências com armas de fogo e armas brancas é que se propôs realizar a presente investigação com os seguintes objetivos:

a) Descrever algumas características de uma amostra de vítimas-sobreviventes de atentados com armas de fogo ou branca.

b) Descrever as circunstâncias, o impacto do atentado sobre a vítima, as respostas presentes na fase de recuperação do trauma, a reação familiar, o apoio social recebido pela vítima e a reinserção sociofuncional da mesma.

Este é um estudo descritivo que pretendeu traçar um perfil dos pacientes atendidos na Disciplina do Trauma do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, por um período de seis meses.

Método

Sujeitos

Em um estudo que teve a duração de seis meses, foram entrevistados 19 sujeitos atendidos na Disciplina do Trauma do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 18 do sexo masculino e um do sexo feminino, sendo 14 vítimas de ferimentos com armas de fogo e cinco vítimas de ferimentos com arma branca, em uma percentagem de 73,68 % para os FAF (ferimentos com armas de fogo), e de 26,31 % para os FAB (ferimentos com arma branca). A Tabela I mostra a identificação dos sujeitos e as características da amostra em termos de idade, sexo, escolaridade, estado civil, profissão, salário, condição funcional, condições de moradia e situação familiar.

A idade da amostra variou entre 16 a 48 anos, com a média de 30,15 anos. A maioria dos sujeitos da amostra tinha instrução primária, sendo que 21,05% cursaram até a 4ª série e 36,84 % até a 8ª série, 15,78% da amostra eram analfabetas e 5,26% atingiram o 2º grau. 47,36% da amostra eram solteiras, sendo que 26,31 % eram casadas e 21,05 % eram amasiadas. Todos os sujeitos da amostra eram trabalhadores não-especializados, sendo que 42,10 % eram ou tinham sido trabalhadores da construção civil e 57,89 % faziam "bicos". O salário declarado foi de até um salário mínimo (47,36 % da amostra), entre um e três salários mínimos (21,05%), e nenhuma remuneração (26,31%). Os que recebiam mais de quatro salários mínimos constituíram 5,26 % da amostra.

Quanto às condições de moradia, 84,20 % declararam viver em casas de alvenaria, própria, alugada ou emprestada, 15,78 % declararam viver em barraco e 5,25 % em pensão. Embora um informante declarasse viver só, e dois com apenas mais uma pessoa (companheira e irmão), a média de pessoas vivendo na mesma casa que a vítima era de quatro pessoas, além do próprio sujeito.

Material

Foram elaborados dois protocolos para a coleta de dados da presente investigação. Uma ficha de rosto, de identificação do paciente, contendo informações tais como data da coleta de dados, nome do paciente, número do prontuário, idade, sexo, escolaridade, estado civil, profissão, salário, condição funcional antes do evento (empregado, desempre-

Tabela 1 - Identificação dos sujeitos

Desc/su Suj/feri	Idade	Sexo	Escola- ridade	Estado Civil	Profissão	Salário	Condição Funcional	Condição Moradia	Condição Familiar
S1/faf	37 anos	M	5ª	Viúvo/ amas.	vigia noturno	1 s.m.	desemp.	alv/emp.	esp/ 1 filha
S2/faf	22 anos	M	-	solteiro	servente pedreiro	1 s.m.	desemp.	barraco	pais/ 3 irmãos
S3/faf	19 anos	M	5ª	solteiro	soldado	1 s.m.	desemp.	alv/prop.	pais/ 3 irmãos
S4/faf	36 anos	M	analf.	solteiro	pedreiro	1 s.m.	desemp.	alv/prop.	2 irmãos
S5/faf	26 anos	M	6ª	casado	pedreiro	1 s.m.	desemp.	alv/prop.	mãe/esp./ 2 irm/1 fil
S6/faf	16 anos	M	4ª	solteiro	marteleiro	1 s.m.	desemp.	alv/prop.	1 irmão
S7/faf	33 anos	M	8ª	amas.	vendedor loteria	-	autônomo	alv.prop.	compa- nheira
S8/faf	32 anos	M	8ª	casado/ separado	carteiro	2 s.m.	empregado	alv/prop	esp/2 fil/ mãe
S9/faf	39 anos	M	analfabeto	casado	pedreiro	1 s.m.	empregado	alug/fun	esp/4 fil
S10/faf	36 anos	M	8ª	amas.	funileiro	3 s.m.	empregado	alv/1co	esp/3 fil
S11/faf	48 anos	F	analfabeto	casado	do lar	-	-	alv/prop.	marido/ 2 filhos
S12/faf	33 anos	M	-	solteiro	técnico financeiro	-	desemp.	hotel	-
S13/faf	20 anos	M	3ª	solteiro	fundidor	-	desemp.	alv/prop.	mãe/ 4 irmãos
S14/fab	29 anos	M	2º grau	solteiro	corretor	3 s.m.	empreg.	alv/prop.	pais/6 irm
S15/faf	29 anos	M	4ª	solteiro	servente	-	desemp.	alv/prop.	irm/mar/fi
S16/fab	42 anos	M	3ª	separado	armador	4 s.m.	empregado	barraco	sozinho
S17/fab	23 anos	M	5ª	solteiro	ajudante tecelagem	m/1sm	desemp.	alv/prop	4 irmãos
S18/fab	26 anos	M	4ª	amas.	serralheiro	1 s.m.	desemp.	barraco	esposa/ 5 crianças
S19/faf	27 anos	M	8ª	casado	pedreiro	1 s. 1/2	autônomo	alv/prop.	8 pessoas

gado, autônomo), com quem o paciente morava, condições de moradia, filhos, descrição do acidente e descrição do estado físico atual.

O segundo instrumento de coleta de dados foi um questionário contendo questões que visavam permitir ao entrevistado descrever como ocorreu o evento, seu estado de saúde atual, sua reação a este estado, respostas da família diante do evento traumático e diante do estado físico atual do paciente, respostas dos conhecidos, vizinhos, amigos e parentes, os planos futuros do paciente quanto à sua situação funcional e seus projetos de vida futuros. As questões eram abertas, permitindo ao entrevistado verbalizações mais extensas.

Procedimento

Os dados da presente pesquisa foram colhidos por um período de seis meses, no Ambulatório do Trauma, em condições nas quais o paciente já tinha tido alta hospitalar e mantinha-se em controle ambulatorial para curativos. As entrevistas foram feitas em uma sala de 3m.x 3m. contendo duas mesas, três cadeiras, uma escrivaninha e alguns aparelhos do ambulatório. As entrevistas eram sigilosas e o paciente era informado de que se tratava de um estudo, do qual ele participaria respondendo algumas questões, mas que não haveria identificação. Esta participação consentida, embora introduza no estudo uma variável estranha, podendo em algumas situações, controlar as respostas do entrevistado, é de maior importância ética nas pesquisas clínicas. As entrevistas tinham a duração de 60 minutos e os sujeitos foram entrevistados uma só vez, em geral em seu primeiro retorno ambulatorial, após a alta hospitalar.

Resultados e discussão

Os instrumentos foram analisados e as frequências relativas foram obtidas para permitir uma melhor compreensão dos dados de grupo. Os dados foram resumidos em oito figuras e foram analisados de acordo com a ordem das questões no questionário. As respostas computadas, em alguns casos mais de uma, por sujeito, foram dependendo do tipo de questão e da natureza da resposta.

A Figura 1 refere-se às causas do incidente. Assim, 47,36 % dos respondentes afirmaram que tinham sido feridos por uma “bala perdida”, sendo que um deles era do sexo feminino. O sujeito seis tinha 16 anos, pertencia a um grupo de marginais e já era a quarta vez que sofria ferimentos com arma de fogo. Analisando a reposta deste sujeito, é interessante mencionar que ele afirmava sonhar frequentemente com seu “acidente”, que em seu sonho era baleado três vezes no rosto e então via perfeitamente o rosto da pessoa que o atingia.

Desta amostra, apenas 5,26 % das ocorrências foram por tentativa de suicídio, sendo 21,05% por briga, 10,53% por disputa de bens, 10,52% por disputa pessoal, e somente 5,26% por assalto. A principal causa mencionada nas disputas pessoais foi o ciúme.

Foi realizado o qui-quadrado (Edwards, 1973) a fim de verificar a significância das diferenças entre as várias estudadas: briga/bala perdida/assalto/disputas. Utilizou-se para todo o estudo o nível de significância de 0,05. Constatou-se um $X^2_c=7,33$, com 3 g.l. e $p=0,06$, não sendo as diferenças significantes, mas com tendência a ser, devido ao pequeno número de ferimentos causados por assaltos.

É importante verificar que os resultados deste estudo não estão em concordância com os dados obtidos nos países desenvolvidos, ou seja, de que tentativas de suicídio eram uma das principais causas das ocorrências envolvendo armas de fogo (Wintemute, 1987). Fica claro, também, que descrever a ocorrência como “bala perdida” pode ter sido uma forma de esquiva na identificação do agressor. Esta esquiva em identificar o agressor pode ser um dos indicadores do medo da vítima expor-se a qualquer situação que a coloque em risco de novo contato com o agressor. Portanto, há probabilidade de que o agressor seja conhecido. Dois sujeitos foram feridos com arma branca. O primeiro relatou que caiu em cima da faca que estava em cima da pia da cozinha ao tropeçar em um tapete, e o outro relatou ter sido ferido com um taco de bilhar partido ao meio, e que estava tão embriagado que fora incapaz de identificar o agressor.

É interessante notar também o baixo número de assalto como causa das ocorrências com arma de fogo e branca. Isto parece estar indicando as problemas interpessoais como as principais causas das ocorrências, dados estes que estão em consonância com os já disponíveis na literatura (WALLACE. 1986).

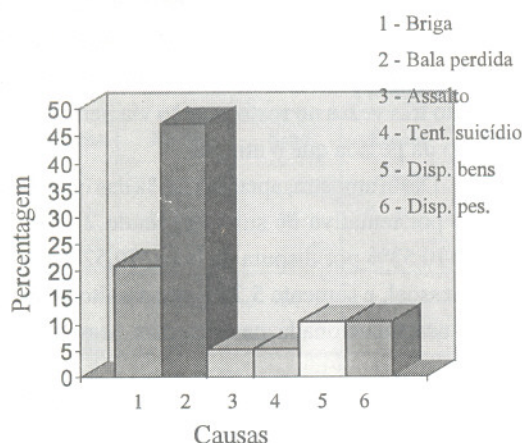


Figura 1 - Causas do Evento Traumático

Em relação à questão **cena do incidente** ou local onde ocorreu o evento, como pode ser visto na Figura 2, 36,84 % mencionaram a rua como o local em que foram vitimados, 31,57 % afirmaram que o evento ocorreu em casa, 26,31% em um bar e apenas 5,26 % em uma festa.

O $X^2 = 0,11$, com 2 g.l. e $p = 0,95$ demonstra que as cenas das ocorrências estão distribuídas igualmente na amostra estudada, não havendo diferenças significantes entre elas.

Um dos lugares mais freqüentes de ocorrência dos atentados foi "em casa". Este dado, associado ao alto número de "balas perdidas" como causa, levanta a hipótese de que provavelmente as vítimas estejam protegendo a identidade do agressor.

Por outro lado, a cena onde os fatos ocorreram pode indicar, também, a possibilidade de o agressor ter ido até a casa da vítima para "ajustar contas" (disputas pessoais, disputas por bens e brigas).

É interessante notar que se as porcentagens dos locais "bar e festa" forem somadas, estas sobem para 31,57 %, sugerindo que em ambientes onde a bebida alcoólica está disponível os riscos de eventos

com armas de fogo, principalmente na população aqui caracterizada, aumentam consideravelmente.

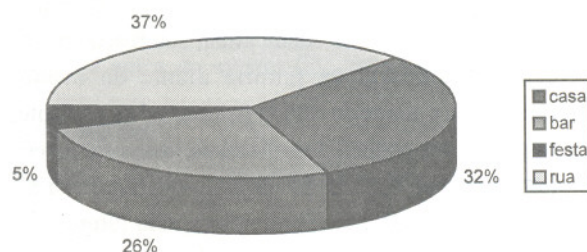


Figura 2 - Cenas onde ocorreram os incidentes

A Figura 3 aponta para as áreas do corpo mais atingidas, sendo que o tórax anterior foi a parte mais atingida, seguida pelo tórax posterior, membros, abdômen, sendo os ombros, os olhos e o pescoço os menos atingidos, na mesma proporção. Nos casos em que a causa da agressão foi briga, o lugar mais atingido foi o tórax posterior, sugerindo a probabilidade de que a vítima, ou não esperava ser agredida, ou ao perceber a eminência da agressão, se voltou para fugir.

Em relação ao estado de consciência durante o evento, 63,15 % disseram-se lúcidos no momento do trauma, contra 36,84 % que disseram-se bêbados ou drogados. Estes dados parecem ir contra alguns estudos e observações clínicas que apontam uma alta porcentagem de estados de embriaguez entre os indivíduos que se envolvem em incidentes com armas de fogo ou armas brancas. Os eventos que parecem ter sido típicos desta amostra apontam para incidentes de natureza interpessoal diferentemente dos que ocorrem em situações de assalto, agressão fortuita ou roubo. Tem-se que levar em consideração que estes dados foram coletados com sobreviventes, tendo sido a própria vítima o informante. Tais dados, no entanto, confirmam a característica mais interpessoal que parecem ter os FAF, tal como relatado por Wallace (1986).

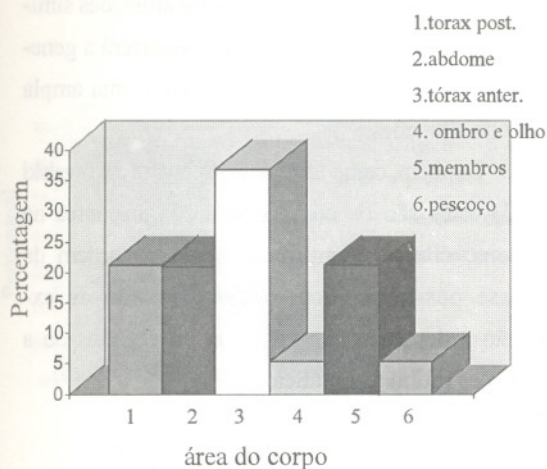


Figura 3 - Área do corpo atingida

A Figura 4, abaixo, resume alguns dados do questionário no que se refere à relação da vítima com seu agressor, se conhece ou não o agressor, se deu ou pretende dar queixa à polícia ou não, e se pretende vingar-se ou não de seu agressor. 42,10% afirmaram desconhecer o agressor contra 36,84% que afirmaram conhecê-lo. Um dos sujeitos afirmou ser o filho o seu agressor. Quanto a dar ou não queixa à polícia, 84,21% afirmaram que não deram e não pretendiam dar queixa à polícia. Apenas um sujeito confessou sua intenção de dar queixa. Este foi o mesmo sujeito que foi ferido com o taco de bilhar e se disse completamente embriagado, em estado de quase completa inconsciência. Este também foi o único sujeito da amostra que revelou sua intenção de se vingar de seu agressor.

Foi feito o qui-quadrado para verificar a significância entre as diferenças. Em relação às respostas quer/não quer vingar-se o $X^2_c=6,37$ com 1 g.l. e $p=0,01$ apontou para diferenças estatisticamente significantes. A maioria da amostra revelou não querer vingar-se do agressor.

Quanto a dar/não dar queixa à polícia o $X^2_c=16,2$ com 1 g.l. e $p=0,001$ indicou diferenças

estatisticamente significantes, sendo que a maioria não pretende dar queixa à polícia. Isto pode estar revelando comportamentos de esquiva que a situação de um trauma como este condiciona nos indivíduos.

Em relação ao conhecimento/não-conhecimento do agressor, o $X^2_c=0,47$ com 1 g.l. e $p=0,49$ indica diferenças não estatisticamente significantes.

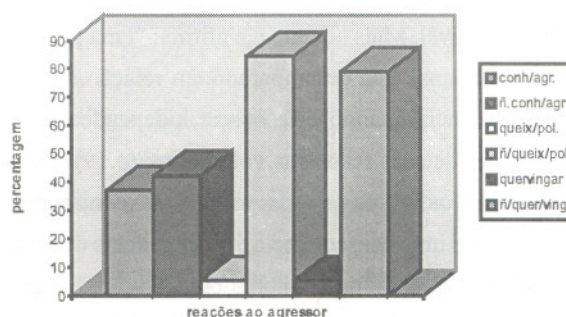


Figura 4 - Conhecimento ou não do agressor e sua reação a ele

A Figura 5 se refere aos relatos sobre as auto-reações dos entrevistados ao trauma sofrido. As reações negativas e positivas foram categorizadas de acordo com os comportamentos descritos pelos respondentes. Os mais freqüentemente relatados foram os que indicaram depressão e desamparo (36,84%), revolta (15,78%) e agressividade (5,26%). Do lado das reações positivas, 36,84% dos respondentes declararam "ter procurado se manterem calmos". Um dos respondentes não conseguiu descrever o que lhe tinha ocorrido e 10,52% afirmaram que "esta tinha sido a vontade de Deus".

Seligman (1942/1977) afirma que "um evento traumático causa um estado de emocionalidade que pode, sem muito rigor, ser chamado medo" (p. 51). O mesmo autor descreve seis sintomas de desamparo aprendido que tem seu correspondente na depressão. São eles: dificuldade de iniciação de respostas voluntárias, dificuldade em aprender que

respostas produzem conseqüências, dificuldade em iniciar respostas agressivas e competitivas, perda do apetite e alterações fisiológicas. Parece que as reações mais freqüentes de indivíduos que sofreram trauma são de depressão e desamparo.

O mesmo autor relata, também, que quando um organismo não tem condição de executar nenhuma resposta operante que resulte em uma dada conseqüência, pode-se dizer que esta conseqüência é incontrolável. Mais adiante ele afirma: "uma pessoa ou um animal está desamparado em relação a uma conseqüência quando esta ocorre independente de qualquer de suas respostas voluntárias"(p.19). Portanto, um indivíduo que é exposto a uma contingência na qual uma conseqüência é independente de suas respostas aprende rapidamente esta relação. Se um organismo aprende que responder é inútil, torna-se passivo porque não responder passa a ser mais reforçador.

Sidman (1995), fazendo um paralelo entre os estudos de laboratório com animais e o comportamento humano, demonstrou que animais de laboratório, quando submetidos a choques mais ou menos fortes, param de responder (pressionar uma barra em um equipamento de laboratório, para receber alimento ou água) por períodos cada vez mais longos. Com choques muito intensos o animal pára definitivamente de responder, e a atividade não se recupera mais. O autor afirma: "em competição com reforçamento positivo, finalmente o choque perde sua efetividade como agente coercitivo, **a não ser que seja extremamente intenso**"(p.87).

Se um evento extremamente aversivo ocorrer após uma resposta, o indivíduo aprenderá provavelmente a escapar de situações similares, no futuro. Aprender a manter-se afastado das situações de perigo é um comportamento mais adaptativo do que a fuga. Faz mais sentido evitar uma situação traumática do que tentar fugir dela depois que já tenha iniciado (Sidman, 1989/1995). Este comportamento aprendido fará com que o indivíduo que

sofreu um trauma forte tenda a evitar situações similares no futuro. Em casos extremos ocorrerá a generalização e o indivíduo passará a evitar uma ampla gama de situações.

Também, como afirmaram Schwarz e Kowalski (1991) estes são os comportamentos presentes na síndrome clínica, identificada como desordem de estresse pós-traumático, como resultado de exposição a desastres naturais e/ou provocados ou a condições muito traumáticas.

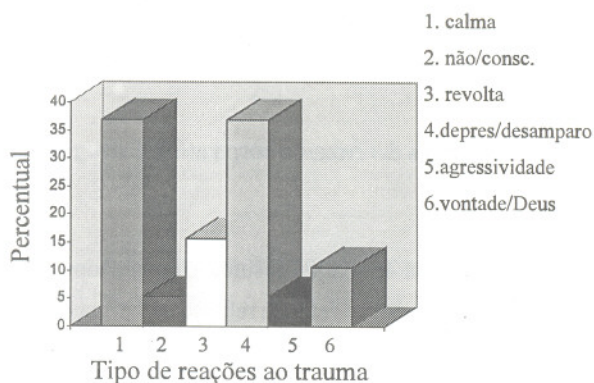


Figura 5 - Auto-reação ao trauma

A Figura 6 mostra a reação dos familiares ao incidente traumático demonstrando que o evento não apenas causa impacto no indivíduo, mas sim em toda a família, generalizando para ela os efeitos deletérios. Preocupação, susto, nervosismo foram as reações relatadas por 63,15% dos membros da família que acompanhavam o paciente. Assim, 57,89% das vítimas disseram-se apoiados pela família, e 21,05% mostraram-se revoltados com o acontecido, mas 31,5% dos familiares demonstraram desconhecimento dos fatos ou indiferença. A literatura tem correlacionado também as reações de depressão e desamparo de pessoas vítimas de traumas, com a falta de apoio familiar. Indivíduos traumatizados que recebem efetivo apoio familiar tendem a apresentar reações psicológicas menos deletérias.

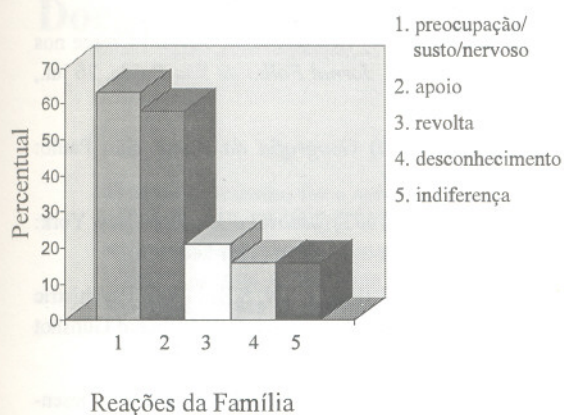


Figura 6 - Reação da família ao evento traumático

A Figura 7 mostra a relação do indivíduo vítima de ferimentos com armas de fogo e armas brancas desta pesquisa com a perspectiva de volta ao trabalho e reinsersão social. É interessante notar, pela característica da amostra, que grande parte das vítimas estava desempregada por ocasião do incidente. Portanto, apenas 26,31% dos respondentes disseram estar dispostos a voltar ao trabalho que faziam antes do evento traumático. 31,57% disseram pretender procurar trabalho, mas 31,56% disseram se considerar incapacitados para exercer o trabalho que exerciam ou qualquer outro, pretendendo se “encostar no INPS”. 10,52% disseram-se apáticos e sem vontade para fazer qualquer coisa. Parece que estas reações confirmam a presença da PTSD (Desordem de Estresse Pós-Traumático) em alguns indivíduos vítimas de FAF ou FAB.

Foi realizado o teste de qui-quadrado para verificar a significância das diferenças entre voltar/não voltar a trabalhar. O $X^2_c = 0,47$ com 1 g.l. e $p = 0,49$, o que aponta para diferenças não significantes, embora tenha sido bastante alto o número absoluto de respondentes que afirmaram não pretenderem voltar ao trabalho.

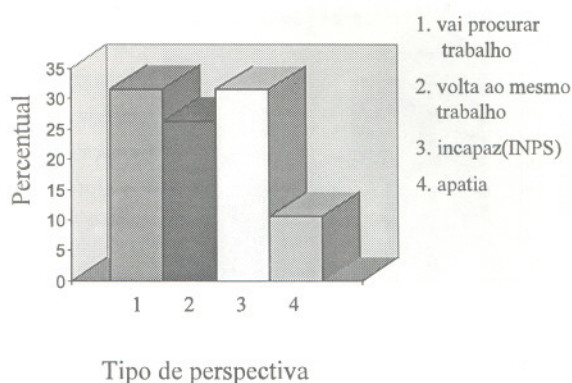


Figura 7 - Relação com a volta ao trabalho

A Figura 8 refere-se à perspectiva futura pesquisada entre esta amostra. 47,36% dos respondentes mostraram apatia em relação ao futuro, mas 36,84% verbalizaram que as coisas poderiam melhorar “porque o pior já passou”. 21,05% relataram achar possível a volta à vida anterior, mas 15,78% relataram muita insegurança em relação ao futuro. A crença em Deus apareceu em apenas 10,52% dos respondentes, uma percentagem inesperadamente baixa para a população brasileira de baixa renda, que tende a se apegar a Deus como uma fórmula mágica de resolução de problemas.(Amaral, 1986).

Foi feito também o qui-quadrado para análise da significância entre as diferenças entre boas perspectivas/más perspectivas futuras e encontrou-se um $X^2_c = 0,05$ com 1 g.l. e $p = 0,82$, o que aponta para diferenças não significantes. Entretanto, é bastante alta a percentagem dos que respondem não ter boas perspectivas futuras.

A natureza do trauma, muitas vezes envolvendo risco de vida, vingança, delinquência, e polícia, faz com que os respondentes se esquivem das situações em que haja qualquer possibilidade de identificação do agressor, parecendo estar em vigor a “lei do silêncio” que permeia as situações nas quais os controles sociais institucionais falham.

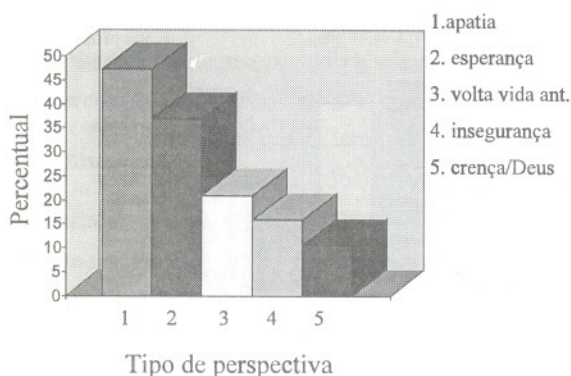


Figura 8 - Perspectiva futura do traumatizado

Conclusões

O questionário com perguntas abertas demonstrou ser um instrumento útil para coleta de dados e para detectar comportamentos de esquiva ao respondê-lo.

Por este breve trabalho descritivo foi possível detectar algumas variáveis importantes no comportamento das vítimas de ferimentos com armas de fogo e armas brancas, sendo interessante um investimento em pesquisas correlacionais ou funcionais que poderiam trazer importantes aportes ao tratamento e à reabilitação dos traumatizados assim como para sua reinsersão social. Outro aspecto que surgiu desta investigação é a provável adequação do modelo da desordem de estresse pós-traumático (PTSD) como descritivo dos problemas mais frequentemente encontrados nestes indivíduos.

Referências

- AMARAL, V. L. A. R. do (1986) *Vivendo com uma Face Atípica: Influência da Deformidade Facial, no Auto e Hetero-conceitos e na Realização Acadêmica de Crianças de 6 a 12 anos*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BANDURA, A. (1969) *Principles of Behavior Modification*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- CANTOR, C. H., BRODIE, J., McMILLEN, J. (1991) Firearms Victims: Who were they? *The Medical Journal of Australia*, 155: 7, 442-446.
- CANZIAN, F. (1994) Criminalidade Juvenil Cresce nos Estados Unidos. *Jornal Folha de São Paulo*, 26 jul., 2-10.
- CASTRO, J. (1980) *Geografia da Fome*. São Paulo: Edições Antares.
- EDWARDS, A.L. (1973) *Statistical Methods*. New York: Holt, Rinehart and Winston (Third edition).
- FRIERSON, R. L., LIPPMANN, S.B. (1990) Psychiatric Consultation for Patients with Self-Inflicted Gunshot Wounds. *Psychosomatics*, 31: 1, 67-74.
- MARCONDES FILHO, E. (1986) Crescimento e Desenvolvimento da Criança: Aspectos éticos. *Pediatrics São Paulo*, 8: 3, 166-168.
- SCHWARZ, E.D., KOWALSKI, J. M. (1991) Malignant Memories: PTSD in Children and Adults after a School Shooting. *J. Am. Acad. Child Adolesc. Psychiatry*, 30: 6, 936-944.
- SELIGMAN, M. E. (1977) *Desamparo Aprendido: sobre a Depressão, o Desenvolvimento e a Morte*. São Paulo: EDUSP (Trad. de Maria Tereza de Araujo Silva, do original de 1942).
- SIDMAN, M. (1995) *Coerção e suas implicações*. Campinas: Workshops (Traduzido do original *Coercion and its fallout*, de 1989, por Maria Amélia Andery e Tereza Maria Sério).
- WALLACE, A. (1986) Homicide- the social reality. Sydney: NSW Bureau of Crime Statistics and Research, Attorney General's Department.
- WINTEMUTE, G. J. (1987) Firearms as a Cause of Death in United States, *J Trauma*, 27, 532-536.

Doenças do corpo e doenças da alma: uma apresentação*

Lazslo A. Ávila**

O presente trabalho faz a apresentação do estudo de mesmo título defendido, como tese de doutoramento, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em dezembro de 1995. Discute a possibilidade de se investigar psicanaliticamente os fenômenos complexos que o corpo apresenta e que transcendem a objetivação que a Medicina lhe assignou. Busca caracterizar duas posturas fundamentais no acesso e descrição desses fenômenos: a Medicina Psicossomática e a Psicossomática Psicanalítica. A primeira apóia-se nos pressupostos, métodos e finalidades da Medicina, enquanto a segunda quer aproximar a teoria, o método e a prática psicanalíticas das manifestações corporais do sujeito humano. Retraçando a história das práticas curativas, desde a Medicina ancestral, tentamos demonstrar que a Psicossomática esteve na origem dessas práticas, mas foi abandonada pela Medicina cientificista, e não encontrou também legitimidade na Psicanálise, tornando-se com isso um “território de ninguém”, uma região de ambigüidades e incertezas, e que demanda, hoje, um esforço de conceituação e de caracterização por inúmeros profissionais, das diversas áreas que participam de suas fronteiras. Apresentamos três exemplos da prática psicanalítica com pacientes psicossomáticos, utilizando contribuições de Georg Groddeck, a quem apresentamos brevemente, e concluimos com a proposta da adoção da Banda de Moebius, como instrumento conceitual para uma descrição não-dualista da interação corpo-mente.

Palavras-chave: Interação corpo-mente, psicossomática-psicanalítica, medicina psicossomática.

Abstract

Disease of body and disease of soul: one presentation

This work presents the study with the same title defended as a doctoral thesis at the Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, in December, 1995. It discusses the possibility of a psychoanalytic investigation of the complex phenomena that the body presents and which go beyond the objectification that Medicine had assigned it. We try to characterize two ways in the access and description of these phenomena: the Psychosomatic Medicine and the Psychoanalytic Psychosomatics. The first one is supported on the postulation, methods and finalities of Medicine, while the second wants to approximate the theory, method and practice of the Psychoanalysis to the corporal manifestation in the human being. Going through the history of the healing practices, since the ancestral Medicine, we try to demonstrate that Psychosomatics was in the origin of these practices, but it was abandoned by scientific Medicine, and did not find legitimation in the Psychoanalysis either, becoming a “territory of nobody”, a region of ambiguities and uncertainty, and that demands, today, an effort of conception and characterization by several professionals, from the different areas that participate in its frontiers. We present three examples of the psychoanalytical practice with psychosomatic patients, using contributions of Georg Groddeck, who is briefly presented, and we conclude with the proposal of the adoption of the Moebius Band, as a conceptual instrument for a non-dualistic description of the body-mind interaction.

Key words: Body-mind relationship, psychanalytic-psychosomatic, health psychosomatic.

Estar doente é estar do avesso. A doença suspende todas as questões do cotidiano e nos põe em contato com um nível da realidade, que por mais íntima e permanentemente contínua, nem por isso deixa de ocultar-se mais completamente: nosso corpo, essa base material de nosso ser, eterno companheiro desconhecido. A Psicanálise, que a ele tanto

deve, continua em grande medida a ignorá-lo, por vezes ocultando-o no mesmo movimento em que o investiga. A Medicina reduziu-o: para ela, somos apenas cadáveres animados.

Repartimos, com a racionalidade cartesiana, as funções corporais das anímicas e continuamos, há tantos séculos, a ver o homem despedaçado nas

* “Doenças do corpo e doenças da alma — Investigação Psicossomática Psicanalítica.” Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995.

** Psicólogo, professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP.

Endereço para correspondência: Rua Saldanha Marinho, 3564, CEP 15014-300, São José do Rio Preto, SP.

disciplinas científicas. O progresso das ciências obriga, exige, que a definição de cada objeto específico se faça sempre com maior rigor, separando-o e distinguindo-o dos objetos das outras ciências. Nessas árduas ciências que chamamos de humanas o Homem é objeto múltiplo. Apesar de toda a Ecologia e dos apelos pelo Holismo, ou pela inter, multi ou trans-disciplinariedade, o fato é que ainda engatinhamos na possibilidade de articular os conhecimentos produzidos pelas diferentes áreas, e mal conseguimos esboçar modelos que integrem as complexidades que cada saber específico conseguiu trazer à luz. Sabemos muito sobre muito pouco.

No campo próprio das representações que podemos fazer sobre as doenças, os padecimentos e a finitude do Homem, ou seja, suas dores de corpo e de alma, suas questões e seus motivos, suas buscas e demandas, seus enigmas e suas quimeras, suas significações e seus “não-sentidos” — podemos observar que a Medicina, apenas, é incapaz de responder a tudo que aí se expressa.

Cabe à Medicina, historicamente, o auxílio para o alívio da dor, e para a busca de resolução daqueles sofrimentos que afligem o homem, causando-lhe desconforto, angústia, dores, medos etc. Apóia-se ela, principalmente, na Biologia, na Química, na Biofísica e Bioquímica. Em seu desenvolvimento recente, compreendeu que inúmeras doenças tinham como principal fator causas ambientais, e assim, abrangeu estudos de outras disciplinas, como Geografia, Demografia, Economia, Antropologia, Sociologia etc.. Mas permaneceu atada a seus paradigmas quanto ao que se refere às chamadas “causas internas” das doenças, deixando inexplorado um imenso campo, que foi parcialmente ocupado pela Filosofia, pela Psicologia, pela Literatura, e outras formas do pensar e do fazer humanos. Privilegiando a investigação objetivista, dissociando *res extensa* de *res cogitans*, o pensamento médico tem seguido um curso positivizante, que exclui as questões subjetivas de seu campo, e por isso chega ao final do século sem conseguir manejar com todas aquelas problemáticas em que o “doente” mostra-se maior do que seu órgão doente, ou então, mostra-se mais complexo do que aquela parte ou função específica que é tratada por uma especialidade

médica. Impotente diante dessas situações, a Medicina é particularmente confrontada com dois grandes enigmas: a **Histeria** e a **Psicossomática**, questões do Sujeito humano, quando este se mostra habitante não passivo (não-paciente) de seu corpo.

Os filhos da Esfinge

Ernest Jones¹ relata que, ainda em 1880, quando Freud iniciava suas observações sobre a Histeria, esta ainda era tratada com o método bárbaro da ablação do clitóris, ou com a utilização, que data de mais de 2000 anos, da planta *valeriana*, cujo odor fétido faria com que o útero cessasse seus pretensos movimentos desordenados, e se fixasse em seu local anatômico. A Histeria desafia o saber e as técnicas médicas desde a mais remota Antiguidade. Já os egípcios, conforme Lopes (1970),² descreveram-na com os mesmos traços básicos com que os médicos do século passado, 4000 anos depois. Os seus sintomas característicos desafiam, intrigam e potencialmente questionam e subvertem a atitude médica usual.

O paciente histérico demanda, sua queixa nunca se resume ao pedido de alívio, vai além, perquire o saber do outro, esvazia suas certezas, avança e desaparece ao sabor de acontecimentos que estão além do controle e das medidas de quem dele trata. O histérico se faz ouvir, mas é preciso ter ouvidos capazes de ouvir.

Toda a revolução psicanalítica nasceu da disposição de Freud em ouvir suas pacientes. Instado por Elisabeth von R., Freud compreende que não deve interrompê-la, e é preciso respeitar seu desejo de falar de si; recordando o que ouviu de Breuer, percebe que a direção da investigação que ele empreende será dada por seu “paciente”. Capaz de superar a atitude médica com a qual foi formado, Freud se torna capaz de seguir seus interesses, suas falas, a lenta emergência de suas verdades. Ao invés de julgar-se possuidor do conhecimento sobre os sofrimentos do outro, Freud pôs-se ignorante, portanto capaz de aprender. A Psicanálise nasce como um produto de sujeitos: a escuta psicanalítica permite que o indivíduo, que só poderia ser “paciente” perante o médico que “sabe” sobre a sua doença, torne-

1. JONES, E. Vida e Obra de Sigmund Freud, p.239.

2. LOPES, O. *A Medicina no Tempo*.

se um sujeito, responsável, a partir daí, pelo processo de seu adoecimento e de sua cura.

O próprio Freud previu que sua obra despertaria continuamente resistências. Hoje, 100 anos após, vemos inúmeros sinais do desprezo olímpico e da raiva mal-disfarçada que trazer à tona o Inconsciente continua a produzir. Porém, independentemente de seus efeitos culturais, o fato é que Psicanálise e Histeria combinaram-se de tal maneira que a Psicanálise praticamente tornou-se a Histeria, como assinalou Etienne Trillat.³ Para isso paga-se um preço: a Psicanálise será tão estigmatizada quanto.

Quanto à Medicina assiste-se hoje à definitiva disjunção de seu interesse por esse enigma milenar. A mais recente edição do Código Internacional de Doenças (C.I.D. 10) simplesmente eliminou a categoria Histeria, substituindo-a pelos itens transtornos conversivos, transtornos somatoformes, ou transtornos dissociativos, isso tudo em nome da “univocidade” e porque os “múltiplos significados” da expressão tornavam-na de “difícil uso”.⁴ Não desaparece apenas uma categoria: é toda uma maneira de apreender um aspecto fundamental da experiência humana que perde sua legitimidade, e não mais pode ser dito, assim como antes não podia ser ouvido.

A Histeria não apenas “desapareceu”, foi suplantada. Uma nova entidade tomou seu lugar: chama-se Doença Psicossomática.

Morre uma rainha (a Histeria). Viva a rainha! (a Psicossomática)

O surgimento da expressão data de princípios do século passado, cunhada pelo psiquiatra Heinroth, mas seu uso corrente vem da década de 1920. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) trouxe inúmeros casos de neuroses de guerra, ou *neuroses traumáticas*, e entre os inúmeros autores que consagraram seus estudos e esforços a elas destacaram-se alguns psicanalistas. Freud e Ferenczi foram os pioneiros, mas inúmeros médicos viram na Psi-

canálise um recurso e um método para o manejo dessas neuroses. Utilizaram-na posteriormente para outras situações hospitalares e nos Estados Unidos surgiram, quase simultaneamente, duas escolas de Psicossomática médica, uma em Chicago, em torno de Franz Alexander, e outra em Nova York, com base nos trabalhos de Helen Flanders Dunbar. Estes trabalhos deram origem ao que se conhece como **Medicina Psicossomática**. Durante os próximos 40 anos essa área desenvolveu-se enormemente. Assumiu-se como uma área de Medicina, adotando dessa os modelos, os métodos e os critérios. Tomou a Psicanálise como uma ferramenta terapêutica, e como um método de investigação para a etiologia daquelas enfermidades que se mostravam obscuras ou incoercíveis aos tratamentos prescritos. O Inconsciente, para a Medicina Psicossomática, é uma das causas etiológicas possíveis para as doenças, junto com os vírus, as bactérias etc., pois, como diz Trillat, para a Medicina Psicossomática “o conflito não é específico”. Aos fatores inconscientes devem ser acrescentados os fatores sociais, demográficos, genéticos etc. Embora tendo partido da Psicanálise, e embora não seja simples esta distinção, pode-se dizer que a Medicina Psicossomática seja, sobretudo, uma tentativa de resgate da Medicina daqueles aspectos que se perderam com a fragmentação excessiva das especialidades médicas. Por isso, Lewis e Lewis declaram:

*A Medicina só poderá desenvolver-se completamente no dia em que a profissão médica levar em consideração a natureza integrada do ser humano, aprendendo a tratar a psique e o soma como fenômenos inseparáveis, como realmente o são.*⁵

Rumo muito diferente teve outro ramo, que podemos denominar **Psicossomática Psicanalítica**. Estimulada de início pelo próprio Freud, que declarava⁶ que em breve se descobriria o terreno

3. TRILLAT, E. *História da Histeria*.

4. *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (Classificação Internacional de Doenças - C.I.D. 10)*, da Organização Mundial de Saúde, 1993, p.14.

5. LEWIS, H.R. e LEWIS, M.E. *Fenômenos psicossomáticos*, p.10.

6. FREUD, S. *Conferencias Introdutórias al Psicoanálisis* (1916-1917).

comum das afecções somáticas e anímicas, teve, no entanto, um corte abrupto. Ferenczi produziu sua *Thalassa*, mas um importante autor que surgiu com inovação e ousadia não teve acolhida nos meios psicanalíticos. Esse autor era Georg Groddeck. Sua obra recebeu o beneplácito de Freud, mas não do movimento psicanalítico. Marginalizando Groddeck, a Psicanálise afastou-se da questão das doenças psicossomáticas, e da questão mais global e mais complexa do corpo, por 30 anos. Essa questão, no entanto, ressurgiu e uma das questões-chave hoje, para a Psicanálise, diz respeito ao “lugar e ao estatuto do corpo” e de suas vicissitudes em relação à teoria e à técnica da Psicanálise.

Os dois registros: a mente e o corpo

É preciso remontar até os primórdios da história da civilização para apreender alguns dos traços fundamentais que criaram essa dissociação e tornam hoje tão problemática a investigação dos fenômenos psicossomáticos.

Para o homem do Neolítico, há 50 mil anos atrás, as doenças eram acontecimentos sobrenaturais, provavelmente devidos a demônios que se apoderavam da saúde e da vitalidade dos doentes, e aos quais era preciso expulsar, utilizando-se técnicas mágicas e determinadas intervenções. Os registros fósseis comprovam a existência de sofisticadas operações cranianas, as trepanações, que Lopes (1970) considera como medidas de afugentamento de maus espíritos. Os antigos babilônios, há cinco mil anos, consideravam a doença como um castigo aos pecados e os relacionavam assim:

*Excitar o pai contra o filho e o filho contra o pai; excitar o amigo contra o amigo; entrar na casa do próximo; conquistar a mulher do amigo, dividir uma família unida; desatender ao superior, e assim por diante.*⁷

Como se pode observar, são fatos culturais, essencialmente, os que definem o ajustamento ou desajustamento do indivíduo, traduzido na forma de

adoecimento, o qual será concebido como castigo divino. Os médicos-sacerdotes cumprirão o papel normalizador e de retorno à ordem, que equivale à saúde, e esse é um estado que se sustenta na ordem cosmológica.

Na antiga Pérsia, consideravam-se cinco meios principais através dos quais uma pessoa poderia curar-se: 1 - através da santidade; 2 - com a lei; 3 - com a faca; 4 - com ervas; e 5 - com a palavra sagrada. O espírito religioso mistura-se ao espírito cívico, ao mesmo tempo que técnicas cirúrgicas e medicamentosas já compõem como tratamento. Os registros social, sobrenatural, ético, moral e biológico apresentam-se unificados.

Pode-se constatar nesses poucos exemplos como a Medicina ancestral não dissociava a doença, tomando-a como uma unidade à parte, isolável do conjunto de fenômenos que compõem a vida do homem, e muito menos ainda, como um acontecimento desvestido de significação cultural. A doença era vista como um aspecto da vida, tomada em seu sentido global. Nos primórdios da História, tratar e curar parecem ter sido íntimos coadjuvantes do compreender. Podemos mesmo dizer que, no início, toda terapêutica foi psicossomática.

Em seu importante trabalho sobre as curas xamânicas,⁸ Claude Lévi-Strauss assinala que tanto para o processo do adoecimento, como para a cura, é o universo dos signos e mitos culturais compartilhados que é responsável pelo transcurso dos acontecimentos. Quando o feiticeiro aponta um osso para um infeliz, este “sabe” que isso significa a morte, e nada poderá ser feito para interromper (médicos ocidentais o comprovam) o processo irreversível de enfraquecimento até a morte. Por outro lado, as representações compartilhadas entre o xamã e o paciente permitem que os ritos de cura, realizados com plena participação da coletividade, alcancem máxima eficácia curativa. Lévi-Strauss relata o caso das índias do Panamá cujos partos, muito complicados, eram realizados pelo xamã, em estado de transe, invocando as entidades espirituais que favoreciam ou que obstaculizavam aquele nascimento.

Toda a história da evolução das práticas curativas, principalmente até o século XVI, é uma longa e diversificada exemplificação de que corpo e alma formavam um contínuo, e de que doença e cura

7. LOPES, O. - Op. cit., p.38.

8. “O feiticeiro e sua magia”, In: *Antropologia Estrutural*, 1975.

eram processos que afetavam o indivíduo em sua integridade dentro do contexto geral de sua cultura. Por isso as dimensões políticas conviviam com as explicações religiosas, a ética misturava-se às normalizações e a doença era uma expressão do todo: corpo e espírito.

Durante toda a Idade Média esse panorama não mudou. Michel Foucault (1972) demonstrará⁹ que corpo e alma, embora separados, recebem no século XVII ainda um tratamento conjunto, pois são vistos ambos como emanações de uma mesma substância divina e, portanto, feitos de uma matéria comum. Cita um autor (Ettmüller) que, em 1691, enumerava da seguinte forma as causas das convulsões:

*a cólica nefrítica, os humores ácidos da melancolia, o nascimento durante um eclipse da Lua, a vizinhança das minas de metal, a cólera das amas-de-leite, os frutos de outono, a constipação, os caroços de nêspera no reto e, de modo mais imediato, as paixões, sobretudo as do amor.*¹⁰

Essa divertida descrição demonstra o quanto o corpo e a alma comunicam-se ainda em seus valores simbólicos e em suas qualidades comuns, enquanto a Medicina não possui senão a Teoria de Humores, remanescente de Hipócrates, e muito poucas inovações. Porém, logo virá a revolução científica que convulsionará os saberes e as técnicas. A partir de Descartes, no século XVI, e logo com a adoção dos parâmetros positivistas da filosofia comtiana, instaura-se, a par de todas as modificações de método, uma profunda cisão entre corpo e alma, que aliás, desde então, já não mais será assim chamada.

Derivada da Botânica, surge a Taxonomia, implantada com entusiasmo na Medicina. O empenho classificatório e normatizante passa a categorizar as entidades nosológicas, enquanto a experimentação, que já vinha desde Galeno, no século I, recebe imenso incentivo. A Anatomia e a

Fisiologia darão saltos enormes, e em todas as áreas médicas novos artefatos e novas definições surgirão. Aquela unidade, porém, o homem visto como totalidade biopsicossocial, só será retomada 200 anos depois, mesmo assim, apenas como um desejo de integração presente, por exemplo, nas declarações da Organização Mundial de Saúde. Na prática, a partir do século XIX, o que se observa é a ruptura da perspectiva totalizadora do homem e, fundamentalmente, a adoção de paradigmas médicos que convertem a doença em coisa, fato objetivo, alheio e exterior ao homem — processo físico e químico que o homem sofre, mas do qual não participa, a não ser como vítima, ou portador. O homem é, a partir daí, como afirma Clavreul,¹¹ “desposuído” de sua doença. É então que se torna “paciente”. E é exatamente pelo mesmo motivo que surge a necessidade de seu resgate, como subjetividade, pela Psicanálise.

Ser ou estar doente¹²

“A doença caracteriza-se fundamentalmente por um estado negativo, de ausência de saúde. Do ponto de vista da Medicina, pode-se caracterizar o indivíduo doente abstraindo completamente as categorias que este próprio indivíduo considera como definidoras do seu bem-estar. Há inclusive um chiste médico que define o sadio como um doente que se ignora, ao mesmo tempo que em Medicina se reconhece que nas pesquisas epidemiológicas feitas em massa, são detectados inúmeros problemas de saúde totalmente desconhecidos tanto por parte de seus portadores, como dos serviços de saúde que os atendem”.

Por outro lado, é fato bastante conhecido que a doença começa fundamentalmente por um estado subjetivo de “sentir-se doente”. É ilustrativa a descrição do dr. Jean Barbé:

Para o médico, um indivíduo normal é aquele que não está doente, aquele que apresenta um ‘check up’ conforme a média; por exemplo: imagem torácica, trânsito, eletrocardiograma sem anomalia, ausência de B.K. no escarro,

9. História da Loucura na idade clássica.

10. FOUCAULT, M. Op. cit., p.222.

11. CLAVREUL, J. *A Ordem Médica. Poder e Impotência do discurso médico*, 1983, pp. 43-49.

12. Os próximos parágrafos, entre parênteses, encontram-se no trabalho original.

*ausência da albumina na urina, hemocultura negativa etc. Quer dizer que tal indivíduo biologicamente normal não está doente? Certamente que não, mais da metade dos doentes que atravancam as salas de espera dos médicos generalistas tem exames negativos, e no entanto ali estão eles, vindo consultar com suas dores, sua fadiga, seus problemas digestivos, suas palpitações etc.*¹³

São os doentes “que não apresentam nada”, mas que em observações empíricas (não se dispõe de estatísticas brasileiras sobre o assunto), os médicos reconhecem que perto de 50% de suas consultas poderiam ser classificadas como tais, recebendo designações variadas como: “distúrbio neurovegetativo”, “estresse” ou “doença psicossomática”. Segundo Jeammet *et al* (1990), “50 % a 75 % dos doentes que procuram o clínico geral não são portadores de doenças orgânicas”.¹⁴ Do ponto de vista clínico, após os exames, o médico consideraria tal situação como de “ausência de doença” e poderia sentir-se inclinado a dispensar tais pacientes. No entanto, é necessário fazer algo com eles, pois o indivíduo “se sente doente”, e demanda cuidados. Os autores acima citados afirmam que os médicos são compelidos a dar “explicações fisiopatológicas desses distúrbios, a fim de lhes conferir autenticidade médica.” E concluem:

Temos visto nascer numerosos vocábulos para designá-los — distonia neurovegetativa, distúrbios do simpático, neurose cardíaca, astenia circulatória... — cuja multiplicidade mostra seu pouco valor explicativo. Na verdade, tais nomes apresentam mais descrições de mecanismos efetores do que explicações causais.

*Esse gênero de denominações traz um risco para o doente, e mesmo para o médico, de adquirir um valor explicativo e ratificar o distúrbio.*¹⁵

A doença se faz preceder por um estado subjetivo que toma a forma de uma queixa, centrada em descrições somáticas, como dores ou fadigas, e psíquicas, como angústias. Na maioria das vezes, é ainda Barbé quem afirma, “o médico vem apenas para confirmar a doença, lhe dar um nome (diagnóstico) e combatê-la através de um tratamento”.¹⁶ Jaspers, citado por ele, teria afirmado: “O homem não vive seu corpo, mas não pensa nele, não lhe presta atenção”.¹⁷ É a doença quem vai chamar a atenção do indivíduo para suas funções corporais. São a dor e a incapacidade de dar conta de seus sofrimentos que levam o indivíduo a buscar um outro que possa auxiliá-lo.¹⁸

E o que é a doença, esta entidade mórbida, que a Medicina descreve e trata? Fundamentalmente trata-se de processos e mecanismos que afetam o corpo, perturbando suas funções e acarretando transformações que colocam em risco seja uma área ou função localizada do organismo, seja ele todo, quando pode estar comprometida a sua sobrevivência. O fato de o indivíduo aperceber-se ou não do quadro patológico não é o que caracteriza a doença. Para a Medicina a definição da doença é exterior aos processos subjetivos. Estes, no entanto, por vezes evidenciam-se, obrigando o médico a atentar para a sua incidência no processo da doença.

Embora a Doença seja definida como “entidade nosológica”, é preciso reconhecer que o indivíduo faz sua doença, pois “a doença é coisa pessoal”.¹⁹ independente do diagnóstico, da evolução conhecida da doença, do prognóstico e dos recursos terapêuticos empregados, o que se constata, diariamente, é que o indivíduo dá um curso pessoal

13. BARBÉ, J. *Émotion, Angoisse et Maladie*, 1970, pp. 79 e 80.

14. JEAMMET, P., REYNAUD, M. e CONSOLI, S. *Psicologia Médica*, 1990, p.7.

15. Idem, p.8.

16. BARBÉ, J. Op. cit., p.80.

17. Idem, p.82.

18. Conforme MALETTA (1988): “Do ponto de vista fisiológico, a saúde se concebe como estado de harmonia e equilíbrio funcional que se traduz por um silêncio orgânico”. p.3.

19. BARBÉ, J. Op. cit., p.90.

ao seu enfermar, atribuindo significados à sua doença, ao seu médico, ao tratamento e a toda a situação. Embora existam processos típicos e evoluções características dos quadros, é isto aliás o que permite que a Medicina se constitua como saber objetivo, também existem incontáveis variações individuais, que não podem ser todas caracterizadas como exceções, e muito menos como novos quadros nosológicos. O indivíduo “faz” a sua doença, determina o sucesso ou o fracasso do tratamento que lhe é prescrito, “escolhe” a saúde ou a doença, e dentro de certos limites, a vida ou a morte.

E é aqui que se situa o nó, o campo inexplorado que vai caracterizar um limite para a Medicina, uma questão para a Psicanálise e o motor para o surgimento da Psicossomática.

A Medicina optou pela objetivação da doença. Nela os fatores causais que se buscam são fatores exteriores ao sujeito enquanto tal. Os seus instrumentos diagnósticos permitem definir a doença como uma entidade própria, com contornos e características singulares e objetivas. O doente, na qualidade de “paciente”, é um informante do médico em relação a sintomas que o médico pode, de preferência, prescindir do sujeito para examinar.

Situação muito distinta enfrenta a Psicanálise, pois esta não pode, de forma alguma, prescindir do discurso do “paciente”. Se o objeto da Medicina é a doença, o da Psicanálise é o homem e seu discurso. Ao fazer a escolha pela “escuta”, o psicanalista instaura uma outra posição, não só muito diferente, como até mesmo oposta à do médico. O indivíduo diante do psicanalista apresentará um discurso que será levado em conta, não objetivamente, mas como questões subjetivas que se articulam, e que devem conduzir não aos “fatos”, mas às significações. A questão com a qual a Psicanálise se defronta é a de como situar as questões reais que o corpo apresenta, especialmente naquelas situações em que dores e doenças comparecem, e o processo da pessoa, como sujeito, importa.

A questão do corpo em Psicanálise

Procuraremos demonstrar que a Psicossomática, uma das formas atuais que revestiu a questão do corpo, ficou estabelecida como uma “terra de ninguém”, uma fronteira da Psicanálise, que embora receba incursões de determinados autores, não conseguiu “legitimidade territorial” nesta disci-

plina. No entanto, a caracterização da relação (e oposição) psique-soma é uma discussão fundamental para a clínica psicanalítica, à medida em que representa um aspecto essencial do próprio aparelho psíquico, além de um dos episódios fundamentais da constituição da Psicanálise.²⁰

Teoricamente, a questão que a Psicossomática coloca é a questão do corpo, sua especificidade, seus limites e suas expressões. Proponho o seguinte: O Homem é um ser total, corpo e mente indissolúveis. Basta observarmos um cadáver, para vermos, com toda a nitidez, qual a diferença que faz a presença ou a ausência da vida, daquele “sopro imaterial”, que os gregos chamavam de *Psychê*. Por vida, é claro que nos referimos à manutenção das funções vitais: respirar, alimentar-se, digerir, excretar, dormir, reproduzir-se etc., e também manter em exercício as funções mentais: pensar, lembrar, raciocinar, sentir etc.. Um indivíduo em coma é a expressão mais patente do que representa a vida quando apenas as funções vegetativas se mantêm. O homem integral é vida mental, plenamente em exercício.

Naquela condição que denominamos saúde, o corpo está “em silêncio”, e a mente evidencia suas atividades. Na doença, o corpo passa a demandar consideração, obrigando a mente a dirigir sua atenção para suas funções, às vezes até de forma exclusiva. A Medicina moderna quase chegou a acreditar que poderia ater-se unicamente aos aspectos biológicos e bioquímicos deste corpo, vendo-o fundamentalmente como organismo. A Psicanálise veio a demonstrar que este corpo era um corpo trabalhado pelas pulsões, um corpo sexual, que existe na mente como um corpo construído. A Psicossomática, filha bastarda da Medicina com a Psicanálise, veio demonstrar o quanto esta mente é capaz de produzir manifestações no corpo biológico. Sintomas nascem e desaparecem pela ação aparentemente exclusiva da mente. Psicossomática, para a Medicina, representa, provavelmente, a redescoberta de que o corpo é habitado. Para a Psicanálise, a Psicossomática representa a redescoberta de que a mente nasce e morre com o corpo, e de que este corpo é também, simultaneamente, produto da mente, tanto quanto esta é produto daquele.

20. GANTHERET (1982) o frisa: “o campo psicanalítico se estabelece definitivamente em oposição ao campo biológico; e mais, este corte o engendra”, p. 26.

O desafio específico é buscar uma base única para a consideração do corpo e da mente, com referência ao fenômeno psicossomático. Proponho que o sintoma psicossomático seja visto como um processo em que uma questão subjetiva segue um caminho adverso: ao invés de conseguir aceder à mente, como processo mental, ou seja, representação, esta situação se traduz corporalmente, ou seja, se apresenta como expressão do corpo. O processo somático ocupa o lugar do processo psíquico: no sintoma psicossomático uma questão subjetiva se apresenta, ao invés de se representar.

No nível da técnica psicoterapêutica, este trabalho discute se o sintoma psicossomático não configura um alvo próprio na investigação da constituição dos sintomas, particular em relação aos sintomas neurótico, caracteriológico ou psicótico. O psicossomático parece apresentar a seguinte especificidade: ao invés de se relacionar com o conjunto todo das representações do indivíduo, ligando-se, portanto, como parte indissolúvel à personalidade total, é algo mais localizado, uma configuração mais restrita de representações. Proponho que se tome o sintoma psicossomático como um capítulo da história do sujeito que não pôde ser escrito psiquicamente, e que tomou a forma de um hieróglifo inscrito no corpo. Visto desta forma, sua dissolução equivale a transcrevê-lo: dar-lhe linguagem verbal e representacional na esfera psíquica. Por isso, sua dissolução eventualmente é rápida, bastando um único “ato psicanalítico” para interromper sua expressão somática e iniciar seu registro como produto psíquico intercambiável, ou seja, representação ao invés de apresentação.

Uma clínica psicanalítica para as doenças psicossomáticas

Apropriar-se psicanaliticamente do corpo, submetendo seus interrogantes à investigação. Tomar a doença como sintoma, não com base na semiologia médica, mas em seu sentido dinâmico do sintoma como expressão deslocada, substitutiva do conflito inconsciente. Aplicar a psicanálise, criticamente, convocando os sujeitos que sofrem silenciosamente com seus sintomas corporais a tomar a palavra e enunciarem-se. Possibilitar a palavra ao doente, criando um campo de produção de signifi-

cações, palco do aparecimento do sujeito, mediante a interlocução analítica. Tais são, sinteticamente formulados, os propósitos da investigação psicossomática psicanalítica.

Proponho esse termo, não para diferenciar esta prática da psicanálise *stricto sensu* mas para marcar uma qualidade, uma tonalidade característica que ganha o trabalho psicoterapêutico quando seu objetivo é um sujeito que sofre, e põe seu corpo em cena, com toda a evidência, com toda a crueza do real.

Nossa prática psicossomática emergiu de três fontes: a) a contínua referência na obra de Freud; b) os desafios trazidos por um Ambulatório do SUS (Sistema Único de Saúde), repleto de pacientes; c) o encontro com o fecundo pensamento de Georg Groddeck.

Detalhemos. Freud não é apenas o “pai da psicanálise”. Freud forneceu a maioria dos conceitos constitutivos dessa esfera epistemológica que se chama Psicanálise. É do freudismo, ou seja, do aparato técnico, metodológico e metapsicológico introduzido por Sigmund Freud, que retiramos um arsenal terapêutico e um quadro de referências que permitem delimitar a ação sobre, a inteligibilidade dos processos que emergem em situações intersubjetivas. Para além de Freud está o campo que ele fundou, e neste campo inúmeros autores fizeram suas contribuições, e alargaram e enriqueceram, bem como trouxeram novas questões e contradições para a teoria e a técnica psicanalíticas.

Quanto ao plano da prática psicossomática que desenvolvermos, é preciso descrever brevemente seu território e suas condições. O Hospital de Base da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (autarquia estadual) é um gigante inchado, uma das provas vivas de como a concentração de serviços médicos em alguns poucos pólos urbanos desenvolvidos, à custa do empobrecimento e desaparecimento das unidades de saúde dos pequenos municípios, leva a distorções na atenção à saúde da população mais necessitada. Para uma cidade de 300 mil habitantes, o Hospital de Base ostenta uma média de 100 mil consultas/mês em seu Ambulatório, além de mais de 1000 internações. Dentre os serviços que presta na área de Saúde Mental, conta com um

Ambulatório de Psicossomática que atende principalmente três categorias de pacientes: a) pessoas em psicoterapia, com indicação específica; b) pacientes diagnosticados por clínicos como portadores de afecções psicossomáticas e c) pacientes crônicos, ou com etiologia desconhecida de seus sintomas.

Estes pacientes são, em geral, pobres, residem em locais distantes, podendo vir a poucas consultas e apresentam uma grande urgência por “cura”, necessitando muita resolutividade para seus padecimentos. Frequentemente apresentam uma marcada “transferência institucional”, suas representações sobre o tratamento e o terapeuta sendo calcadas nos modelos médicos. O enquadramento de trabalho é o que é possível nas circunstâncias: sessões semanais de 30 minutos de duração. O tempo de tratamento varia entre uma única entrevista a até quatro anos. Apesar de todas as limitações, a proposta é a da “escuta analítica” do sintoma e da história do sujeito. Um pouco mais diretiva do que o habitual, e mais centrada sobre a queixa e o sintoma (no caso, visto como sintoma psicanaliticamente considerado), mas com o mesmo sentido da investigação analítica: propiciar que o indivíduo que ali está possa falar, articular um discurso sobre si, sobre sua doença, que permita o desvelamento das determinações inconscientes que sustentam suas produções sintomáticas. Permitir a emergência da verdade, possibilitar que as questões subjetivas que se enunciam disfarçadamente ganhem lugar e reconhecimento. Promover a liberdade do sujeito no processo de reconhecimento do seu produzir-se como sujeito.

Para conseguir articular a prática da psicanálise com as complexas questões institucionais do Ambulatório e ainda aplicá-la à especificidade do sintoma psicossomático foi fundamental o encontro com a obra de Groddeck.

O “analista selvagem”

Groddeck é um importantíssimo e quase desconhecido autor psicanalítico. Médico de formação descobriu, independentemente, mas simultaneamente, com Freud, o significado simbólico dos sintomas. Mas, enquanto Freud fazia sua descoberta e revolucionava o campo da Saúde Mental desvendando a Histeria e a Neurose Obsessiva, Groddeck fazia suas descobertas tratando de doenças orgânicas.

Groddeck acreditava-se como o verdadeiro descobridor da Psicanálise. Demorou anos para finalmente reconhecer e eleger Freud como mestre. Mas, desde o início, em 1917, firmou-se em sua independência e originalidade. Sua principal obra, *O Livro d'Isso*, é uma provocadora coleção de cartas que Groddeck escreve para uma “amiga”, na verdade, Freud. Nas 33 cartas ele explicita suas idéias e detalha a sua “análise selvagem”: relata que o Isso é uma força viva tão poderosa que não apenas modela o nariz, o braço ou o cérebro, mas cria as funções como as disfunções nas doenças. Com a mesma liberdade produz uma histeria ou uma tuberculose. O câncer é uma produção do Inconsciente tão analisável quanto qualquer sintoma neurótico. Portanto, para Groddeck, a Psicanálise pode e deve atuar sobre as doenças orgânicas e psicossomáticas, pois, para ele, esses termos equivalem-se.

Tomando Groddeck como horizonte e Freud como norte, iniciei uma prática de investigação psicossomática psicanalítica no Hospital de Base, da qual apresentarei aqui, resumidamente, três dos onze exemplos que constam do trabalho original.²¹

O prisioneiro do leito

Augusto tem 60 anos e está acamado há 35. Seu quadro inicial foi provocado por um acidente traumático que lhe ofendeu a coluna. Medicamente seu quadro estabilizou-se, mas o paciente queixava-se de dores e iniciou um longo trajeto de consultas aos mais diversos especialistas, incluindo quatro psiquiatras. Assemelhava-se a um paciente hipocondríaco, um armário cheio de remédios, exames de todos os tipos, e um esquema doméstico construído em torno de sua “doença”. Porém, devido ao longo período acamado, uma série de graves seqüelas orgânicas se produziu: acúmulo de água nos pulmões, disfunções renais, hepáticas, distúrbios circulatórios, desvios na coluna etc. Atendi-o durante três meses, em sua casa. Ao longo do trabalho, a emergência de suas questões subjetivas: o motivo de sua incapacidade.

21. ÁVILA, L.A. “Doenças do Corpo e da Alma - Investigação Psicossomática Psicanalítica”. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995. Publicada com o mesmo título pela Editora Escuta, São Paulo, 1996.

tação inicial ligava-se a seu temor de retornar ao trabalho, escolhendo antes a invalidez do que o desemprego. Posteriormente, os ganhos secundários prevaleceram: sua doença mantém sua família unida em torno de si. Sua vontade férrea dirige a família ao leito; toda a vida familiar é controlada por ele, especialmente para impedir que suas filhas se casem e deixem a família. O motivo atual, de início inconsciente, é exatamente a iminência de um fato dessa natureza. O paciente confessa sua vontade de morrer e seu desejo de manter, até o último momento, a família “unida”, na verdade, presa. Trata-se de um “paciente”, no sentido etimológico dessa palavra: aquele que sofre de uma paixão, e não é mais senhor de seu destino. A compreensão psicanalítica chegou tarde demais. Já não é possível, para ele, empreender a volta. Sua paixão virou destino: hoje já não pode mais trabalhar e nem influenciar os acontecimentos, mesmo os de sua casa que, mais e mais, vão ser sofridos por ele passivamente. O futuro que chega, a separação dos filhos, é a paixão de sua *via crucis*.

O prisioneiro da palavra

Fernando tem apenas 14 anos, mas compreendeu perfeitamente o que o médico e a enfermeira que conversavam ao pé do seu leito diziam: Aquele paciente estava perdido, não viveria mais do que 24 horas. A tragédia de seu caso é que a conversa não se referia a ele, mas a outro paciente. Ele, aliás, estava pronto para a “alta”, mas ao ouvir sua “sentença de morte”, preferiu mergulhar em sono profundo. Os médicos que o atendiam, desconhecendo a motivação daquele sono pouco natural, tentaram de várias formas sua reanimação e estavam prestes a adotar manobras mais radicais de “ressuscitação”. Chamado para atendê-lo, me vi completamente impotente dada à impossibilidade de uma consulta analítica com um paciente em estado de coma. Insisti, no entanto, com a frase “Não tenha medo, Fernando”, a partir de mínimos indícios, como o movimento de seus olhos por baixo das pálpebras. Quando o paciente iniciou uma conversação precária, em pouco tempo pôde relatar seu temor de morte e a frase entreouvida. Tão logo esclarecido o equívoco, o paciente reanimou-se prontamente, pondo-se a comer vorazmente a comida acumulada

ao lado de seu leito. No mesmo dia recebeu “alta”, e não mais retornou ao Ambulatório.

O prisioneiro da falta

João,²² 44 anos, casado, pai de seis filhos, veio encaminhado pela Dermatologia. Assim que entra na sala ergue a barra da calça e mostra uma grande ferida, em sua perna direita. É uma ferida impressionante, purulenta. Começa a falar, mostrando continuamente a ferida. Diz que está em tratamento há um ano, que melhora um pouco e logo volta a piorar, e conta os remédios que já tomou etc., até que eu o interrompo e lhe digo que gostaria que conversássemos um pouco. Peço-lhe que fale de si, de como é sua vida. O paciente começa vago, genérico, vai descrevendo aspectos de seu cotidiano. Nada parece adquirir maior significação, até que lhe pergunto sobre o que aconteceu de importante em sua vida há um ano atrás, antes de surgir sua ferida. Ele pára, hesita, diz não se lembrar de nada, até que: “Bem, aconteceu uma coisa muito dura, que eu até que nunca penso nela, me esqueci por completo. Eu morava num sítio, era do meu pai, mas eu morava nele há 17 anos. Meu pai comprou a terra, mas não tinha nada nela. Eu fiz tudo, fiz a casa, fiz a roça, pomar, barracão, tudo, tudo. Criei lá meus seis filhos. Eu adorava lá. Então um dia veio meu pai e falou: “Eu vendi o sítio.” Eu não acreditei, e era verdade. No dia em que veio o caminhão de mudanças buscar as coisas, eu não quis ir. Fui a pé, andei 17 quilômetros, chorando. Aí, quando cheguei lá parei e nunca mais chorei mais não.”

Eu: “Aí começou a chorar pela perna.” Ele, me olhando incrédulo: “Ah, mas não foi aí que começou não, foi antes... Péra aí (sic) eu lembro que naquela noite, acho que é porque eu tinha andado tanto, deu uma coceira na perna... Mas será que é por isto, então?”

Eu: “Não sei. O que o senhor falou para o seu pai?” Ele: “Eu nada, não briguei, não discuti. Depois foi passando a vida, e essa ferida aqui...” Interrompo a sessão, marcando retorno para a semana seguinte. Logo ao entrar, o paciente ergue a calça: sua ferida está quase cicatrizada. Ele relata: “Esta semana tive uma bruta briga com meu pai...”

22. Cf. ÁVILA, L.A. Op. cit., pp. 159-162.

O caso fala por si mesmo. Devemos, contudo, salientar alguns aspectos, que podem torná-lo emblemático para a análise de outras “configurações psicossomáticas”. Em primeiro lugar, chama a atenção que o paciente dedique tanto de sua atenção à ferida de sua perna. Não só ele viaja quase 100 quilômetros quinzenalmente para tratar-se, durante todo um ano, como toda a sua atenção psíquica mostra-se voltada para este sintoma. É como se ele realmente houvesse ocupado o lugar de todo um setor de sua vida mental. Na consulta psicossomática, de início foi muito difícil fazê-lo parar de falar do fato físico de sua ferida, sendo necessário insistir para que pudesse vir à baila o relato de sua história. Penso que neste caso o sintoma psicossomático realmente funcionou como um substituto para uma série de representações psíquicas. Os médicos que o trataram tinham como hipótese diagnóstica a de que se trataria de uma “dermatite factícia”, ou seja, um quadro de lesão da epiderme causada pelo próprio sujeito, através, por exemplo, de coçar-se com as unhas contaminadas de germes. O paciente conta que não fazia isso, “de jeito nenhum”, mas que não podia parar de pensar e de se preocupar com aquele ferimento. Assim é ele o causador de sua ferida, como na hipótese dos dermatologistas, mas não através de autocontaminação, e sim como sintoma conversivo.

Quero com isso dizer que este sintoma assume toda a conformação de uma substituição metafórica, que o caracteriza como uma formação de compromisso entre conteúdo reprimido e instância censora, no sentido em que se descreve, na Psicanálise, a gênese dos sintomas. Diante de uma problemática inconsciente impossibilitada de se traduzir, dado o processo de repressão que impede a tomada de consciência antepondo-lhe resistências, desse texto censurado, com o auxílio eventual de uma “complacência somática”, emerge uma forma substitutiva que é o sintoma. O fato de aqui se tratar de uma lesão orgânica não impede que essa lesão desempenhe o papel de sintoma psíquico, ou mais precisamente, de sintoma que simboliza um processo psíquico.

A ferida na perna de João é uma ferida psíquica, uma **ferida na relação** deste homem com seu pai, com o projeto de vida que ele havia feito, fiando-se em seu pai. Quando o pai realiza a venda, ele não pode rebelar-se, claro que devido à imagem interna que ele possui deste pai, à história que configura e estrutura os seus vínculos; e reprimindo as

intensas emoções desencadeadas, trata de “prosseguir seu caminho”, como se não houvesse uma discussão a ser feita. O conflito com o pai fica sem expressão, e busca a saída mais adequada: aquela que simultaneamente expressasse o que foi perdido e simbolizasse que um caminho foi mal percorrido. A perna é o melhor “locus” simbólico que ele vai encontrar, a perna cansada de andar, a perna que não pode mais sustentá-lo. Como este sítio que já não vai mais sustentar a ele e à sua família... É defrontando-se com o pai que ele vai poder livrar-se do conflito psíquico sintomatizado corporalmente, e livrando-se do papel de filho que tudo aceita, poder se pôr em condições de ocupar um lugar (sítio) de pai. Pode então recuperar-se de sua castração (ferida na perna), recuperando-se como sujeito, capaz de andar “com as suas próprias pernas”.

O corpo-mente e a Banda de Moebius

O que estes três relatos procuram demonstrar é, por um lado, a plena aplicabilidade da “leitura” psicanalítica para o fenômeno psicossomático e, por outro lado, a imediata apreensão da unidade corpo-mente por ocasião da clínica do paciente psicossomático.

Faz-se necessário, então, o enfrentamento teórico dessa questão. A secular dissociação do corpo-mente necessita de um novo modelo de representação, que dê conta, de um lado, da especificidade de cada área de manifestação, e de outro, da inegável junção que o corpo e a alma apresentam.

Encontramos um excelente apoio metafórico em um objeto matemático: a Banda de Moebius, cuja importação da Topologia para a Psicanálise deve-se a Jacques Lacan.

A Banda de Moebius é um objeto muito fácil de construir, mas de propriedades tão paradoxais que os matemáticos continuam a explorá-las há 135 anos. Tomando-se um aro, um paralelogramo de algum material flexível, cortando-se e voltando-se a colá-lo após a torção, ao longo de seu eixo longitudinal, forma-se a Banda. Temos então uma superfície unilátera, ou seja, uma superfície onde o interior se comunica com o exterior, não possuindo dentro ou fora, e sim uma superfície contínua onde dentro e fora se comunicam. Tal é o modelo para a representação do homem como totalidade psicossomática. O homem não é mero corpo biológico com uma mente dentro. O homem é um ser cultural, movido e

atravessado pela linguagem, cujo corpo é uma extensão contínua de sua mente, onde o processo anímico se produz, desloca-se em seu próprio campo e, subitamente, “acha uma saída” para o corporal. Uma vez expresso assim, o “fora” materializa-se como corpo, expressão do corpo mas, com uma torção, pode novamente, simultaneamente, fazer-se processo interno, “dentro”, psiquismo.

Com a Banda de Moebius e a ousadia criativa de Groddeck, e sob as coordenadas do campo psicanalítico, pode-se formular uma prática investigativa psicanalítica dos sintomas psicossomáticos que não dissocie o processo anímico das manifestações corporais.

A investigação psicossomática psicanalítica faz-se necessária porque é a criação de uma possibilidade. O sintoma psicossomático apresenta-se cego e mudo. Quando o indivíduo que o padece decide-se a procurar alguém disposto a ouvi-lo, isso é apenas para possibilitar que esse sintoma possa ser nomeado, possa fazer-se linguagem, possa articular-se com o restante da vida psíquica. Consideramos o sintoma psicossomático como um hieróglifo: linguagem desconhecida em que o significante e o significado ainda se encontram unificados, e que aguarda por uma tradução que lhe permita enunciar a sua história oculta.

Clarisse Lispector dizia que a sombra de sua alma era o corpo. Sob essa luz, o corpo também pode ter alma.

Referências

ÁVILA, L.A. - “Doenças do Corpo e Doenças da Alma - Investigação Psicossomática Psicanalítica”. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. - *Doenças do Corpo e Doenças da Alma - Investigação Psicossomática Psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1996.

BARBÉ, J. - *Émotion, Angoisse et Maladie*. Paris: Éditions E.S.F., 1970. *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (Classificação Internacional de Doenças - C.I.D. 10)*, da Organização Mundial de Saúde. Trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CLAVREUL, J. - *A Ordem Médica. Poder e Impotência do discurso médico*. Trad. J.G. Nougaim, M.A.C.

Jorge, P.M. Silveira Jr. (Colégio Freudiano do Rio de Janeiro). São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERENCZI, S. - *Thalassa - Ensaio sobre a teoria da genitalidade*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, M. - *História da Loucura na idade clássica*. Trad. de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREUD, S. - “Conferencias Introductorias al Psicoanálisis” (1917). In: *Obras Completas*, Trad. D. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Tres Tomos, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, pp. 2123 - 2412.

GANTHERET, F. - “Lugar y estatuto del cuerpo en el Psicoanálisis”. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, nº 61: 23-32, 1982.

GRODDECK, G. - *O Livro d'Isso*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1984. (Coleção Estudos, 83).

JEAMMET, P., REYNAUD, M. e CONSOLI, S. - *Manual de Psicologia Médica*. Trad. P.R. Monteiro e R.R. Josef. São Paulo: Masson e Atheneu, 1990.

JONES, E. - *Vida e Obra de Sigmund Freud*. Organização e resumo de Lionel Trilling e Steven Marcus. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 3a. ed.

LÉVY-STRAUSS, C. - “O feiticeiro e sua magia”. In: LÉVY-STRAUSS, C. - *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LEWIS, H.R. e LEWIS, M.E. - *Fenômenos psicossomáticos*. Trad. S. A. Souza. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

LOPES, O.C. - *A Medicina no Tempo*. São Paulo: Melhoramentos e EDUSP, 1970.

MALETTA, C.H.M. - *Epidemiologia e Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988.

TRILLAT, E. - *História da histeria*. Trad. Patrícia Porchat. São Paulo: Escuta, 1991.

Relações entre o comportamento agressivo dos pré-escolares e a expressão da raiva de seus pais

Tânia Maria Cemin Wagner e Angela Maria Brasil Biaggio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O propósito deste estudo foi identificar a relação entre a forma como os pais lidam com sua agressividade e a maneira pela qual seus filhos pré-escolares estão se relacionando com os colegas, no que se refere a comportamentos agressivos. Foram investigadas 80 crianças de ambos os sexos, entre três e cinco anos e seus respectivos pais. Foi realizada uma triagem destas, controlando-se variáveis, como: residir com ambos os pais, número de irmãos e idade. Após, as crianças foram observadas nas pré-escolas, por 90 minutos. Os pais foram avaliados através do STAXI, que analisa a forma como expressam a sua raiva. Na análise dos resultados, constatou-se que há uma correlação significativa e positiva entre os escores na subescala "raiva para fora" do STAXI de mães e o comportamento total de agressão (verbal e físico). Verificou-se, através de análises de variância, que as crianças do sexo masculino apresentam mais comportamentos agressivos físicos do que verbais, quando comparados com as do sexo feminino. Constatou-se, também, que houve um aumento dos comportamentos agressivos, tanto físicos quanto verbais, com o passar dos anos das crianças. O estudo inclui uma breve análise dos comportamentos das crianças e uma análise do conteúdo das verbalizações de agressão.

Palavras-chave: Agressividade, pais, filhos, pré-escola, STAXI.

Abstract

The goal of this study is to identify the relationships between the way parents deal with their aggressive feelings and their children's behavior, regarding aggression. Eighty children of both sexes, with ages ranging from three to five years, and their parents were the subjects of the study. Some screening was conducted, controlling for variables such as: living with both parents, number of siblings, and age. After the children were observed in the pre-school, for 90 minutes. The parents were administered Spielberger's STAXI which shows how anger is expressed. The results revealed a positive significant correlation between mother's "anger-out" scores and the total aggressive behavior of their daughters. The ANOVAS performed to see if males would show more physical than verbal aggression, as compared to females, yielded significant levels. It was found that both kinds of aggressive behavior, physical and verbal, increased with age, in this sample. The study contains a brief analysis of aggressive behaviors in children, as well as a content analysis of verbalizations of aggression.

Key words: Aggressivity, parents, sons, preschool, STAXI.

O presente estudo visa investigar a relação entre a forma como os pais expressam a sua raiva (para dentro, para fora ou se a controlam) e o modo como os seus filhos pré-escolares estão se relacionando com os colegas na escola, no que se refere a comportamentos agressivos. Entre as várias teorias que abordam o comportamento agressivo, destacam-se as teorias de inspiração behaviorista, as de base intuitivista: psicanalítica e etológica e a teoria de aprendizagem social. Neste estudo foi aprofundado tanto o constructo de raiva na concepção de Spielberger

(1988) quanto o de agressividade, aspecto que será observado nas crianças. Para Spielberger, a raiva é considerada como um estado emocional que abrange sentimentos que variam desde o aborrecimento leve ou a irritação até a fúria e a raiva, que são acompanhados por uma estimulação do sistema nervoso autônomo. Considera que a emoção de raiva é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento de posturas hostis e para a manifestação do comportamento agressivo.

Brooks-Gunn & Lewis (1982) afirmam que não há evidências suficientes que identifiquem quando as crianças começam a aprender regras particulares de expressão de afeto, embora a observação de padrões de interação mãe-criança sugira que algumas destas regras de socialização ocorrem desde

cedo. Lewis & Michalson (1982) assinalaram que a aquisição desta aprendizagem é um ponto crítico para a adaptação da criança ao seu meio social e consideram que as crianças são ensinadas desde cedo a modificar ou a suprimir as emoções que a sociedade julga serem inapropriadas. Lewis, Sullivan & Vasen (1987) enfatizaram que a inibição das expressões negativas é algo socializado. Com o final do período pré-escolar, se as crianças não estão aptas a controlar seus medos e sua raiva, elas, no entanto, sabem que é importante mascarar seus sentimentos (Saarni, 1979, *apud* Clarke-Stewart *et alii*, 1985). Manstead (1991) estudou as conexões entre a emoção e a vida social. Ekman & Friesen (1971) *apud* Manstead (1991), consideram que as outras pessoas são capazes de discernir parcialmente o que sentem, com base no comportamento expressivo. Zubek & Solberg (1954) citam estudos de autores que constatarem que, a partir dos três anos de idade, as crianças dão vazão à sua raiva verbalmente e que, em todas as idades (um-sete anos), os meninos expressaram mais sua raiva fisicamente e as meninas, mais verbalmente. Mussen *et alii* (1990) afirmam que o comportamento agressivo é parte do estereótipo masculino em nossa cultura, sendo esperado e, frequentemente, encorajado de forma implícita nos meninos.

Para Maccoby e Jacklin (1978), a agressão representa a intenção de um indivíduo ferir outro. O sexo masculino parece expressar de forma mais agressiva seus sentimentos hostis do que o feminino. As autoras referem-se aos estudos de McIntyre (1972) que constatou que os meninos expressam a agressão de forma mais física e que, com relação à agressão verbal, não há diferenças entre os sexos. Maccoby e Jacklin (1978) referem-se também aos estudos de Whiting e Pope (1974) que constatarem que nas sete culturas diferentes estudadas, foi possível perceber que os meninos se engajaram em mais comportamentos de revidar agressões, em resposta a uma instigação agressiva de outro, do que as meninas. Omark, Omark and Edelman (1973), também citados pelas autoras, constatarem que nas três sociedades diferentes (USA, Suíça e Etiópia), houve uma exibição mais agressiva por parte dos meninos. Maccoby e Jacklin (1978) consideram, portanto, que os dois sexos são reforçados diferentemente no que

diz respeito à agressão. Para as meninas é permitido demonstrar a hostilidade de forma refinada, mas não física, sendo que esta é considerada apropriada para os meninos. Estes resultados estão de acordo com o que Feshbach afirma, quando refere que há evidências de que os meninos são mais agressivos fisicamente do que as meninas. Frisch e outros (1977) também demonstraram que os meninos são mais estimulados a atividades motoras e as meninas, a brincadeiras de "cuidar de". Condry e Ross (1985) constatarem que duas crianças, quando pareciam ser meninos, foram percebidas significativamente como menos agressivas do que quando as mesmas crianças faziam a mesma atividade, porém, parecendo ser meninas.

Bandura e Walter (1963) consideram que as crianças imitam muitas coisas, não somente o que lhes é ensinado. Maccoby e Jacklin (1978) resumem aspectos já citados, entre outros, por Kagan (1964), Sears *et alii* (1965) e Mussen (1969), sobre a influência da imitação ou identificação na aquisição do comportamento sexualmente tipificado das crianças. Principalmente nas crianças pré-escolares, os pais são os modelos mais copiados no que se refere à aquisição de comportamentos sexuais tipificados. Kohlberg (1984) considera que a imitação seletiva ocorre quando as crianças estabeleceram uma "constância de gênero". Afirma, ainda, que este processo não acontece antes dos cinco-seis anos. Maccoby e Jacklin (1978) referem-se aos estudos de Hetherington (1965) que encontrou, em crianças de quatro-cinco anos, uma imitação seletiva dos pais do mesmo sexo, significativamente somente para as meninas. Portanto, as autoras compreendem que o processo de modelação é crucial na aquisição de um repertório amplo de comportamentos potenciais, mas este repertório não interfere na tipificação sexual. Smith & Connolly (1981) preocuparam-se com outra variável, além da idade e de sexo das crianças, ou seja, a presença ou a ausência dos pais em casa. Verificaram que os comportamentos agressivos foram significativamente mais frequentes em meninos com pai do que sem pai, ou do que em meninas. Esta é uma das justificativas para o controle desta variável no presente estudo.

Ainda as mesmas autoras, Maccoby e Jacklin (1978), apresentaram uma síntese das habilidades que se mostram diferentes nos dois sexos. Clarke-Stewart e outros (1985) afirmam também que nos meninos estão mais presentes os comportamentos agressivos, de ofensa, de injúria ou outra provocação, sendo estes também, mais vulneráveis a ataques físicos, quando comparados com as meninas. Os autores consideram que em todas as culturas, os meninos são mais agressivos, tanto física quanto verbalmente. E que a agressividade tende a declinar depois dos anos pré-escolares. Outro estudo que corrobora o anterior é o de Sanson *et alii* (1993) que realizaram um estudo longitudinal, com crianças de um ano até oito anos. Constataram que na primeira infância (crianças que estão aprendendo a caminhar), não há diferenças quanto ao sexo no que diz respeito à agressividade. Porém, com o aumento da idade, as diferenças tornam-se mais pronunciadas, sempre na direção de maiores dificuldades nos meninos. Verificaram que os meninos foram mais não-cooperativos, não-cumpridores de regras, agressivos e hiperativos do que as meninas.

Zan-Waxler, Cummings, Ianotti e outros (1986) consideram que a visualização da raiva dos outros contribui para a agressividade. Em 1985, estes autores demonstraram que as crianças pequenas se estressam diante da visualização da raiva dos outros, podendo induzir a vários comportamentos, como a agressão. Cummings (1987) também constatou que as crianças pré-escolares, como expectadoras de uma interação de raiva entre adultos, ficavam estressadas, desafiando suas capacidades de adaptação e aumentando o número de comportamentos agressivos destas. Este estudo de Cummings (1987) foi replicado por El-Sheikh, Cummings e Goetsch (1989) e os resultados constataram um aumento das respostas emocionais negativas, havendo com mais frequência comportamentos agressivos e mais relatos de sentimentos raivosos. Os batimentos cardíacos também se apresentavam aumentados, sugerindo angústia. Jablonski (1978) reforça estas constatações, considerando que desde 1960 um grande número de experimentos vêm mostrando o fato de que a observação de violência aumenta, facilita, estimula, ou seja, acaba promovendo subseqüentes comportamentos

agressivos, por parte do expectador. Bandura e Ross & Ross (1963) verificaram que as crianças são capazes de codificar, memorizar e pôr em prática algo observado, havendo, portanto, uma relação entre observar atos violentos e se comportar de forma agressiva, após a visualização. Cummings (1994) realizou um estudo sobre a repercussão dos conflitos maritais no funcionamento das crianças e constatou, entre outras coisas, que a raiva dos adultos é estressante e emocionalmente desgastante para as crianças que presenciam momentos de conflito. Outro estudo, também de grande importância, é o de Strassberg *et alii* (1994) que examina a relação entre o espancamento materno e paterno, e subseqüente agressão da criança aos seus colegas de jardim de infância. Verificaram que há uma correlação significativa entre estes dois aspectos.

Eron, Lefkowitz, Huesmann e Walder (1972) também constataram, em um estudo longitudinal, que há uma forte relação entre programas de televisão com violência e aumento de comportamentos agressivos, porém, somente nas crianças do sexo masculino. Em um estudo recente de Sanson & di-Muccio (1993) foram examinados os efeitos da visualização, por crianças, de desenhos agressivos e brincadeiras com brinquedos associados à agressividade. Dividiram 60 crianças (três-cinco anos) em dois grupos, um foi exposto aos brinquedos e desenhos agressivos e o outro como grupo controle. Constataram que os níveis de agressão foram consideravelmente maiores com o primeiro grupo. Outro estudo que corrobora estes achados é o de Ridley-Johnson *et alii* (1991) que traz um parecer dos pais sobre os efeitos da visualização de violência pela televisão. Foram examinados 48 pais de meninos e 57, de meninas. Os pais dos meninos e das meninas consideraram que a violência da televisão pode contribuir para o medo/passividade de seus filhos. Porém, os pais dos meninos foram mais concernentes quanto aos efeitos relacionados à agressão.

Outro estudo importante relacionado à agressividade foi o de Jones (1981), de cunho etológico. O autor constatou que comportamentos agressivos ocorreram com frequência significativamente maior nas crianças mais velhas (quatro anos). Verificou, também, que brincar com brinquedos tende a en-

volver categorias de brincadeira turbulenta, enquanto que sem brinquedos, categorias sociais e agressivas. Observou, também, uma tendência, apesar de não significativa, de crianças sem irmãos apresentarem menos comportamentos agressivos. Estas constatações de Jones justificaram o controle da variável "número de irmãos", sendo necessário que a criança tenha pelo menos um irmão e no máximo dois. Também interferiu na escolha da faixa etária das crianças (três-cinco anos) e o fato de a observação ser realizada em momentos de recreação livre, geralmente no pátio.

Com base na fundamentação teórica e nas pesquisas acima mencionadas, formularam-se as seguintes hipóteses: 1) crianças com ambos os pais que expressam a raiva para fora terão mais comportamentos agressivos manifestos do que filhos de pais que expressam sua raiva mais para dentro ou controlam a raiva; 2) pais que expressam a raiva mais para fora terão filhos com mais comportamentos agressivos manifestos do que filhos de pais que expressam a raiva mais para dentro ou controlam a raiva; 3) mães que expressam a raiva mais para fora terão filhas com mais comportamentos agressivos manifestos do que filhas de mães que expressam sua raiva mais para dentro ou controlam a raiva; 4) crianças do sexo masculino apresentarão mais comportamentos agressivos físicos do que verbais, quando comparadas com crianças do sexo feminino, sendo ambos da mesma faixa etária; 5) crianças de ambos os sexos apresentarão diferenças comportamentais em função da idade, sendo que as menores apresentarão mais comportamentos agressivos físicos do que verbais, quando comparadas com crianças de mais idade.

Metodologia

Sujeitos

A amostra foi constituída de 80 sujeitos, sendo 40 de cada sexo, com idades entre três e cinco anos e seus respectivos pais. Estas crianças são de creches de classe média baixa, não possuem mais do que dois irmãos e residem com ambos os pais.

Instrumentos

Foi utilizado o STAXI (Spielberger, 1988) na avaliação da expressão da raiva de ambos os pais das crianças. Este instrumento consiste em 44 itens que formam seis subescalas, descritas a seguir: (1) estado

de raiva: é composto de dez itens que medem a intensidade dos sentimentos de raiva num determinado momento; (2) traço de raiva: avalia as diferenças individuais na disposição para vivenciar a raiva; esta escala possui duas subescalas: (a) temperamento raivoso: composto de quatro itens que avaliam a propensão geral para vivenciar e expressar a raiva sem provocação específica e (b) reação de raiva: possui quatro itens que avaliam diferenças individuais na disposição para expressar a raiva quando criticado ou tratado de maneira injusta pelos outros; (3) raiva para dentro: é uma escala de expressão de raiva de oito itens que avaliam a frequência com que os sentimentos de raiva são reprimidos ou guardados; (4) raiva para fora: composta de oito itens que avaliam a frequência com que o indivíduo expressa a raiva em relação a outras pessoas ou objetos no meio; (5) controle de raiva: possui oito itens que avaliam a frequência com que cada indivíduo tenta controlar a expressão de raiva; (6) expressão de raiva: é uma escala baseada nas respostas dos 24 itens das escalas de raiva para dentro, raiva para fora e controle de raiva, que fornece um índice geral sobre a frequência com que a raiva é expressada sem levar em conta a direção da expressão. Depois de responder a cada um dos 44 itens do inventário STAXI, os indivíduos são classificados numa escala de quatro pontos conforme a intensidade dos sentimentos de raiva ou a frequência com que a raiva é vivenciada, expressada, reprimida ou controlada. Tabelas normativas fornecem transformações dos escores brutos de cada escala e separadamente por sexo, obtendo-se percentis e escores T. Normas para todas as escalas do STAXI são fornecidas para homens e mulheres, estudantes universitários e adultos.

Para a avaliação dos comportamentos agressivos das crianças, foi utilizada a observação destes comportamentos em atividades de recreação livre. Esta observação seguiu um roteiro de categorias de comportamentos agressivos mencionadas no quadro 1. Este roteiro das categorias de comportamentos agressivos foi montado com base na filmagem de dez crianças, selecionadas aleatoriamente. O objetivo deste estudo piloto foi o de formular, de forma mais precisa e adequada, as categorias a serem observadas posteriormente. Algumas das principais categorias

foram: empurrar, atirar areia/terra, chutar, bater, puxar pelo braço, atirar objeto, tirar objeto, bater com objeto e puxar pela roupa.

Quadro 1 - Categorias de comportamentos agressivos incluídas no roteiro usado na pesquisa

1. Empurrar
2. Tapinhas leves
3. Bater
4. Ameaça de bater
5. Bater com objeto
6. Ameaça de bater com objeto
7. Atirar objeto
8. Atirar terra/areia
9. Atirar objeto no brinquedo
10. Tirar objeto
11. Puxar objeto
12. Puxar cabelo
13. Puxar pelo braço
14. Puxar pela roupa
15. Imobilizar pela roupa
16. Confronto físico
17. Segurar pelo pescoço
18. Pisar no colega
19. Ameaça de pisar no colega
20. Pisar no pé
21. Chutar
22. Ameaça de chutar
23. Beliscar
24. Morder
25. Cuspir
26. Gritar no ouvido
27. Fazer careta
28. Mostrar a língua

Verbalizações agressivas:

Resultados

Os resultados relativos à primeira hipótese foram analisados qualitativamente, por meio de análise de conteúdo, pois não foi possível realizar uma análise estatística da mesma devido à apresentação de somente dois casos, dentre os 80 da amostra, em que ambos os pais expressaram sua raiva mais para fora.

Para testar a segunda e terceira hipóteses utilizaram-se correlações de Pearson entre os comportamentos agressivos totais (físicos e verbais) das

crianças e escores padrão T (de McCall), obtidos nas escalas de raiva para fora, para dentro e controle, do STAXI, por pais e mães. Estes resultados aparecem na Tabela 1.

Tabela 1 - Correlações entre comportamentos agressivos totais das crianças e escores no STAXI dos pais e mães

Sexo	Para fora		Para dentro		Controle	
	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães
Meninos	-0,11 $p > 0,60$	0,95 $p < 0,05$	-0,11 $p < 0,80$	0,66 $p > 0,02$	-0,16 $p > 0,50$	0,05 $p < 0,90$
Meninas	0,08 $p > 0,80$	0,89 $p < 0,15$	0,44 $p > 0,30$	0,65 $p > 0,00$	0,45 $p > 0,10$	0,03 $p > 0,90$

Constatou-se que a segunda hipótese não foi confirmada, não havendo correlação significativa positiva entre pais classificados que expressam sua raiva mais para fora e o comportamento agressivo total dos filhos. Porém, quanto à terceira hipótese, pode-se dizer que há uma tendência significativa de que mães que expressam sua raiva mais para fora, tenham filhas com comportamentos agressivos externalizados também acentuados. As tabelas 2 e 3 demonstram melhor em que idade estas correlações ocorrem.

Tabela 2 - Correlações entre comportamentos agressivos totais dos meninos e escores no STAXI dos pais e mães

Idade	STAXI	Pais	Mães
3 anos	Para dentro	-0,10	0,81*
	Para fora	0,18	—
	Controle	-0,80	-0,31
4 anos	Para dentro	—	0,10
	Para fora	-0,20	—
	Controle	0,75	0,58
5 anos	Para dentro	0,10	0,57
	Para fora	-0,15	0,96*
	Controle	0,68	-0,28

Tabela 3 - Correlações entre comportamentos agressivos totais das meninas e escores no STAXI dos pais e mães

Idade	STAXI	Pais	Mães
3 anos	Para dentro	0,10	-0,23
	Para fora	0,52	0,48
	Controle	—	0,40
4 anos	Para dentro	0,46	0,74
	Para fora	-0,26	0,60
	Controle	0,86*	-0,32
5 anos	Para dentro	—	0,10
	Para fora	0,63	—
	Controle	0,19	0,11

A hipótese 4 também foi confirmada, ou seja, as crianças do sexo masculino apresentam, neste estudo, mais comportamentos agressivos físicos do que verbais quando comparados com as crianças do sexo feminino, como pode ser constatado pelas tabelas 4 e 5 abaixo.

Tabela 4 - Análise de variância dos comportamentos agressivos físicos dos dois sexos

Fonte	SQ	GL	MQ	F	p
Grupos	2645,00	1	2645,00	24,41	0,00
Erro	8450,95	78	108,34		
Total	11095,95	79			

Tabela 5 - Análise de variância dos comportamentos agressivos verbais dos dois sexos

Fonte	SQ	GL	MQ	F	p
Grupos	84,05	1	84,05	4,57	0,03
Erro	1433,15	78	18,37		
Total	1517,20	79			

Complementando o estudo desta hipótese, foram realizadas outras análises de variância com estas mesmas variáveis, porém com o acréscimo da variável independente “idade”, que revelaram signi-

ficância para este fator, tanto nos comportamentos agressivos físicos quanto verbais, dando apoio adicional para a hipótese 4.

A hipótese 5 foi aceita somente em parte, ou seja, com o passar da idade aumentaram os comportamentos agressivos verbais, porém não diminuíram os comportamentos agressivos físicos.

Isto pode ser constatado nas tabelas 6, 7 e 8.

Tabela 6 - Médias e desvios padrões de comportamentos agressivos verbais e físicos por idade

Grupos	Nº de Sujeitos	Agressão Verbal	Agressão Física
3 anos	23	4,13 (2,54)	18,26 (10,59)
4 anos	30	6,16 (4,99)	22,83 (11,65)
5 anos	27	7,70 (4,34)	26,40 (12,18)

Tabela 7 - Análise de variância dos comportamentos agressivos verbais por idade

Fonte	SQ	GL	MQ	F	p
Grupos	158,79	2	79,39	4,50	0,01
Erro	1358,40	77	17,64		
Total	1517,20	79			

Tabela 8 - Análise de variância dos comportamentos agressivos físicos por idade

Fonte	SQ	GL	MQ	F	p
Grupos	824,83	2	412,41	3,09	0,05
Erro	10271,12	77	133,39		
Total	11095,95	79			

As análises complementares abaixo referem-se aos comportamentos agressivos físicos mais comuns, que são apresentados pela tabela 9.

Tabela 9 - Comportamentos agressivos físicos mais frequentes

Comportamentos	Nº de ocorrências
Empurrar	309
Atirar terra/areia	162
Chutar	138
Bater	115
Puxar pelo braço	113
Atirar objeto	108
Bater com objeto	95
Puxar pela roupa	95

Também foi realizada uma análise de conteúdo das verbalizações mais frequentes, que é apresentada na tabela 10.

Tabela 10 - Conteúdo das verbalizações e percentagem

Conteúdos	Nº de verbalizações	Percentagem
Autoritarismo	88	0,68
Egocentrismo	15	0,11
Ameaças	13	0,10
Ironia	7	0,05
Nomes que menosprezam	6	0,04

Discussão

Os resultados foram discutidos seguindo o enfoque da teoria da aprendizagem social da agressão humana.

Uma análise estatística da primeira hipótese não foi possível por haver somente dois casos em que ambos os pais expressaram sua raiva para fora. Constatou-se que as mães expressam sua raiva diferentemente, pode-se dizer até de forma oposta, dos pais. Isto pode ser relacionado ao fato de que o pesquisador contactou, na maior parte das vezes, somente com as mães das crianças. Esta possível influência do contato com o pesquisador pode ser constatada, principalmente, porque 90% das mães foram classificadas no STAXI expressando sua raiva de forma mais para dentro ou controlando-a. Juntamente com isto, está o preconceito social que existe em todas as

gerações em relação ao comportamento agressivo. Bartlett e Izard (1972) confirmam esta visão.

A segunda hipótese deste estudo refere-se ao papel da imitação de comportamentos agressivos realizados pelos filhos, tendo os pais como modelo. As análises realizadas constataram que os filhos de três a cinco anos desta amostra não estão se comportando da mesma forma como os pais, ou seja, os pais que expressam sua raiva mais para fora não possuem os filhos com maior número de comportamentos agressivos (verbais e físicos). Esta segunda hipótese será discutida juntamente com a terceira, em função de ambas preverem que ocorreria o mesmo processo de imitação ou identificação de comportamentos agressivos entre pais e filhos, e mães e filhas. Os dados obtidos na amostra testada confirmam a terceira hipótese, apresentando uma correlação significativa e positiva no nível de 0,10. Isto significa que há uma tendência das filhas a se comportarem agressivamente como as mães. Constatou-se, portanto, resultados opostos no que diz respeito à imitação de comportamentos agressivos dos filhos em relação a seus pais. Estes achados estão de acordo com Maccoby e Jacklin (1978) e Kohlberg (1984). Portanto, a rejeição da segunda hipótese mostra que, no que se refere ao comportamento agressivo, os filhos de três a cinco anos desta amostra, não consideram o pai como figura a ser imitada e sim a mãe. Também Hart *et alii* (1990) encontraram resultados semelhantes, e Bandura (1963) assinala que o modelo deve ter um valor funcional. Uma explicação pertinente de rejeição da segunda hipótese e aceitação da terceira é que, em nossa cultura, a figura materna representa um papel primordial na criação e educação dos filhos, sendo que as mães são, geralmente, as figuras mais próximas das crianças nos primeiros anos de vida. Isto foi observado, também, pelo fato de que, no presente estudo, eram as mães, na sua grande maioria, que levavam e buscavam os seus filhos diariamente.

A quarta hipótese refere-se a comportamentos agressivos verbais e físicos com relação ao sexo das crianças. Os resultados das análises estatísticas constataram que há diferença significativa quanto ao sexo das crianças, tanto nos comportamentos agressivos físicos, quanto verbais. Os meninos mani-

festaram mais comportamentos agressivos físicos e as meninas, mais comportamentos agressivos verbais. Estes resultados corroboram, portanto, os de autores como Feshbach (1956, 1970) e Mussen *et alii* (1990), Clark-Stewart e outros (1985). Uma contribuição considerada importante quanto à origem destas diferenças sexuais foi o estudo de Condry e Ross (1985) que constatou que havia diferença significativa na atribuição de agressividade a um comportamento, dependendo do sexo da criança que estava sendo observada. Isto significa que as forças sociais agem de forma incisiva no comportamento que é considerado como agressivo, dependendo do sexo da criança. Maccoby e Jacklin (1978) e Feshbach (1971) afirmam que os dois sexos são reforçados diferentemente, no que diz respeito ao comportamento agressivo, sendo permitido às meninas demonstrar a hostilidade de forma refinada e, aos meninos, a agressividade física é apropriada e até incentivada.

A quinta hipótese foi parcialmente confirmada, ou seja, nesta amostra constatou-se um aumento da agressividade verbal com o passar dos anos, porém, sem uma diminuição da agressividade física. Lewis & Michalson (1982), Lewis, Sullivan e Vasen (1987) e Bartlett e Izard (1972) concordam que as crianças são ensinadas a socializar suas expressões negativas. Nesta amostra, no entanto, constatou-se que as crianças de três a cinco anos ainda não foram socializadas quanto a estas regras, uma vez que aumentaram o número de comportamentos agressivos, tanto verbais, quanto físicos. Em parte, isto pode ser considerado como algo positivo em termos da espontaneidade e livre expressão dos sentimentos da criança. Por outro lado, ao final do período pré-escolar, a sociedade cobrará o controle da emoção de raiva.

Percebe-se que neste estudo as crianças apresentaram bastante liberdade de expressão de seus sentimentos, tanto que se identificam com aspectos como o autoritarismo dos genitores, conseguindo repetir este comportamento com os colegas. O que se acredita poder ser mais incentivado neste período é fazer com que as crianças, aos poucos, se dêem conta do que estão sentindo, sem precisar, simplesmente, mascarar ou reprimir estes sentimentos.

Referências

- BAKEMAN, R., & GOTTMAN, J. (1986). *Observing interaction: an introduction to sequential analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BANDURA, A., ROSS, D., & ROSS, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 575-582.
- BANDURA, A. (1963). *Aggression: a social learning analysis*. New Jersey: Prentice-Hall.
- _____. (1978). Social learning theory of aggression. *Journal of Communication*, Summer, 288-292.
- BERKOWITZ, L. (1962). *Aggression: a social psychological analysis*. New York: McGraw-Hill.
- _____. (1969). *Man and aggression*. Montagu: Oxford University Press.
- _____. (1974). Some determinants of impulse aggression. *Psychological Review*, 81, 2, 165-176.
- BIAGGIO, A.M.B., & MACHADO, S. (1990). *Adaptação para o português do STAXI, de Spielberger - Estudos preliminares com sujeitos bilíngues*. Porto Alegre: SBPC.
- BIAGGIO, A.M.B. (1988). *Psicologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- BRANNIGAN, C.R., & HUMPHRIES, D.A. (1981). Comportamento não-verbal humano, um meio de comunicação. In: B. JONES (Ed.), *Estudos Etológicos do Comportamento da Criança*, 37-66. São Paulo: Pioneira.
- BREUER, J. (1897). Considerações teóricas. In: S. FREUD (Ed.), *Obras completas de Sigmund Freud*, 195-250. Rio de Janeiro: Imago.
- BROOKS-GUNN, J., & LEWIS, M. (1982). Affective exchanges between normal and handicapped infants and their mother. In: T. Field & A. Fogel (Eds.), *Emotion and early interaction*, 189-212. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- CAIRNS, R. B. (1986). An evolutionary and developmental perspective on aggressive patterns. In: C. ZAHN-WAXLER, E. M. CUMMINGS & R. IANOTTI (Eds.), *Altruism and aggression: biological and social origins*, 58-87. Cambridge.
- CLARKE-STEWART, A., FRIEDMAN, S., & KOCH, J. (1985a). Emotions. In: A. CLARKE-STEWART, S. FRIEDMAN & J. KOCH (Eds.), *Child development: a topical approach*, 265-294. New York: John Wiley & Sons.

- _____. (1985b). Becoming an individual. In: A. CLARKE-STEWART, S. FRIEDMAN & J. KOCH (Eds.), *Child development: a topical approach*, 569-619. New York: John Wiley & Sons.
- CONDY, J. C., & ROSS, D. F. (1985). Sex and aggression: the influence of gender label on the perception of aggression in children. *Child Development*, 56, 225-233.
- CONNOLLY, K., & SMITH, P.K. (1981). Reações de crianças de idade pré-escolar a um observador estranho. In: B. JONES (Ed.), *Estudos Etológicos do Comportamento da Criança*, 165-180. São Paulo: Pioneira.
- CUMMINGS, E. M. (1987). Coping with background anger in early childhood. *Child Development*, 58, 976-984.
- _____. (1994). Marital conflict and children's functioning. *Social Development*, 3, 1, 16-36.
- DOLLARD, J., MILLER, N. E., DOOB, L., MOWRER, O. H., & SEARS, R. R. (1961). *Frustration and aggression*. New Haven: Yale University Press.
- EL-SHEIKH, M., CUMMINGS, E. M., & GOETSCH, V. L. (1989). Coping with adult's angry behavior: behavioral psychological and verbal responses in pre-schoolers. *Development Psychology*, 25, 4, 490-498.
- ERON, L. D., LEFKOWITZ, M. M., HUESMANN, R., & WALDER, L. O. (1972). Does television cause aggression? *American Psychologist*, April, 253-263.
- EKMAN, P. & FRIESEN, W. V. (1971). Constants across cultures in the face and emotion. *Journal of personality and social psychology*, 17, 124-129.
- FEIN, G. G. (1973). The effect of chronological age and model reward on imitative behavior. *Developmental Psychology*, 9, 3, 283-289.
- FERGUSON, G. A. (1976). *Statistical analysis in psychology and education*. London: McGraw-Hill.
- FESHBACH, S. (1964). The function of aggression and the regulation of aggressive drive. *Psychological Review*, 71, 257-272.
- _____. (1971). Dynamics and morality of violence and aggression: some psychological considerations. *American Psychologist*, 26, 281-192.
- FREUD, S. (1987a). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: S. Freud (Ed.), *Obras completas de Sigmund Freud*, 85-119. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- _____. (1987b). Os instintos e suas vicissitudes. In: S. Freud (Ed.), *Obras completas de Sigmund Freud*, 129-162. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915).
- _____. (1987c). Além do princípio do prazer. In: S. Freud (Ed.), *Obras completas de Sigmund Freud*, 13-85. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920).
- _____. (1987d). O ego e o id. In: S. Freud (Ed.), *Obras completas de Sigmund Freud*, 13-76. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923).
- _____. (1987e). O mal-estar na civilização. In: S. Freud (Ed.), *Obras completas de Sigmund Freud*, 75-171. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930).
- GIOVACCHINI, P. (1984). Os instintos e suas vicissitudes. In: P. Giovacchini (Ed.), *Roteiro à leitura de Freud*, 88-99. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GOTTMAN, J., ROSE, F. T., & METTETAL, G. (1982). Time-series analysis of social-interaction data. In: T. FIELD & A. FOGEL (Eds.), *Emotion and Early Interaction*, 267-290. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- HALL, R. V. (1975). *Manipulação de comportamentos: modificação de comportamento* (Vol. 1). São Paulo: EPU.
- HART, C. H., ROYSTON, K. E., BURTS, D. C., & THOMASSON, R. H. (1990). Maternal and paternal disciplinary styles: relations with preschoolers' behavioral orientations and sociometric status. *Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association*, 1-39. Boston.
- JABLONSKI, B. (1978). Catarse da agressão: um exame crítico. *Dissertação de Mestrado*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- JONES, B. N. (1981a). Características do estudo etológico do comportamento humano. In: B. N. Jones (Ed.), *Estudos Etológicos do Comportamento da Criança*, 3-33. São Paulo: Pioneira.
- _____. (1981b). Categorias de interação criança-criança. In: B. N. JONES (Ed.), *Estudos Etológicos do Comportamento da Criança*, 101-133. São Paulo: Pioneira.
- KAGAN, J. (1964). The child's sex role classification of school objects. *Child development*, 35, 1051-56.
- KOHLBERG, L. (1984). *Essays on Moral Development - The Psychology of Moral Development* (Vol. 2). San Francisco: Harper and Row.
- LAMB, M. E., SUOMI, S. J., & STEPHENSON, G. R. (1979). Issues in the study of social interaction: an introduction. In: M. E. LAMB, S. J. SUOMI & G. R. STEPHENSON (Eds.), *Interaction Analysis: Metho-*

- dological Issues*, 1-10. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- LEWIS, M., SULLIVAN, M. W., & VASEN, A. (1987). Making faces: age and emotion differences in the posing of emotional expressions. *Development Psychology*, 23, 5, 690-697.
- LEWIS, M., & MICHALSON, L. (1982). The socialization of emotions. In: T. Field & A. Fogel (Eds.), *Emotion and early interaction*, 189-212. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- LORENZ, K. (1974). *A agressão humana: uma história natural do mal*. Lisboa: Moraes Editora.
- MACCOBY, E. E. (1966). Sex differences in intellectual functioning. In: E. E. MACCOBY (Ed.), *The Development of Sex Differences*, 25-55. California: Stanford University Press.
- MACCOBY, E. E., & JACKLIN, C. N. (1978a). Power relationships. In: E. E. MACCOBY & C. N. JACKLIN (Eds.), *The Psychology of Sex Differences*, 227-274. California: Stanford University Press.
- _____. (1978b). Sex typing and the role of modeling. In: E. E. MACCOBY & C. N. JACKLIN (Eds.), *The Psychology of Sex Differences*, 277-302. California: Stanford University Press.
- _____. (1978c). Summary and commentary. In: E. E. MACCOBY & C. N. JACKLIN (Eds.), *The Psychology of Sex Differences*, 349-374. California: Stanford University Press.
- MANSTEAD, A. S. R. (1991). Emotion in social life. In: A. S. R. Manstead (Ed.), *Cognition and Emotion*, 353-362.
- MUSSEN, P. H. (1969). Early sex role development. In: D. A. GOSLIN (Ed.), *Handbook of socialization theory and research*. Chicago: Rand McNally.
- MUSSEN, P. H., CONGER, J. J., KAGAN, J., & HUSTON, A. C. (1990). *Child Development & Personality*, 464-474. New York: Harper and Row Pub.
- NAGERA, H. (1975). *Desarrollo de la Teoría de los Instintos en la Obra de Freud*. Buenos Aires: Horme-Paidós.
- NASCIUTTI, J. R. (1979). *Instinto e Aprendizagem: uma análise da agressão*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- PATTERSON, G. R., & MOORE, D. (1979). Interactive patterns as units of behavior. In: M. E. LAMB, S. J. SUOMI, & G. R. STEPHENSON (Eds.), *Social Interaction Analysis: Methodological Issues*, 77-96. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- RODRIGUES, A. (1988). Agressão, Violência e Altruísmo. In: A. RODRIGUES (Ed.), *Psicologia Social*, 313-340. Rio de Janeiro: Vozes.
- SANSON, A.; PRIOR, M.; SMART, D.; OBERKLAD, F. (1993). Gender differences in aggression in childhood: Implications for a peaceful world. *Australian Psychologist*, 28, 2, 86-92.
- SANSON, A. & DI-MUCCIO, C. (1993). The influence of aggressive and neutral cartoons and toys on the behaviour of preschool children. *Australian Psychologist*, 28, 2, 93-99.
- SEARS, R. R., RAU, L., & ALPERT, R. (1965). *Identification and child rearing*. Stanford, California: Stanford University Press.
- SMITH, P. K., & CONNOLLY, K. (1981). Brincadeira e interação social em crianças de idade pré-escolar. In: B. JONES (Ed.), *Estudos Etológicos do Comportamento da Criança*, 101-133. São Paulo: Pioneira.
- SPIELBERGER, C. D. (1988). *Manual for the state-trait anger expression inventory - STAXI*.
- STORR, A. (1976). É a agressão um instinto? In: A. Storr (Ed.), *A agressão humana*, 26-36. Rio de Janeiro: Zahar.
- STRASSBERG, Z.; DODGE, K. A.; PETTIT, G. S.; BATES, J. E. (1994). Spanking in the home and children's subsequent aggression toward kindergarten peers. *Development and psychopathology*, 6, 3, 445-461.
- VEGA-LAHR, N., & FIELD, T. (1986). Type A behavior in preschool children. *Child Development*, 57, 1333-1348.
- ZAHN-WAXLER, C., CUMMINGS, E. M., & IANOTTI, R. (1986). Altruism and aggression: problems and progress in research. In: C. ZAHN-WAXLER, E. M. CUMMINGS & R. IANOTTI (Eds.), *Altruism and Aggression: biological and social origins*, 1-15. Cambridge.
- ZUBECK, J. P., & SOLBERG, P. A. (1954). Emotional developmental. In: J. P. ZUBECK & P. A. SOLBERG (Eds.), *Human Development*, 303-331. New York: McGraw-Hill Book Company.

O professor e a análise do discurso*

Geraldina Porto Witter

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Por falta de uma melhor disseminação da informação científica e da tecnologia de ensino, tem acontecido, no Brasil, a identificação de um modelo ou teoria lingüística e uma forma de análise de discurso, como se constituíssem o todo e a única forma disponível do fazer-saber-poder ciência e do crer-saber-fazer-poder educacional quando se trata de discurso.

A parte ou uma das possibilidades de análise passou a ser o todo e a única maneira de trabalhar. Certamente é uma deturpação que precisa ser corrigida com a veiculação mais ampla de outros enfoques teóricos e da rica gama de possibilidades disponíveis na literatura científica sobre como conduzir uma análise de discurso.

É preciso enfatizar que análise do discurso não é apanágio de qualquer teoria lingüística, nem mesmo da Lingüística. Outras ciências, entre as quais a Psicologia também se ocupam do estudo do discurso. Seria necessário difundir melhor, no Brasil, obras como a aqui resenhada para reparar estes desvios. Trata-se de livro que desmistifica alguns dos aspectos subjacentes às considerações aqui apresentadas, embora muito do existente na área fique sem um espaço na presente obra.

O autor é diretor do **Center for English Language Education**, da University of Nottingham, com ampla experiência (mais de 25 anos) de ensino e pesquisa na área. Além disso, tem envolvimento na editoração de textos técnicos e pedagógicos. A presente obra é preferencialmente destinada aos professores que se ocupam com o ensino de qualquer língua, mas apresenta uma série de procedimentos e estratégias que mereceriam pesquisas, especialmente

nos países onde é pequena a tradição de investigação científica envolvendo os procedimentos de ensino. Por outro lado, a clareza com que os conceitos científicos e outras informações são apresentadas recomendam o texto para outros profissionais e pesquisadores de áreas distintas. O fato de em pouco tempo já se contar com uma segunda edição (1993) serve de apoio ao aqui afirmado.

O livro é composto por seis capítulos além de um breve prefácio; de uma parte de orientações de exercícios (Anexo) para cada capítulo, o que o torna uma obra didática muito útil para cursos superiores de formação de professores de línguas; finaliza com um índice de autores e de conteúdo que facilita a consulta de tópicos específicos e a reconsulta à obra. As referências bibliográficas são predominantemente de periódicos e de textos relativamente recentes.

No prefácio, o autor lembra o rápido crescimento do conhecimento, o que torna tornando difícil aos profissionais a tarefa de se manterem atualizados, especialmente por se tratar de assunto que vem sendo estudado por muitas ciências; incluindo: Lingüística, Sociologia, Psicologia e Antropologia, interessadas em conhecer como as pessoas usam a linguagem real (em oposição à artificial, dos laboratórios e testes). Destaca a preocupação em não ficar apenas na apresentação conceitual, teórica, que se refletiu na indução de análises e nos dados sobre análise do discurso.

O primeiro capítulo é dedicado a explicitar o que é a análise do discurso e abre espaço para tópicos que serão aprofundados em capítulos posteriores. Em uma breve revisão histórica lembra que "A análise do discurso está preocupada com o estudo das relações entre linguagem e contexto em que ela é usada. Tendo se desenvolvido a partir de diferentes disciplinas, nos anos 60 e começo do anos 70, incluindo a lingüística, a semiótica, a psicologia e a

* McCarthy, M. (1991). *Discourse analysis for language teachers*, 2ª ed., 1993, Glasgow: Cambridge University Press, 213 p.

Endereço para correspondência: Rua Waldemar César da Silveira, 105, Swift, CEP 13045-270, Campinas, SP.

antropologia. Analistas do discurso estudam a linguagem em uso: nos textos escritos de todos os tipos, na fala, da conversação às mais sofisticadas formas de falar” (p.5). Embora fortalecida nos anos 60, antes disto há trabalhos relevantes na área.

Trata ainda da forma, da função, dos atos de fala, das estruturas. Ao focar os objetivos da análise do discurso, lembra que eles não se restringem à descrição (quer do escrito quer do falado), mas está também interessada na organização da interação oral e escrita, procurando compreendê-la melhor. Com estas informações abre-se o conhecimento não apenas da língua e do comportamento humano, mas podem ser geradas tecnologias para o desenvolvimento e a melhoria da comunicação, da interação humana.

Lembra a existência de vários modelos para análise tanto da discurso oral como do escrito, que não são esgotados no presente livro, apenas alguns são enfocados a título de exemplo e registro. No primeiro, como nos demais capítulos, o leitor encontra sugestões para leituras adicionais além das referidas ao longo do texto.

O segundo capítulo trata da contribuição da análise do discurso para a compreensão da relação entre os conceitos gramaticais, a fala e o texto, lembrando a relevância da audiência na produção verbal. O capítulo seguinte enfoca o vocabulário, uma das áreas mais pesquisadas, para analisá-lo do prisma mais amplo. “O estudo do vocabulário no discurso ocupa-se com os padrões no texto gerados pelas relações vocabulares que vão além das fronteiras das frases, sentenças” (p.86) lembrando o papel de algumas palavras na organização e estruturação do texto, na construção da textualidade que se verifica no produto final. Isto tem implicações para o ensino e a pesquisa.

As relações entre a análise do discurso (Capítulo 4) permitem concluir que há uma boa base para se concluir que a entoação é resultado do processo ensino-aprendizagem, embora todas as línguas recorram a ela, de uma forma ou de outra. Isto conduz à necessidade de desenvolver procedimentos que realizem o treino da entoação em palavras e sentenças para que o aprendiz familiarize-se com ela. A análise do discurso deve contribuir para os três prin-

cipais níveis da descrição lingüística: gramática, léxico e fonologia. Embora o autor não mencione, certamente é de outra natureza a contribuição que resulta de análises do discurso do prisma de outras ciências.

Há vários tipos de discursos orais, sendo alguns deles enfocados no Capítulo 5 (fala profissional, encontros de negócios, chamadas telefônicas, entrevistas, aulas etc), os quais embora sejam objeto de muitas pesquisas, pouco têm revertido para atender às necessidades pedagógicas dos professores.

No que concerne à linguagem escrita, também há uma variedade grande de tipos sendo numerosas as pesquisas mas, embora já se disponha de dados úteis, há muito por fazer. Pode-se dizer que, sem dúvida, muita coisa pode ser dita sobre a análise do discurso e o ensino da linguagem; que a análise do discurso é uma área do conhecimento que está se desenvolvendo rapidamente mas que, embora a Lingüística possa descrever convincentemente o fenômeno, ela não pode se tornar parte integrante dos meios de ensino-aprendizagem da linguagem. “A análise do discurso não é um método de ensino da linguagem, nem pretende sê-lo” (p.170) mas pode deslocar o foco da ênfase nos modelos centrados na sentença para unidades maiores, mais relevantes de imediato. Ela permite um melhor conhecimento do que as pessoas fazem com a língua quando falam ou escrevem; das delicadas relações em forma, contextos e usos. Há que se testar como usar estes conhecimentos em sala de aula, nas atividades acadêmicas. Esta é uma esperança explicitada pelo autor, o que pede muitas pesquisas sobre ensino-aprendizagem e eficiência dos procedimentos e práticas sugeridos.

Embora a base do autor seja predominantemente lingüística, o seu discurso não é terminologicamente fechado, nem obscuro, o que o torna de leitura perfeitamente inteligível a outros profissionais e pesquisadores. Isto lhe dá uma potencialidade maior em termos de leitores que poderão usufruir do seu conteúdo na prática profissional: professores, psicólogos, pedagogos, administradores e pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica¹

Shirley Martins Macedo²

As diversas linhas de psicoterapia vêm sendo difundidas no universo acadêmico não só em trabalhos teóricos quanto em pesquisas. Esclarecer o que cada uma se propõe é comum nesses trabalhos, e o resultado é uma demonstração do avanço tecnológico das mesmas. Neles há, quase sempre, uma preocupação em defender referenciais teóricos diferentes, ou seja, diferentes paradigmas científicos, mesmo que nas origens dessas práticas psicoterápicas se constate a influência de diversas escolas de pensamento.

A *Psicoterapia Dialógica*, no entanto, é mais uma abordagem que uma linha psicoterápica específica. Pouco difundida no nosso País, mas em movimento de crescimento contínuo nos Estados Unidos, esta prática respalda-se, principalmente, nas idéias do pensador Martin Buber (1878-1965) sobre a filosofia do *diálogo*, buscando, por exemplo, na psicanálise, na gestalt-terapia e nas psicoterapias junguiana e centrada na pessoa, com o que de relevante ao *encontro* entre psicoterapeuta e cliente elas possam contribuir. Seu enfoque central é a *cura* através do encontro e sua essencialidade está no diálogo entre psicoterapia e cliente. Tudo que ocorre na relação é produto desse encontro, sejam resistências, transferências, contratransferências etc.

Prefaciado por Maurice Friedman, o principal porta-voz do movimento da Psicoterapia Dialógica, o livro de Richard Hycner pode ser considerado um manual desta prática psicoterápica. O próprio Friedman parabeniza o autor por um trabalho resultante de vários anos de dedicação ao estudo e à prática clínica

e por sua preocupação em apresentar um pensamento próprio no que concerne a teorias, métodos e práticas psicoterapêuticas para lidar tanto com a existência humana quanto com as patologias resultantes do relacionamento do homem com o mundo.

Considerando a profissão do psicoterapeuta como paradoxal, pois, independentemente do referencial teórico assumido, ela coloca o clínico em constante conflito entre os aspectos objetivos e os subjetivos, Hycner salienta como primordial o envolvimento pessoal com o cliente por parte do psicoterapeuta. Muitas vezes, esse envolvimento coloca o psicoterapeuta em situações surpreendentes, nas quais, por mais efetivamente cuidadoso que ele seja com os enfoques científicos, os fatos surgem inesperadamente e requerem uma integração entre arte e ciência da psicoterapia, ou seja, uma habilidade em estar presente e se distanciar, envolver-se e refletir, num movimento em que nem a dimensão objetiva nem a subjetiva sejam negligenciadas, para não resultar num des-serviço ao cliente. Além disso, como pessoa o psicoterapeuta deve estar atento às suas próprias questões mal-resolvidas, não as abandonando, pois são justamente elas que o permitem ser capaz de empatizar com o cliente. Mas ele deve ser hábil em discernir o seu *self* do do outro. Esta luta é que, segundo Hycner, desenvolve o *self* do terapeuta. Outro paradoxo seria o reconhecimento da própria relação, sabendo discriminar se o que está acontecendo *entre* ele e o cliente é determinado por um ou por outro. Tudo isto requer que o psicoterapeuta concilie teoria e prática para uma efetiva qualidade do encontro. Ele também deve gostar de filosofia, o que lhe permite pensar a existência humana e os conflitos da humanidade.

Abordando questões de bastante relevância, principalmente como articular as idéias buberianas sobre as atitudes EU-TU e EU-ISSO com a prática da psicoterapia, Hycner traça um percurso histórico das principais idéias de psicoterapeutas e psicanalis-

1. Hycner, Richard - *De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica*. (trad. Elisa Plass Z. Gomes, Enila Chagas e Márcia Portella, rev. Jean Clark Juliano) São Paulo: Summus Editorial, 1995 (original americano de 1988) - 173 p.

2. Mestranda em Pós-Graduação em Psicologia Clínica — PUCAMP/CNPq.

Endereço para correspondência: Rua Alvaro Antônio Zini, 418, Jd. Chapadão, CEP 13066-150, Campinas, SP.

tas de diferentes enfoques teóricos que influenciaram a Psicoterapia Dialógica, assim como o percurso prático da dialogicidade, ao mesmo tempo que vai explicitando os elementos teóricos dessa psicoterapia, buscando, quase sempre, exemplos de casos que demonstrem tais construtos.

Enfocando o *entre*, como o lugar ontológico da cura pelo encontro, o autor explicita tanto os processos conscientes quanto os inconscientes. Salienta que os processos conscientes estão permeados pelos inconscientes, e estes últimos não são considerados apenas como processos pessoais, mas como fenômenos que ocorrem entre pessoas. O domínio de conhecimento de ambos os processos por parte do psicoterapeuta é essencial para a compreensão do encontro, para o reconhecimento do *entre*. Neste encontro, a flexibilidade do psicoterapeuta e sua “oscilação ontológica” é que permitida sua entrada na realidade total do outro, o que só era possível, também, à medida que ele afirme a alteridade do cliente como pessoa única e separada.

A partir de tais idéias, Hycner, baseado em Trüb (1952/1964), descreve o processo da Psicoterapia Dialógica em três fases, que não são consideradas como separadas, distintamente rígidas e inflexíveis, mas que, necessariamente, ocorrem no decorrer dos encontros entre psicoterapeuta e cliente: a *intrapísica dialética*, a *interpessoal dialógica* e a *transpessoal*. Na fase intrapísica dialética, o psicoterapeuta inicia o seu contato com a experiência do cliente, alinhando-se com o “centro dinâmico” deste e permitindo que o mesmo explore os seus conflitos intrapsíquicos. Na fase interpessoal dialógica, o psicoterapeuta parte, processualmente, para uma dimensão em que possa fornecer ao cliente uma maior capacidade para o diálogo e o encontro genuíno, proporcionando, através de uma exploração intrapsíquica dentro de uma relação dialógica, a solidificação da capacidade do cliente de ser genuíno com os outros. Conhecendo-se mais profundamente em diálogo com o outro, o cliente está disponível, conseqüentemente, a um contato espiritual com o *Ser* (que tanto pode ser outra pessoa quanto a natureza) — aqui o cliente encontra-se na fase transpessoal — na qual expandem-se a sua consciência e o sentido de seu lugar no universo.

Na última parte do livro, o autor apresenta a aplicação prática destes pressupostos teóricos da Psicoterapia Dialógica. Expõe que o “problema” do cliente deve ser visto como fazendo parte da sua existência, e não como uma anomalia, e o que o psicoterapeuta deve fazer é integrá-lo à vida do cliente, já que tal problema foi resistido por muito tempo. Conclui que é a identificação do problema e a reintegração deste à existência total do cliente que inicia o processo de cura. O autor demonstra, também, como o psicoterapeuta deve entrar no *mundo do cliente*, como deve estar presente diante da presença do outro, suspendendo seus pressupostos, sua própria visão de mundo, “esvaziando” psicologicamente os seus conceitos tidos como verdades e alimentando um sentimento de admiração pela surpreendente pessoa que é e pode vir a ser o cliente. Assim, o psicoterapeuta atinge o *centro dinâmico* do cliente, seguindo passo a passo, *rasteando* os significados expressos pelo mesmo, e reconhecendo, dentre estes significados, o que Friedman (1972) chama de *pedras de toque*, isto é, os acontecimentos centrais cristalizados na vida do cliente. Neste movimento, a *relação* é estabelecida, o clínico penetra no *entre*, explora a “força crescente” do cliente e *pessoa encontra pessoa*.

Tem-se como resultado um trabalho de alto nível técnico e científico. O autor é conciso, preciso, simples e objetivo. Numa linguagem de fácil apreensão, Hycner expõe assuntos que, mesmo requerendo um conhecimento prévio, favorecem um entendimento do que seja a teoria e a prática da Psicoterapia Dialógica. Neste sentido, este livro é indicado tanto para graduandos em Psicologia e mestrands em Psicologia Clínica que se interessem pela questão da dialogicidade em psicoterapia quanto para especialistas em práticas psicoterápicas existenciais-fenomenológicas, que precisam de uma compreensão mais profunda do que seja o lugar ontológico da produção dos sentidos do vivido do cliente — o *entre*.

Sujeito, o lado oculto do receptor*

Miriam Schifferli Hoff

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Organizado por Mauro Wilton de Sousa, este livro é uma coletânea de artigos, resultante de um debate interdisciplinar realizado na Escola de Comunicação e Artes — USP, em outubro de 1991, com expositores ligados à Antropologia; Cinema, Rádio e TV; Psicologia; Publicidade e Propaganda; e à Sociologia.

Compõe-se de quatro partes, integradas por treze capítulos, antecedidos por sumário e apresentação, e seguidos por breves dados sobre a formação e/ou atuação profissional dos treze autores. A temática, explicitada na apresentação, abrange a comunicação nas sociedades contemporâneas — particularmente no Brasil e América Latina — com foco dirigido à problemática do receptor; à pesquisa na área, em seus aspectos teórico-metodológicos e na sua demanda de esforços interdisciplinares.

No conjunto dos seus dois capítulos (Sousa; Martín-Barbero), a parte I analisa, ao longo dos anos 50-80, o percurso das conceitualizações sobre comunicação, emissão e recepção. Sinaliza a transição para um novo enfoque com a superação — ainda que não absoluta — dos paradigmas funcionalista-positivista e marxista, para os quais a comunicação seria simples transmissão de informação, de significados prontos e concluídos, segundo um modelo de causalidade linear e direta (estímulo-resposta) que associa poder ao emissor e passividade ao receptor, uma vítima impotente das manipulações do primeiro. No novo enfoque, a comunicação configura-se como espaço de simbolização, com todo um jogo de mediações entre emissor e receptor, ambos componentes indissociáveis do processo. A recepção implica interação e negociação de significados, e o receptor coloca-se como sujeito ativo, produtor de sentidos.

Quanto à pesquisa da recepção, são discutidos vários elementos metodológicos derivados do novo enfoque; as mediações como objeto de estudo; o cotidiano de pessoas e grupos como contexto dos estudos; a diferenciação da vida social, com a proposta de pesquisa da recepção com a diferentes grupos sociais; a interdisciplinaridade como necessária à pesquisa dos condicionantes das relações sujeito-produções culturais. Descartando uma visão ingênua, Martín-Barbero alerta contra uma falsa idéia que poderia ser vinculada a este novo enfoque: a de um receptor onipotente que decidiria livremente quanto ao que consumir e como interpretar os produtos da mídia. Salienta que "... boa parte da recepção está de alguma forma, não programada, mas condicionada, orientada ... pela produção..." (p. 56).

A parte II busca mostrar o caráter ainda incipiente e polêmico da pesquisa interdisciplinar da recepção, seus três artigos testemunham esta asserção. Filiada ao enfoque inovador da comunicação, Borelli (cap. 3) discute diferentes concepções de 'gêneros ficcionais' e configura-os como modelos culturais integrantes da cultura de massa e da indústria cultural, e mediadores da relação com o real (p. 73). Sua análise aponta o estudo dos gêneros como um meio para a compreensão da relação produção cultural-recepção, compartilhando preocupações teórico-metodológicas sinalizadas na parte I.

Klagsbrunn (cap. 4), partindo de pesquisa sobre a TV Tupi no Rio de Janeiro/período de 1951-1963, analisa a transição dos teleteatros transmitidos ao vivo, para as primeiras novelas também ao vivo, até as primeiras gravadas em videotape. Destaca o papel da telenovela na consolidação da TV como meio de comunicação, a questão do receptor ficando apenas tangenciada. O capítulo 5 (Mendes) apresenta dados de duas pesquisas da Datafolha/1990 com telespectadores da cidade de São Paulo, focalizando índices de audiência, tempo de exposição diária à TV, comportamento durante os intervalos e a retenção de comerciais. Nenhuma interpretação dos

* SOUSA, M.W. de (Org.). (1995). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 231 p.

Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia da PUCCAMP, Rua Marechal Deodoro, 1099, CEP 13020-001, Campinas, SP.

dados é oferecida e, pela natureza das pesquisas e considerações iniciais do autor, depreende-se como subjacente um modelo de efeitos lineares da comunicação.

Conforme seu título, os textos da parte III voltam-se à redescoberta e ao uso das mediações sociais, o que se espelha claramente nos capítulos 6 e 9. Fachel Leal (cap. 6) estuda uma telenovela das oito, da Globo, dada sua penetração diária junto a milhões de pessoas, fundamentando amplamente seu procedimento investigativo: recepção operacionalizada em 'evento de fala' (não só as mensagens televisivas, mas os comentários, gestos e reações dos espectadores), estudada em diferentes grupos sociais, na casa das próprias pessoas (operacionalização da noção de 'cotidiano') e uso do recontar algum trecho para fazer emergir diferentes significações, conforme diferentes sujeitos. Ainda que num plano só teórico, Jacks (cap. 9) dedica-se a um desdobramento da noção de 'diferenciação da vida social', discutindo os conceitos de mediadores culturais e a necessidade de sua incorporação nas pesquisas de recepção. Na linha de pesquisa de índices de audiência e pesquisa qualitativa de recepção, o capítulo 7 (Azambuja) apresenta dados sobre o público infanto-juvenil em relação ao discurso adulto na TV. Sua inserção nesta parte III parece advir de considerações sobre características da criança (pensamento, criticidade, sensibilidade ao real) que fazem dela um receptor ativo e não-passivo, que lida com outros mediadores — como a família — que não só a TV. O capítulo 8 (Balogh) analisa a novela *Pantanal* exibida pela TV Manchete e seu impacto na disputa por audiência entre as principais redes — diferentes estratégias de programação e contraprogramação, com mudanças na produção de mediadores. O impacto destas mudanças na recepção não chega a ser estudado, não ficando clara a inserção deste texto na Parte III.

A parte IV também tem as 'mediações sociais' como critério de reunião dos textos. O capítulo 10 (Kehl, fundado nas noções psicanalíticas de 'princípio do prazer/de realidade', busca demonstrar que a relação sujeito-real, enquanto mediada pelo discurso televisivo, apóia-se só no imaginário e é regulada pela 'realização alucinatória de desejos', o que tornaria o pensamento desnecessário. A análise não se apóia em dados empíricos, vê o telespectador como um ser homogêneo, socioculturalmente descontextualizado (uma abstração), e dela se de-

preende o pressuposto de causalidade linear de efeitos na relação TV-sujeito. No capítulo 11, Adorno trata da violência como dissimulada pela imprensa, a qual privilegia a violência criminal em detrimento de outros tipos. Aponta convergências e divergências em relação a dados de pesquisa; concluindo haver uma "dramatização da violência" pela imprensa, pondera que "... a imprensa é uma expressão da opinião pública, ... da população ... (ela) não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade" (p. 188). Tal idéia pode ser vista como forma de isentar o discurso jornalístico de qualquer ação com os leitores, o que significa a negação da sua condição de mediador cultural.

Inserindo-se no novo enfoque de comunicação, Fausto Neto (cap. 12) dedica-se exatamente ao alerta de Martín-Barbero: através de uma análise teórica e da análise do discurso da *Veja e Isto É*, sobre a Guerra do Golfo, busca mostrar que a construção de sentidos pelo receptor não é uma atividade livre, apontando estratégias de produção de mensagens e de captura/orientação da recepção. O capítulo final do livro (Ortiz), discutindo a problemática 'modernidade — cultura mundializada' e suas relações com culturas nacionais e locais, instiga reflexões sobre decorrências desta mundialização para a produção de mediações e a própria constituição da subjetividade.

Do conjunto dos textos destaca-se que sete focalizam a TV; dois a imprensa e quatro são de natureza geral. Uma limitação a ser apontada está na ausência de referências bibliográficas em cinco dos artigos (quase 40% deles), o que pode ser decorrência da simples transcrição de exposições do debate original; porém, não justifica a falta de revisão tendo em vista a publicação.

A obra é de interesse para todos que, pela atuação profissional, docente ou em pesquisa, vinculam-se à problemática da comunicação, seja pela atualidade dos temas, ou pela interdisciplinaridade das contribuições. Pela densidade das discussões e pelo leque de conceitos advindos de diferentes áreas, não é de fácil leitura. Neste sentido, a obra ressona da ausência de um capítulo de fechamento, de conclusões, que ofereça ao leitor um balanço das convergências e divergências entre os vários artigos. Este balanço é deixado ao leitor e, embora desafiador, depende muito da sua familiaridade com a temática e da sua bagagem teórica.

Internet — novo meio de comunicação planetária

Melanie Lerner Grinkraut

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

A Internet como um meio de comunicação já está se igualando ao telefone e à televisão, e tem alterado a forma como as pessoas vivem e trabalham. A Internet é a maior rede de comunicação mundial entre computadores, contando com milhões de usuários. Acredita-se que 70 milhões de pessoas, em mais de 100 países já estejam utilizando esta rede. Nenhuma outra forma de comunicação na História cresceu de uma forma tão rápida. Acredita-se que até o final de 1995 a Internet alcance 400 milhões de usuários. A Internet nasceu nos Estados Unidos, como uma solução para um problema de estratégia militar na década de 1960. Pretendia-se criar uma rede que não pudesse ser destruída por bombardeios e, ao mesmo tempo, ligasse pontos estratégicos, como centros de pesquisa e tecnologia. Atualmente a rede possui basicamente três tipos de computadores interligados. Os computadores “servidores”, são os do primeiro tipo, e constituem-se em grandes fornecedores de informações e programas. Geralmente pertencem a universidades, instituições de pesquisa ou a grandes empresas. Os do segundo tipo são os “nodes”, ou nós, grandes máquinas que funcionam ao mesmo tempo como servidores fornecendo informações e também ajudando as informações a trafegarem pela rede. Os computadores mais numerosos são os do terceiro tipo, constituindo-se nos dos pequenos usuários ou particulares, que passam mensagens, entram em discussões, apoiam ou protestam.

O livro *Zen e a arte da Internet: um guia para iniciantes*¹ constitui-se em uma tradução da 2ª edição

original, ampliada e atualizada, de autoria de Brendam P. Kehoe, escritor norte-americano. A tradução autorizada e integral para o português da edição do idioma inglês de nome *Zen and art of Internet: a beginner's guide* foi realizada pela Insight Serviços de Informática e publicada pela editora Campus em 1995. A revista *PC Magazine* americana, de 26 de abril de 1994, considerou esta publicação como o melhor livro de introdução à Internet. A publicação americana já se encontra na 3ª edição, com uma tiragem de mais de 50.000 exemplares vendidos no mundo.

Este livro possui dois grandes objetivos: 1ª) servir de uma obra de referência à qual o leitor possa recorrer para fazer consultas rápidas e 2ª) fornecer ao leitor uma base a partir da qual o mesmo possa se expandir durante a leitura. Esta obra é dirigida tanto aos iniciantes no mundo da informática, como aos pesquisadores mais experimentados, sendo útil a quase todas as pessoas. O autor no decorrer de seu livro procurou não se demorar em nenhuma questão, oferecendo as informações de que as pessoas necessitam para aprender os fundamentos do que proporciona o seu sistema local. Da mesma forma, o autor sempre procura tranquilizar o leitor quanto à utilização da rede, mostrando as possíveis dificuldades e apresentando soluções, desmistificando toda a dificuldade de uso a ela atribuída.

O uso mais comum e primeiro da Internet é a comunicação. Por ser ela um enorme conjunto de computadores ligados entre si, ligações são estabelecidas entre os usuários de computadores, os quais enviam mensagens, cartas eletrônicas a outros usuários de outros computadores ligados à Internet, a um custo não maior do que uma ligação telefônica local. Empresas no exterior economizam milhares de dólares ao se comunicarem com as suas filiais, clientes e fornecedores através de mensagens de correio

1. KEHOE, Brendan P. (1995). *ZEN e a arte da INTERNET: um guia para iniciantes*. Tradução Integral e Autorizada da 2ª edição Original. De Insight Serviços de Informática. Rio de Janeiro: Campus.

Endereço para correspondência: Rua Carolina Paquini Antonioli, 234, CEP 13100-00, Barão Geraldo, SP, FONE: (019) 239-4281

eletrônico da Internet, ao invés de utilizarem *fax* e telefone interurbano e internacional. O correio eletrônico (*e-mail*) chega mais rapidamente do que uma carta formalmente enviada, podendo dispensar papel, caneta, envelope, selos, agência de correio etc. Para responder a uma correspondência eletrônica basta digitar a resposta no computador e enviá-la. Outros grandes beneficiários da Internet são o ensino e a pesquisa. Pesquisadores usam entre si a Internet para comunicarem-se, trocarem idéias, pareceres, informações, obterem cópias de artigos e até desenvolverem pesquisa em conjunto, mesmo estando separados por países muito distantes. A Internet também admite usos mais comuns, pois qualquer pessoa que esteja conectada à rede pode mandar correspondência sobre qualquer assunto a outra pessoa que tenha um endereço na Internet. A Internet formará comunidades, não de localização comum, mas de interesse comum.

O livro é dividido em nove capítulos e a conclusão. Ao final encontram-se seis apêndices, o glossário, a bibliografia e o índice.

No primeiro capítulo são mostrados os fundamentos da rede, com tópicos sobre domínios da rede, números da Internet, acesso a nomes e números, os tipos de redes (Internet, UCCP e Bitnet) e como é feita a conexão física da rede.

O capítulo 2 discorre sobre o correio eletrônico, tratando de assuntos como endereços de correios eletrônicos, listas de mala direta, diversões através do correio eletrônico e o ORACLE. Na Internet podem navegar milhões de mensagens simultaneamente. Os usuários podem acessar a rede de várias formas, pois existem diversos tipos de serviços diferentes que são oferecidos. O serviço mais comum prestado pela rede é o *e-mail*, ou correio eletrônico. Este serviço pode ser comparado a uma agência de recados ou a uma central de *bip*. O remetente envia sua mensagem para um determinado endereço, um *e-mail* — um código — exclusivo para cada usuário, onde a mensagem fica armazenada. Quando o destinatário ligar o seu computador e acessar a sua “caixa-postal”, encontrará todas as mensagens enviadas. As malas diretas ou listas de distribuição da Internet surgiram da necessidade que diversas pessoas sentiram quando queriam trocar

idéias de forma aberta sobre um assunto específico, de forma que cada uma pudesse enviar sua mensagem a todos os demais membros do grupo. Atualmente, há malas diretas sobre todos os aspectos do conhecimento e culturas humanas, fóruns que vão desde detalhes técnicos de determinado tipo de computador até séries de televisão, passando por uma variedade enorme de assuntos, desde direitos civis, diversos ramos da medicina, religião, música e outros.

O capítulo 3 trata do FTP (*File Transfer Protocol* ou Protocolo de Transferência de Arquivos) Anônimo. O FTP constitui-se também em um serviço extremamente útil da Internet, um servidor de arquivos, no qual se pode fazer a transferência de arquivos eletrônicos. Esse serviço permite que qualquer pessoa tenha acesso a uma área de espaço em disco de uma maneira simples e sem maiores problemas. Como uma quantidade de informações cada vez maior está disponível a cada dia ao público em computadores ligados à Internet, diversos programas de consulta e gerenciadores de banco de dados têm surgido para poder acessar, localizar e “navegar” nessa grande massa de dados. Nomes como “gopher”, “archie” e “veronica” têm representado formas de se ajudar a buscar informações na rede. Este terceiro capítulo, no seu quarto tópico, trata do servidor “archie”.

O quarto capítulo fornece informações sobre a Usenet, desde a sua definição, diversidade, história, funcionamento, perguntas mais frequentes e outros assuntos. A Usenet é um outro serviço prestado pela Internet. São espaços reservados para simpatizantes de determinados assuntos. Com alguns comandos, o usuário acessa os artigos desejados sobre o assunto, podendo também participar de fóruns e debates sobre alguns assuntos. Com este tipo de serviço os debates não são ao vivo, funcionando como um quadro de avisos. Cada interessado envia sua mensagem, — pergunta, resposta ou comentário — no momento em que quiser e lê as demais comunicações escritas pelos companheiros. Milhares de pessoas podem ler uma comunicação, e quando uma posição é polêmica, esta poderá receber milhares de mensagens em resposta, de protesto ou apoio.

O capítulo 5 trata de Telnet, utilização, de bibliotecas com acesso público, listas de serviços da Internet, Sistemas BBS e outros temas relacionados. A Telnet é um outro serviço da Internet, que permite a um usuário qualquer entrar em um computador localizado a milhares de quilômetros e trabalhar nele como se fosse seu próprio computador doméstico. Assim o usuário pode consultar os arquivos do computador que acessou e rodar os programas que ele oferece. Este é o sistema instalado nas bibliotecas públicas ligadas à Internet. Basta digitar uma palavra para poder se obter tudo o que há na biblioteca sobre determinado assunto. Desta forma, é possível pesquisar informações de universidades, jornais e museus espalhados pelo mundo e ter acesso aos mais diferentes tipos de assuntos.

O capítulo 6 trata de ferramentas diversas, como Finger, Ping, Talk, Netfind e outras. Diariamente novas e interessantes maneiras de utilizar a Internet são concebidas. Alguns métodos acabam tendo o seu uso amplamente difundido, tornando-se quase ferramentas padrão na Internet. Este capítulo discute algumas destas ferramentas. O capítulo 7 discorre sobre os serviços comerciais da Internet e o capítulo 8 trata de alguns assuntos que são encontrados com frequência à medida que o novo usuário percorre o espaço cibernético. Alguns assuntos estão relacionados diretamente ao funcionamento atual das redes. Também existem determinadas palavras e expressões que o usuário irá encontrar à medida que utilizar a Internet com certa regularidade, sendo que a maioria das pessoas pressupõe que todos os que usam a rede a conhecem, o que não é verdade. Este capítulo procura solucionar estas dificuldades.

O capítulo 9 fornece diversas opções de fontes de consulta nas quais o leitor terá condições de aprofundar o seu conhecimento sobre redes, podendo obter mais informações. No capítulo sobre conclusões, o autor do livro acredita que apesar do seu livro ser apenas uma gota no oceano, provavelmente omitindo alguns aspectos da rede, o leitor já tenha informações suficientes para poder enfrentar a grandeza e a complexidade da Internet. Kehoe solicita aos leitores sugestões para melhoria de qualquer parte do livro e que comuniquem os assuntos que não ficaram

claros, incorreções e eventuais problemas, fornecendo o seu endereço eletrônico.

Ao final do livro estão presentes sete apêndices, o glossário, a bibliografia e o índice. O Apêndice A trata de como obter acesso a outras redes, o Apêndice B mostra como recuperar arquivos através de correio eletrônico, o Apêndice C trata da criação de Newsgroups, o Apêndice D apresenta uma relação com os itens a que se pode ter acesso por FTP mencionados no presente livro, o Apêndice E relaciona todos os serviços de Telnet mencionados também neste livro e o Apêndice F lista os códigos dos países identificados pela padrão ISO-3166. O glossário apresenta um pequeno subconjunto de inúmeros termos e expressões que são utilizados normalmente na rede. A bibliografia apresenta diversas fontes de informações, entre livros, periódicos, artigos e fitas que podem ser de grande utilidade para os leitores desta obra, como leitura complementar. O autor informa que a maior parte da bibliografia citada foi utilizada na criação do livro. A maior parte das publicações citadas é de origem norte-americana, e datada dos últimos cinco anos, de 1990 até os dias de hoje. O livro termina com o índice.

Zen constitui-se em uma seita do budismo japonês, para a qual a evolução é obtida por meio da intuição e não do estudo sagrado. O livro *Zen e a arte da Internet* não fornece apenas modos de conexão com instalações ou comandos a serem digitados, mas propicia aos usuários iniciantes da Internet orientações sobre como e por que as pessoas interagem na rede, de determinadas maneiras, a fim de não tornar este trabalho tão árido. Este livro constitui-se em uma descrição clara e objetiva do que é a Internet, mostrando as razões pelas quais as pessoas querem estar conectadas a ela. Kehoe ao escrever este livro partiu da premissa de que o sucesso da Internet não depende somente do dinheiro envolvido para a criação e o desenvolvimento de redes mais rápidas e maiores, mas principalmente de uma quantidade suficiente de pessoas bem-treinadas e instruídas que estarão trabalhando por trás dos computadores.

Normas para Publicação

Tipos de trabalhos aceitos pela revista *Estudos de Psicologia*.

Estudos de Psicologia aceita trabalhos originais referentes à psicologia como ciência e profissão de acordo com as seguintes categorias:

Relatos de pesquisa, estudos teóricos e revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, comunicações breves, resenhas, informações sobre temas, eventos e atividades referentes à psicologia e cartas ao Editor.

Apreciação pelo Conselho Editorial

Os manuscritos serão aceitos para avaliação desde que não tenham sido publicados anteriormente, venham acompanhados de uma carta de encaminhamento assinada por todos os autores do trabalho solicitando publicação na revista *Estudos de Psicologia* onde conste aprovação prévia de autores citados em comunicação pessoal.

As colaborações serão encaminhadas sem o nome do(s) autor(es) à três membros do Conselho Editorial da revista *Estudos de Psicologia*, dentre especialistas na matéria em julgamento. São necessários dois pareceres favoráveis para a aceitação final para publicação. Consultores ad hoc poderão ser consultados, quando necessário. O nome dos autores dos pareceres emitidos serão mantidos em absoluto sigilo. Aos autores será comunicada a decisão de aceitação ou recusa do trabalho. Os trabalhos que receberem sugestões para alterações serão encaminhados aos autores para as devidas correções, devendo ser devolvidos no prazo máximo de um mês. Os originais, mesmo quando não aprovados para publicação, permanecerão de posse da revista *Estudos de Psicologia*.

Pequenas alterações no texto poderão ser feitas pela Direção ou pelo Conselho Editorial da Revista de acordo com critérios e normas operacionais da revista.

Forma de Apresentação dos Manuscritos

Estudos de Psicologia adota as normas de publicação da American Psychological Association - APA (4a. edição, 1994). Tais normas poderão ser reconsideradas em condições especiais referentes a especificidades da língua portuguesa, condições operacionais da revista ou normas da ABNT. Os manuscritos devem ser redigidos em português. Excepcionalmente, o inglês e o espanhol poderão ser aceitos, a critério do Conselho Editorial.

Os originais devem ser apresentados em 03 (três) vias, datilografadas em espaço duplo, acompanhados de cópia em disquete 3 1/2, gravados em editores de texto similares ou superiores ao Word for Windows, em fonte Times New Roman, CGTimes, Rô Prestige, tamanho 12.

O texto deverá ter de 600 a 5000 palavras, ou 12 a 20 laudas. Cada lauda deve ter 40 linhas com 80 caracteres, paginado desde a folha de rosto personalizada, que deverá ser numerada com número 1. A página deverá ser tamanho carta ou A4, com formatação de margens superior e inferior (no mínimo 2,5 cm), esquerda e direita (no mínimo 3 cm).

Cada página impressa corresponde a mais ou menos três páginas do original incluindo as folhas de rosto, tabelas, figuras e referências bibliográficas. A versão reformulada deve ser reencaminhada em três vias no formato em papel e uma via no formato de disquete. Deve ser encaminhada, também, uma autorização para a publicação dos resumos em inglês e português e do trabalho na íntegra para a versão on-line da revista *Estudos de Psicologia*.

Todo e qualquer encaminhamento inicial à revista deve vir acompanhado de carta assinada pelo autor principal, onde esteja declarada a intenção dos autores de terem seu trabalho publicado na revista *Estudos de Psicologia*. Para a publicação final os trabalhos com vários autores devem vir acompanhados de uma carta assinada por todos os autores

Apresentação dos originais

Os trabalhos devem ser apresentados na seguinte ordem:

Folha de rosto sem identificação dos autores contendo

- ☐ Título completo em português.
- ☐ Sugestões de título abreviado para cabeçalho, não excedendo 5 palavras.
- ☐ Título completo em inglês, compatível com o título em português.

Folha de rosto com identificação dos autores, contendo

- ☐ Título completo em português.
- ☐ Sugestão de título abreviado.
- ☐ Título completo em inglês.
- ☐ Nome de cada autor, seguido por afiliação institucional.
- ☐ Indicação do autor para correspondência, seguido de endereço completo, de acordo com as normas do correio. Se disponível, indicar, também, o endereço eletrônico.
- ☐ Indicação de endereço para correspondência com o Editor, para a tramitação do manuscrito, incluindo fax, telefone e, se disponível, endereço eletrônico.
- ☐ Se necessário, indicação de atualização de afiliação institucional.

- ☐ Quando pertinente incluir parágrafo reconhecendo apoio financeiro, colaboração de colegas e técnicos, origem do trabalho, como por exemplo, se anteriormente foi apresentado em evento, derivado de tese ou dissertação, coleta de dados efetuada em instituição distinta daquela informada como sendo a instituição de origem dos autores.

Folha a parte contendo Resumo, em português.

O resumo deve conter o máximo de 150 palavras ou seja cinco a dez linhas. Alguns tipos de colaboração dispensam resumo. Ao resumo devem-se seguir 3 a 5 palavras-chave para fins de indexação do trabalho. No caso de relato de pesquisa, o resumo deve incluir breve referência ao problema investigado, características da amostra, método usado para a coleta de dados, resultados e conclusões.

Folha a parte contendo Abstract, em inglês.

O Abstract deve ser compatível com o texto do resumo. Deve seguir as mesmas especificações do resumo, acompanhado de key words, compatíveis com as palavras-chave.

Trabalhos na íntegra

O texto de todo trabalho original submetido à publicação deve ter uma organização clara, usando títulos e subtítulos que facilitem a leitura. Para os relatos de pesquisa o texto deverá, obrigatoriamente, apresentar introdução, metodologia, resultados e discussão. Nota de rodapé só é permitida na primeira lauda, para notificar auxílios recebidos, apresentação em eventos e atribuição de créditos.

Tabelas, quadros, figuras e fotografias somente deverão ser incluídos no corpo do trabalho, se forem essenciais à compreensão do texto, recomendando-se o máximo de contenção neste sentido. Além disso, devem vir acompanhados de título que traduza essencialmente o que se acha contido neles. Como regra, estes devem vir em folha à parte e os locais sugeridos para inclusão de figuras e tabelas deverão ser indicados no texto, por meio de expressões, como, por ex., "Inserir Fig. 1 aqui". Tabelas, quadros, figuras e fotografias de outros autores só poderão ser reproduzidos se acompanhados da indicação da fonte de referência e com cópia da devida autorização, anexada aos originais.

As citações bibliográficas deverão ser feitas de acordo com as normas da APA. No caso de transcrição na íntegra de um texto, esta deve ser delimitada por aspas seguida do número da página citada.

Referências Bibliográficas

As referências devem ser indicadas em ordem alfabética do último sobrenome do autor principal. Trabalhos de autoria única ou do mesmo autor devem ser ordenados por ano de publicação, vindo em primeiro lugar a mais antiga. Trabalhos com um único autor vem antes dos trabalhos de autoria múltipla, quando o sobrenome é o mesmo. Trabalhos em que o primeiro autor seja o mesmo, mas co-autores sejam diferentes devem guardar a ordem alfabética do sobrenome dos co-autores. Trabalhos com os mesmos autores devem ser ordenados por data, vindo em primeiro lugar o mais antigo. Trabalhos com a mesma autoria e a mesma data deverão ser ordenados pelo título em ordem alfabética. A formatação das referências deve facilitar a tarefa de revisão e de editoração - além de espaço duplo e tamanho de fonte 12, o parágrafo deve ser normal, com recuo apenas na primeira linha, sem deslocamento das margens. Os grifos devem ser indicados por fonte em itálico.

No corpo da colaboração as indicações devem ser feitas por meio do sobrenome dos autores e do ano de publicação constante nas referências.

Anexos

Anexos só poderão ser introduzidos quando contiverem informação indispensável para a compreensão dos textos.

Tabelas, figuras e fotografias

Devem incluir título e notas, uma por página, em papel, e uma por arquivo de computador. Na publicação impressa a tabela não pode exceder 18cm de largura x 24 cm de comprimento. Sua largura deve se limitar a 60 caracteres, para tabelas simples. Em tabelas mais complexas deve-se incluir 3 caracteres de espaço entre colunas da tabela, e limitar a 125 caracteres. O comprimento da tabela não deve exceder 55 linhas, incluindo título.

Direitos Autorais da Revista *Estudos de Psicologia*

Os direitos autorais dos artigos publicados pertencem à Revista *Estudos de Psicologia*. A reprodução total dos artigos desta Revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, está condicionada a autorização escrita do Editor. O autor principal de cada artigo receberá dez separatas de seu artigo.

Reprodução parcial de outras publicações

Os artigos submetidos à publicação devem evitar citações muito grandes extraídas de publicações de outros autores. Recomenda-se evitar a reprodução de tabelas, quadros ou desenhos. Quando isto acontecer estas devem vir acompanhadas de permissão dos autores que detenham os direitos autorais.

Endereços para encaminhamento de originais, correspondência e solicitação de assinatura

Os manuscritos, bem como toda a correspondência necessária, deverão ser encaminhados, para:

Editor

Revista Estudos de Psicologia

Rua Waldemar Cesar da Silveira, 105, Swift

Pós-Graduação em Psicologia - PUCCAMP

Campinas - SP - CEP 13045-270

Fone/Fax: (019) 230-7180

Endereço Internet: <http://www.epub.org.br/epsico>

Assinaturas

Para assinar a revista Estudos de Psicologia, encaminhe seu pedido diretamente ao endereço acima.



Estudos de Psicologia

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Cidade _____ Tel _____

Indique com um x sua escolha

☐ assinatura anual

☐ exemplares avulsos

Quantidade	Volume	Número	Ano

O valor da assinatura anual é de R\$ 30,00. O valor de números avulsos a partir do ano de 1995 em diante é de R\$ 11,00. Para os volumes anteriores a 1995, o preço do exemplar avulso é de R\$ 6,00. A revista **Estudos de Psicologia** é uma publicação quadrimestral. Seu pedido deve ser encaminhado para o endereço acima, juntamente com o preenchimento desta folha e o cheque nominal à "Estudos de Psicologia".

